



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE,
AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

PAULA DE SOUZA FERREIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARQUE E DA FLORESTA, EM SANTARÉM (PA),
BRASIL**

Santarém – PA

2019

PAULA DE SOUZA FERREIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARQUE E DA FLORESTA, EM SANTARÉM (PA),
BRASIL**

Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, apresentada para banca de defesa.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho

Santarém – PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

F383p Ferreira, Paula de Souza
 Política Nacional de Educação Ambiental: a realidade das escolas municipais
 do Parque e da Floresta, em Santarém(PA), Brasil . / Paula de Souza Ferreira. – San-
 tarém, 2019.

109 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Maria Mirtes Cortinhas dos Santos

Coorientador: Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológico, Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental. 3. Política de Educação Ambiental. 4. Escolas Municipais do Parque e da Floresta I. Santos, Maria Mirtes Cortinhas dos, *orient.* II. Descovi Filho, Leônidas Luiz Volcato. III. Título.

CDD: 23ed. 372.35709815

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566

PAULA DE SOUZA FERREIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARQUE E DA FLORESTA, EM SANTARÉM (PA),
BRASIL**

Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida - da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. **Linha de Pesquisa:** Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico.

Conceito: Aprovada

Data de Aprovação 29/10/2019

Profa. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos – Orientadora/UFOPA

Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha – Avaliador Externo/UFOPA

Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza – Avaliador Interno/UFOPA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida – Avaliador Externo/UFOPA



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA

ATA Nº 23

No vigésimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, na sala trezentos e dezenove, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente Paula de Souza Ferreira. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. Rodolfo Maduro Almeida, Ufopa, examinador externo, Dr^a. Solange Helena Ximenes Rocha, Ufopa, examinadora externa, Dr^a. Maria de Fátima Matos de Souza, Ufopa, examinadora interna, Dr^a. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, orientadora. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte da professora Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, presidente da banca, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou a discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada "Políticas de Educação Ambiental: a realidade das escolas municipais do Parque e da Floresta, em Santarém (PA), Brasil", marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a professora Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, passou a palavra aos examinadores para arguir a discente. Terminadas as arguições, a presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua Aprovado, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de sessenta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, a discente não terá o título se não cumprir as exigências acima.


Dr. RODOLFO MADURO ALMEIDA, UFOPA

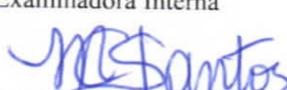
Examinador Externo ao Programa


Dra. SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA, UFOPA

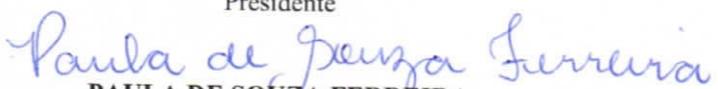
Examinadora Externa ao Programa


MARIA DE FATIMA MATOS DE SOUZA, UFPA

Examinadora Interna


Dra. MARIA MIRTES CORTINHAS DOS SANTOS, UFOPA

Presidente


PAULA DE SOUZA FERREIRA

AGRADECIMENTOS

“Até aqui o senhor nos ajudou!”

1 Samuel, 7: 1 – 14

A Deus pela sua infinita misericórdia, por sua bondade em me conceder o dom da Vida e por poder gozar de todas as maravilhas que ele tem para a minha vida.

Aos meus pais, Pedro e Norma, amores da minha vida, a quem devo tudo o que sou.

À minha irmã, Patrícia, por estar sempre do meu lado em todos os momentos e pelo apoio na conclusão desta etapa dos estudos.

Ao meu sobrinho, Ruan, por ter me mostrado que todo amor ainda é pouco, sem dúvidas ele foi o maior presente de todos os tempos.

Ao meu esposo, Salatiel, meu parceiro de todas as horas, com quem posso contar nos melhores e piores momentos, meu confidente.

A todos da minha família que acreditaram que eu pudesse chegar até aqui.

Aos amigos da Escola da Floresta, com quem aprendi muito sobre a importância da Educação Ambiental na manutenção da vida do Planeta.

Às minhas amigas Hozana, Joice e Milka, pela amizade, pelos momentos juntas que nos fazem tão bem e principalmente pelo incentivo durante o percurso do mestrado.

Especial agradecimento à Milka pelas trocas de experiências no processo de construção desta Dissertação, bem como à Joice, enquanto secretária do PPGSAQ que sempre esteve à disposição para orientações que surgiram durante o curso.

Aos professores que ministraram aula durante esse período da pós-graduação.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mirtes Cortinhas, pelo apoio e valiosas contribuições no percurso deste estudo.

Ao Prof. Dr. Leônidas Descovi, pela aceitação em coorientar este trabalho, pela atenção e contribuições.

À Profa. Dra. Solange Ximenes, pelas contribuições no Exame de Qualificação e pela profissional inspiradora que ela é.

À Profa. Dra. Fátima Matos, pelo belo reencontro na pós-graduação, pelas contribuições no Exame de Qualificação, por estar sempre à disposição para ajudar e pela profissional inspiradora que é.

Ao Prof. Dr. Rodolfo Maduro, pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos membros da Banca de Defesa de Dissertação, pela disponibilidade, contribuições e orientações para o melhoramento do trabalho final.

Aos colegas da turma PPGSAQ/2017.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

RESUMO

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA foi instituída através da Lei nº 9.795/99, que estabeleceu a obrigatoriedade em disseminar Educação Ambiental (EA) nas escolas em função da melhoria do meio ambiente. No município de Santarém – PA, foram fundados dois polos disseminadores de Educação Ambiental - EA: Escola Municipal da Floresta (2008) e Escola Municipal do Parque (2010). Considerando que as escolas são referência em EA no município de Santarém – PA, este estudo buscou responder a seguinte questão: De que forma a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99 vem sendo desenvolvida nas escolas do Parque e da Floresta? Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo central analisar o desenvolvimento da PNEA, Lei 9.795/99, através do trabalho das escolas da Floresta e do Parque, polos disseminadores de Educação Ambiental na rede municipal de ensino, no município de Santarém (PA). A pesquisa foi desenvolvida através do estudo qualitativo, apoiada na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A análise dos dados deu-se através da Análise de Conteúdo. Os dados revelaram a ausência de articulação entre a proposta da Política Nacional de EA nos Planos Municipais de Educação - PME's analisados, o que demonstrou a ausência da PNEA nas discussões travadas no processo de construção dos referidos PME's. Observamos os esforços das escolas polos em levar proposta do trabalho para as demais escolas da rede municipal de ensino, no entanto constatou-se que após o ano de 2013 a proposta das escolas sofreu mudanças que passaram a interferir nos objetivos de trabalho das escolas. Dessa forma, cabe a reflexão, no sentido de chamar a atenção do poder público, neste caso, a SEMED, para a necessidade do engajamento da secretaria para a garantia da PNEA com qualidade e na necessidade da ampliação do trabalho já desenvolvido pelas escolas pesquisadas.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Escolas Municipais do Parque e da Floresta.

ABSTRACT

The National Policy for Environmental Education - PNEA was instituted by Law No. 9.795/99, which established the obligation to disseminate Environmental Education (EA) in schools due to the improvement of the environment. In the municipality of Santarém - PA, two environmental education centers were founded - EA: Municipal School of the Forest (2008) and Municipal School of the Park (2010). As schools are a reference in the EA in the municipality of Santarém - PA, this study sought to answer the following questions: How has the National Environmental Education Policy, Law No. 9.795/99 been developed in the Park and Forest schools? In this sense, a research has as its main objective to analyze the development of PNEA, Law 9.795/99, through the work of the schools of the Forest and the Park, disseminating poles of Environmental Education in the Municipal Education Network, in the municipality of Santarém (PA). A research was developed through qualitative study, supported by bibliographic, documentary and field research. An analysis of the data took place through Content Analysis. The data revealed a lack of articulation between a proposal of the National Policy of EE in the Municipal Education Plans - SMEs analyzed, or that demonstrated the absence of PNEA in the discussions held in the process of building SMEs. We observed the students of the polo schools that make work proposals for the other schools of the municipal school system, however, after 2013, a proposal of the schools undergoes changes that affect the work objectives of the schools. Thus, it is worth reflecting, meaningless to draw the attention of the government, in this case, a SEMED, to the need to activate the guarantee department of PNEA with quality and the need to expand the work already developed by the schools studied.

Keywords: Environment. Environmental Education. Environmental Education Policies. Municipal Park and Forest Schools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização da Escola da Floresta, Santarém-PA	43
Figura 2: Mapa de localização da Escola do Parque e Coordenação de Educação Ambiental – Santarém/PA.....	47
Quadro 1: Destaque Ano/Política Pública	39
Quadro 2: Perfil Gestor e Coordenador	61
Quadro 3: Perfil dos professores e educadores.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

APP – Preservação Ambiental Permanente
EA – Educação Ambiental
CF – Constituição Federal (Brasileira)
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
COEA – Coordenação de Educação Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP's – Projetos Políticos Pedagógicos
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PME's – Planos Municipais de Educação
PNEA – Política Nacional de Educação
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP – Proposta Pedagógica
PP – Política Pública
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS	23
2.1 Meio ambiente.....	23
2.1.1 Meio ambiente e educação ambiental no cenário internacional	25
2.2 Educação ambiental no aspecto conceitual	29
2.3 Políticas públicas.....	31
2.3.1 Políticas públicas educacionais	33
2.4 Educação ambiental no Brasil.....	35
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PARÁ (BRASIL) 41	
3.1 Caracterização da Escola da Floresta.....	42
4 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM - PA (2004 – 2013 E 2015 – 2025): ARTICULAÇÕES E APROXIMAÇÕES?	51
4.1 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2004-2013)	51
4.2 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2015-2025)	55
5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARQUE E DA FLORESTA.....	60
5. 1 Perfil dos entrevistados	61
5.2 A percepção dos atores da pesquisa sobre meio ambiente, educação ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental.....	64
5.2.1 Percepção sobre meio ambiente	64
5.2.2 Percepção sobre educação ambiental	67
5.2.3 Percepção sobre a Política Nacional de Educação Ambiental	72
5.3 As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas Escolas Municipais do Parque e da Floresta: desafios e possibilidades.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES	102

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista deu origem na Idade Média, quando os produtos advindos das propriedades feudais passaram a ser comercializados, o que configurava uma nova lógica econômica de mercado, em que o valor do produto demandava ao comerciante a realização de cálculos de custos e posteriormente o lucro que este meio econômico resultava, o que favoreceu o surgimento da monetarização, o qual visava principalmente o lucro e acúmulo de capitais (SOUSA, 2019).

Com a Revolução Industrial no século XVIII o sistema capitalista ganhou reforços, uma vez que o modelo econômico estava pautado na produção em massa com fins lucrativos, as indústrias iniciaram novos processos de produção através da utilização de máquinas, e ao mesmo tempo é possível destacar o caos que a vida em sociedade se tornou e as principais críticas que nos tempos atuais ainda são muitos fortes e evidentes com relação ao capitalismo, considerado uma forma de exploração seja da classe trabalhadora, seja dos recursos naturais e que se tornaram uma máquina de desigualdades sociais e degradações ao meio ambiente.

Além do impacto social, a sociedade foi testemunha de diversas degradações ambientais que afetaram não somente o aspecto ecológico e as populações de seres vivos presentes neste meio natural, mas também as pessoas que contemplam o meio ambiente em questão, destacando o caso de Londres em 1952, quando o ar foi poluído, levando à óbito torno de 1.600 pessoas, sendo considerada por Dias (2004) “a primeira grande catástrofe ambiental” e que resultou na reflexão da necessidade de criar uma Lei que promovesse a segurança da população e qualidade de vida, sendo assim criada a Lei do Ar Puro em 1956.

Outro fato apresentado por Brasil (1998) ocorreu em Minamata – Japão em 1953, a cidade Japonesa, presenciou um dos mais graves problemas ambientais daquela época, sendo sua população vítima da poluição causada pelo elemento químico mercúrio, que foi despejado pelas indústrias japonesas nos rios e solo de Minamata, muitas crianças nasceram com problemas neurológicos, doença conhecida como “anencefalia (falta de cérebro)” e que ficou muito conhecida como o “mal de Minamata”.

Outro evento que despertou o alerta com a questão da degradação ambiental foi a publicação do livro “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa) de Raquel Carson, lançado em 1962, ao alertar sobre o uso de DDT (Dicloro, Difetil, Tricloroetano), e que de acordo com Santos (2016):

O livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) lançado no ano de 1962, de autoria de Raquel Carson, alertou às autoridades dos Estados Unidos e do mundo que os inseticidas do tipo DDT, utilizados nas plantações dos campos estadunidenses, estavam contaminando as espécies vivas e poderiam contaminar outras gerações. (SANTOS, 2016, p. 24 - 25).

Entende-se que as discussões que se tem na atualidade, são respostas aos acontecimentos supracitados e que desencadearam em eventos de cunho internacionais e nacionais para discutir sobre as questões ambientais, especialmente sobre o futuro da humanidade.

É fato que em pleno século XXI o meio ambiente ainda sofre degradações ambientais, no entanto já existem leis que cooperam para a manutenção deste meio ambiente, no sentido de conservar e preservar os recursos naturais através da sustentabilidade e principalmente da Educação Ambiental - EA, movimento que surgiu da necessidade de tornar o cidadão capaz de refletir sobre suas ações no meio ambiente e, mais que refletir, são capazes de transformar ou não a realidade que se vive.

A Educação Ambiental iniciou sua trajetória ganhando destaque na realização do I Seminário Internacional de Educação Ambiental, ocorrido em Belgrado no ano de 1975. Para Loureiro (2009) o mérito do evento foi “reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica”, em torno de tantas degradações ambientais recorrentes. A Educação Ambiental foi entendida como processos educativos pelos quais estavam atreladas as dimensões políticas, culturais e sociais.

É importante destacar também a Conferência Intergovernamental ocorrida em Tbilisi (1977), sendo considerado um “encontro de referência”, ressaltando-se a relevância do encontro pela participação em massa de várias representações de Estado e que assim como o I Seminário em Belgrado entendeu a EA como “meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social” (LOUREIRO, 2009).

No cenário internacional entende-se que os referidos eventos foram os principais movimentos na tentativa de consolidar a Educação Ambiental como prática, de maneira a promover mudanças efetivas no modo de compreender o meio ambiente e as relações sociais.

No Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento aconteceu no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e de acordo com Francisco (2018) a “ECO – 92 fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência” até os dias atuais. No cerne das políticas públicas entende-se que a ECO-92 foi um importante evento para que se fortalecessem as discussões sobre EA em nível nacional.

É importante destacar que as políticas públicas têm um papel fundamental “na solução de problemas e uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” Brancalion *et al.* (2015, p.03), além disso as políticas públicas possuem elementos fundamentais que devem ser considerados no processo de construção, tais como: intencionalidade pública e problema público.

Neste sentido a intencionalidade pretendida no desenvolvimento de uma política pública é sanar questões que afetam os meios sociais, econômicos, ambientais, científicos, dentre outros, que necessitam da atenção União, Estados e municípios, cabendo aos responsáveis pela construção e implementação das políticas públicas planejar, executar através de planos, ações, programas, e monitorar o andamento prático da política, com o propósito de avaliar com a participação da sociedade o bom andamento ou não da política pública.

No Brasil uma das políticas públicas voltadas para a EA consta na Constituição Federal Brasileira - CFB de 1988, Artigo 225, Parágrafo 1º, inciso VI, que diz que para assegurar a garantia do direito ao meio ambiente para todos, deve-se “promover educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Neste sentido compreende-se que a CFB de 88 aponta um direcionamento através da Educação Ambiental para a garantia do direito à um meio ambiente com qualidade para todos os cidadãos brasileiros, bem como a manutenção da mesma para as futuras gerações.

A Lei de Nº 9.795/99 assegura a Política de Educação Ambiental no território brasileiro, em que se estabeleceu a obrigatoriedade em disseminar esta educação em função da melhoria do meio ambiente. Logo, entende-se a importância em se trabalhar a Educação Ambiental visando um olhar cidadão da sociedade atual em relação ao futuro que se pretende alcançar, repensando sobre a prática da sustentabilidade seja na ocasião da exploração dos recursos naturais, ou mesmo no consumo individual de cada cidadão.

É possível notar no espaço/tempo entre os 1988 e 1999, o país passou por reformas educacionais e a EA que se fazia presente em discussões internacionais e nacionais, se fez presente nos principais documentos/leis resultantes das reformas educacionais da década de 90, como podemos destacar: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o que contribuiu na efetivação de uma legislação específica para Educação Ambiental nas escolas brasileiras, a Lei nº 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental.

O interesse em discutir sobre a temática surgiu a partir da experiência enquanto Pedagoga na rede municipal de ensino do município de Santarém - PA, nos anos de 2013,

2014 e 2015, quando atuei em escolas em que a educação ambiental era uma das principais metodologias trabalhadas nas instituições. Em 2013, atuei na Escola Municipal Irmã Dorothy Mae Stang, localizada na região de planalto (zona rural) do referido município, onde através da experiência profissional, pela primeira vez tive o contato com a Educação Ambiental através de práticas pedagógicas, com a proposta de educação integral para alunos de 6º ao 9º do ensino fundamental.

Já no ano de 2014 e 2015, atuando ainda como Pedagoga, mas já na Escola Municipal da Floresta (localizada na mesma região supracitada), tive a oportunidade de compreender mais sobre a importância do trabalho com EA, e muitas inquietações acerca da necessidade de realizar um trabalho de continuidade com as crianças (oriundas das escolas regulares da rede) que visitavam a escola com intuito de aprender boas práticas de educação ambiental para com o meio ambiente. A principal indagação que se fazia estava pautada na seguinte reflexão: Como saberemos se o conteúdo abordado transformou de alguma maneira os hábitos e/ou atitudes incoerentes deste cidadão/aluno para com o meio ambiente? Foi significativo o trabalho desenvolvido?

A indagação se apresentava a partir da reflexão que não somente eu, enquanto pedagoga propunha para os educadores, equipe composta por biólogos, engenheiro florestal, professores com magistério ou com formação superior incompleta, mas que também provocava nestes educadores o entendimento da importância de continuar o trabalho nas escolas regulares da rede municipal que visitavam a Escola Municipal da Floresta e era de total concordância da gestão escolar.

No entanto as dificuldades em desenvolver um trabalho permanente foram maiores do que simplesmente a vontade de fazer Educação Ambiental de maneira contínua e permanente e para além do espaço da Escola da Floresta.

Alguns aspectos percebidos na ocasião dos anos de 2014 e 2015 e considerados como dificuldades no desenvolvimento de um trabalho mais efetivo de Educação Ambiental pela Escola Municipal da Floresta foram: ausência de transporte escolar, diminuição de carga horária de professores, cortes de salários e de funcionários, falta de investimento nos espaços denominados de salas de aula, entre outros.

Dessa forma, considerando a Educação Ambiental uma exigência Constitucional Federal no Brasil (1988), cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a responsabilidade da implantação de políticas públicas para esta educação, e na forma da Lei nº 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental Brasileira, exigindo um trabalho contínuo e permanente de educação ambiental nos espaços formais e não-formais, o

município de Santarém – PA, através da Secretaria Municipal de Educação apresenta 02 (duas) escolas – polo, disseminadoras de educação ambiental, tais como: a Escola do Parque e Escola da Floresta.

No entanto, o que se tem notado na literatura sobre a temática do objeto investigado, a pesquisa (dissertação) desenvolvida por Barbosa (2008) cujo foco de estudo foram as escolas municipais de Belo Horizonte – Minas Gerais, investigou a realidade das escolas municipais em Belo Horizonte, no sentido de verificar como a política de educação ambiental foi implementada na realidade mineira e buscou também a compreensão dos conceitos dos participantes da pesquisa quantos aos conceitos de meio ambiente e educação ambiental.

A pesquisa realizada por Barbosa (2008, p. 163) apontou que as escolas participantes da pesquisa estão buscando implementar a EA a partir das orientações políticas da área, e mesmo que a realidade da região encontre-se favoráveis, próximas dos grandes polos educacionais do Brasil, o que permite maior participação de debates e discussões sobre a temática, na visão da autora ainda há muito por fazer, atribuindo ao Estado “redirecionar as ações das instituições de ensino para que as atividades sejam acompanhadas, avaliadas e recebam os devidos recursos para sua execução”.

Buscando referenciais da realidade local, destaca-se a pesquisa (tese) desenvolvida por Santos (2016), intitulada de “Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais” apontam que as escolas: Escola Municipal do Parque e Escola Municipal da Floresta, em que as escolas supracitadas, de acordo com Santos (2016) não apresentam um trabalho rotineiro dentro da rede municipal de ensino, chegando nestas apenas quando são solicitadas, o que é notório entendimento da ineficácia do desenvolvimento mais pontual das políticas de educação ambiental das escolas em questão no entorno da rede municipal de ensino.

Na pesquisa (dissertação) desenvolvida por Goch (2017), intitulada de “Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016” que traz um panorama das políticas educacionais propostas pela Secretaria Municipal de Educação de Santarém (PA), apontam uma “ruptura” com os objetivos traçados nos projetos das escolas da Floresta e do Parque, e que de acordo com a referida autora sofreram influências políticas partidárias, portanto retrocedendo ao que estava proposto em seus projetos de implantação.

Diante do contexto das pesquisas supracitadas, entendendo a necessidade de um aprofundamento no campo das políticas de educação ambiental implantadas nas escolas municipais da Floresta e do Parque, o estudo apresenta como questão central da pesquisa: De

que forma a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99 vem sendo desenvolvida nas escolas do Parque e da Floresta, tendo em vista que as escolas são polos disseminadores de práticas de educação ambiental no município de Santarém – Pará?

Sendo assim, as questões norteadoras da pesquisa foram: De que maneira a Política Nacional de Educação Ambiental está articulada nos Planos Municipais de Educação (2004 – 2013 e 2015 – 2025) de Santarém (PA)? Qual a percepção dos professores sobre os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e da Política Nacional de Educação Ambiental? Que ações são desenvolvidas pelas escolas do Parque e da Floresta e os principais desafios para o desenvolvimento das ações?

Portanto o objeto de investigação da presente pesquisa foi a Política de Educação Ambiental desenvolvida pelas escolas municipais do Parque e da Floresta, através das ações propostas, sendo que o principal objetivo das referidas escolas é a articulação com as demais escolas da rede municipal de ensino, tendo em vista que ambas as escolas são polos disseminadores de Educação Ambiental no município de Santarém-PA, e foram fundadas com o propósito de implementar a Política Nacional de Educação Ambiental, garantida pela Lei 9.795/99.

É importante enfatizar que a criação da Coordenação de Educação Ambiental no ano de 2006 foi crucial para que a Política Nacional de Educação Ambiental fosse realidade através da fundação das duas escolas: da Floresta e do Parque, devido a implantação do Programa Escola da Gente (2005), no governo da ex-prefeita Maria do Carmo Martins e que de acordo com Goch (2017, p. 78):

A política educacional desenvolvida neste governo se deu por meio do Programa Escola da Gente com os seguintes objetivos: resgatar a autoestima, despertar talentos, conhecer e valorizar a própria cultura, prevenir e combater doenças, preservar o meio ambiente, compartilhar responsabilidades, além de transformar a escola num elo do estudante com a família e com a sociedade.

Observa-se que o Programa considerou a importância da preservação do meio ambiente, portanto de fácil compreensão que a criação da Coordenação de Educação Ambiental teve papel fundamental na implementação da Lei 9.795/99, com a fundação das Escolas da Floresta (2008) e do Parque (2010).

A dissertação teve como objetivos:

Geral: Analisar o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999, através do trabalho das escolas da Floresta e do Parque, polos

disseminadores de Educação Ambiental na rede municipal de ensino, no município de Santarém (PA).

Específicos:

1. Identificar a articulação entre a Política Nacional de Educação Ambiental no cenário educacional do município de Santarém – PA, através dos Planos Municipais de Educação (2004 – 2013 e 2015 – 2025).

2. Verificar a percepção dos professores sobre os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e a da própria Política de Nacional de Educação Ambiental;

3. Apontar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas escolas do Parque e da Floresta e os principais desafios para o desenvolvimento do trabalho;

Para a realização desta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa pressupondo o processo de análise e reflexão sobre o objeto da pesquisa que trata das ações desenvolvidas pelas Escolas do Parque e da Floresta, pautadas nas políticas de educação ambiental implementadas nas escolas municipais da Floresta e do Parque, assim como será imprescindível no alcance dos objetivos e compreensão dos questionamentos propostos no presente estudo.

Para Dantas e Cavalcante (2006, p. 02):

A pesquisa qualitativa de caráter exploratório estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

A compreensão sobre o conceito de Dantas e Cavalcante (2006) sobre a pesquisa qualitativa quando aponta sobre os aspectos da subjetividade é que serão obtidos através das respostas aos questionamentos do roteiro de entrevista proposto aos participantes da pesquisa durante o desenvolvimento da investigação.

Marconi e Lakatos (2012) indicam alguns caminhos a serem seguidos na pesquisa qualitativa: ter ambiente natural como fonte direta dos dados; ser descritiva; analisar intuitivamente os dados; o pesquisador deve preocupar-se com o processo da pesquisa, não somente com os resultados; e por fim enfatizar o significado da pesquisa.

Portanto acredita-se que opção pela abordagem qualitativa se adequa a proposta da pesquisa por se tratar de uma investigação que buscará na análise de documentos e nas respostas ao roteiro de entrevistas a compreensão sobre o objeto da pesquisa.

A presente pesquisa esteve apoiada em três etapas: a primeira **revisão bibliográfica**, pelo qual realizou-se uma busca sobre na literatura da temática da pesquisa, no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e em livros relacionados à temática. A segunda etapa da investigação se deu através da **análise documental** por utilizar de fontes documentais, como a Política Nacional de Educação Ambiental, Planos Nacionais de Educação (2001 – 2010 e 2014 – 2024), Planos Municipais de Educação de Santarém - PA (2004 – 2013 e 2015 – 2025) e os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP's das Escolas da Floresta e do Parque. Já a terceira etapa da pesquisa é a de **campo**, em serão entrevistados (01) coordenador/Assessoria de Planalto, 01 coordenador/Educação Ambiental e Gestor da Escola do Parque, 01 Gestor da Escola da Floresta, e 05 professores/Educadores Ambientais.

Justifica-se a escolha dos participantes da pesquisa, por ser um público que atuam nas escolas pesquisadas e nos setores responsáveis do desenvolvimento da Educação Ambiental no município de Santarém, vinculados a Secretaria Municipal de Educação de Santarém, Pará, Brasil.

Revela-se com maior ênfase que o desenvolvimento de uma pesquisa do tipo documental está pautado na possibilidade de compreender a informações “justificando o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização” (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 02). Dessa maneira compreende-se que através da análise documental os resultados proporcionaram uma investigação sobre como a Política de Nacional de Educação Ambiental estão traçadas nos principais documentos utilizados para esta pesquisa.

No que se refere a pesquisa de campo, a pesquisa foi desenvolvida em 03 (três) espaços físicos: na Secretaria Municipal de Educação, especificamente na Assessoria de Planalto (em Santarém-PA), Escola do Parque, em que atualmente está funcionando também a Coordenação de Educação Ambiental e Escola da Floresta. Acena-se que pesquisa de campo tem o caráter investigativo, no sentido de que esse tipo de pesquisa, segundo Piana (2009) promove o deslocamento do pesquisador até o local, em que se encontram os participantes da pesquisa, além disso, promove um encontro direto entre pesquisador e participante da pesquisa.

Com relação aos dados subjetivos da pesquisa, foi de grande valia a utilização da entrevista com os participantes do estudo, visando o recolhimento de dados fidedignos, mostrando-se assim um instrumento de coleta de dados eficaz para o alcance dos objetivos da investigação. Para Barros e Lenfeld (2007):

A entrevista é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador. O termo entrevista é constituído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas, portanto, o termo entrevistado refere-se ao ato de perceber o realizado entre duas pessoas. (Barros e Lenfeld 2007, p. 108).

Sendo assim, a busca por determinadas respostas individuais, a fim de descobrir os fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas, justifica a opção pelo uso da presente técnica, que permitirá a aproximação com os participantes componentes da pesquisa, bem como oportuniza o estímulo na ampliação das respostas dos participantes, através da liberdade que a entrevista semiestruturada possibilita. Sendo assim, observar-se que a vantagem na escolha deste instrumento de pesquisa permite ao pesquisador maior flexibilidade nas questões direcionados ao participante, bem como tem-se a oportunidade de observar atitudes, reações e condutas durante a pesquisa e principalmente a obtenção de dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo (BARROS E LENFELD, 2007).

É importante ressaltar que para a aplicação das entrevistas com os participantes da pesquisa foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, obedecendo aos critérios da ética na pesquisa com seres humanos, conforme dispõe a resolução 510/2016.

Para a Resolução nº 510/2016 desenvolver uma pesquisa respeitando as normas éticas propostas é ter a certeza da confidencialidade das informações obtidas, do respeito a privacidade do sujeito da pesquisa, que será orientado sobre do que se trata a pesquisa e todas as etapas, dos quais o participante preencherá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que o pesquisador ressaltará também os possíveis riscos e benefícios da pesquisa.

A análise de dados para este estudo tomou como referência Bardin (2006) e a técnica de análise de conteúdos, procedimento muito utilizado em pesquisas de abordagem qualitativas. Bardin (2006) e Mozzato e Grzybovski (2011) compreendem que a técnica de análise de dados é uma metodologia de interpretação que envolve desde a preparação dos dados para análise até a inferência dos dados coletados.

Portanto, entende-se que a técnica de análise de conteúdo é adequada às análises do material coletado no decorrer da pesquisa, uma vez que Bardin (2006) pressupõe a organização dos conteúdos, perpassando pelas três fases para o desenvolvimento da análise de conteúdo defendida pelo referido autor: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase de pré-análise organizou-se todo o material coletado com o objetivo de torná-lo operacional para as demais etapas, enfatizando que na presente pesquisa obteve-se como material operacional os documentos PNEA, PNE's, PME's e PPP's das escolas, e entrevistas coletadas com os participantes da pesquisa: coordenador, gestores e professores.

Na fase de exploração do material foi necessário agrupar os dados, de modo que se definiram as seguintes categorias:

- **Análise dos documentos:** Política Nacional de Educação Ambiental e Planos Municipais de Educação/Santarém - PA, com o intuito de compreender qual a articulação existente entre os referidos documentos.
- **Análise das entrevistas:** Percepção sobre políticas de educação ambiental e Ações de educação ambiental das escolas participantes da pesquisa, com o propósito de analisar os principais conceitos que envolvem a questão e a realidade do trabalho desenvolvido no *lócus* da pesquisa.

É importante ressaltar que ambas as análises tiveram como base teórica a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental nas escolas pesquisadas, com o intuito de responder os objetivos da pesquisa.

Para Bardin (2006) a fase do tratamento dos resultados é a etapa que se propõe não somente a inferência e interpretação, mas principalmente uma análise reflexiva e intuitiva das análises documentais e principalmente do material coletado nas entrevistas, uma vez que permite o pesquisador um olhar crítico-reflexivo no processo de interpretação dos dados, promovendo uma discussão à luz dos principais teóricos que tem evidenciado em seus estudos a referida temática.

Para a discussão dos dados desta pesquisa, buscou-se o embasamento teórico em Guimarães (2004), Barbosa (2008), Loureiro (2009), Reigota (2012), Ribeiro (2013) e Valério (2014), Moraes e Loureiro (2017), Rodrigues (2018) e Biasoli e Sorrentino (2018), bem como documentos oficiais como a Constituição Federal de 1998 e pela Política Nacional de Educação Ambiental.

O presente estudo indubitavelmente contribuirá para a efetivação das políticas públicas de educação ambiental implantadas pelos polos na rede municipal de ensino de Santarém – PA, na tentativa de ampliar a visão dos representantes do governo local, através da secretaria de educação, sobre a importância de se fazer educação ambiental mais presente nas escolas, tendo em vista a proposta da legislação nacional para educação ambiental. Além disso, espera-se ainda que a pesquisa possa subsidiar novas pesquisas na região amazônica, e na

ampliação do banco de dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no tocante à educação ambiental.

A presente dissertação está organizada em quatro seções, e ainda contempla a introdução e as considerações finais. Na introdução foi realizada uma breve contextualização sobre a temática abordada, e apresentado o interesse pelo desenvolvimento da pesquisa, o problema e a justificativa pela escolha do tema, além disso, os objetivos traçados, objeto de estudo, bem como a metodologia adotada na pesquisa. Na seção 2, intitulada de **Meio Ambiente, Educação Ambiental e Políticas Públicas: Contexto histórico e principais conceitos** têm como objetivo apresentar a revisão da literatura que embasou o estudo e que está dividida em quatro subseções: 2.1 Meio Ambiente, 2.2 Educação Ambiental no aspecto conceitual, 2.3 Políticas Públicas, 2.4 Educação Ambiental no Brasil.

Na seção 3, intitulada de **Educação Ambiental no Município de Santarém – Pará (Brasil)**, trata da caracterização da EA no presente município após a criação da Coordenação de Educação Ambiental no ano de 2006, através da Secretaria Municipal de Educação e a realidade que se instalou com a fundação das Escolas polos de EA: Escola Municipal da Floresta (2008) e Escola Municipal do Parque (2010). A presente seção está dividida em duas subseções: 3.1 Caracterização da Escola da Floresta e 3.2 Caracterização da Escola do Parque, uma vez que as escolas supracitadas são as escolas pesquisadas.

Na seção 4 dar-se início as análises dos dados, específicas dos documentos, em que tem como título **A Política Nacional de Educação Ambiental e os Planos Municipais de Educação de Santarém (PA) (2004 – 2013 e 2015 – 2025): articulações ou aproximações?** A presente seção está dividida em duas subseções: 4.1 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2004-2013) e 4.2 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2015-2025).

Na seção 5 iniciam-se as análises dos dados coletados através das entrevistas com os participante deste estudo, intitulada de **Políticas de educação ambiental: a realidade das Escolas Municipais do Parque e da Floresta**, foi possível traçar o perfil dos atores do trabalho com EA nas escolas pesquisadas, assim como a discussão sobre os principais conceitos sobre Meio Ambiente, Educação Ambiental e Política de Educação Ambiental apontados pelos entrevistados, bem como a visão desses atores com relação às ações desenvolvidas pelas Escolas Municipais do Parque e da Floresta e os principais desafios para que o trabalho aconteça. A seção está dividida em três subseções: 5.1 Perfil dos entrevistados, 5.2 A percepção dos atores da pesquisa sobre meio ambiente, educação ambiental e política

nacional de educação ambiental e 5.3 As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas escolas municipais do parque e da floresta: desafios e possibilidades.

Por fim, as considerações finais que apresenta a reflexão sobre as principais questões levantadas no bojo da pesquisa desenvolvida.

2 MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTO HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS

2.1 Meio ambiente

Conceitos sobre meio ambiente pode ser entendido sob distintas óticas, isto depende do conhecimento a partir da literatura estudada. Para Reigota (2012) meio ambiente é “um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e constante interação os aspectos naturais e sociais”. Logo, entende-se que o meio ambiente é um determinado espaço em que são travadas relações constantes entre o homem e a natureza, ressaltando que os recursos naturais disponibilizados pelo meio ambiente são fonte de vida para o homem.

Na década de 70, de acordo com Reigota (2012), houveram 03 (três) conceitos sobre meio ambiente, classificados como sendo definições “originadas nos meios científicos”. O primeiro conceito trata-se da definição de Meio Ambiente do Geógrafo Francês Pierre Jorge:

(...) ao mesmo tempo o meio é um sistema de relações onde a existência e a conservação de uma espécie são subordinados aos equilíbrios entre processos destrutores e regeneradores e seu meio – meio ambiente é o conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico. (Jorge *apud* Reigota, 2012, p. 34).

A compreensão do conceito remete o entendimento de que o meio ambiente exerce uma influência nas relações entre os seres vivos de uma mesma espécie, ou não, que nas relações são capazes de manter equilíbrio sobre a manutenção da vida no planeta, ou seja, havendo relações harmônicas há um equilíbrio ecológico, e quando não ocorre, há a capacidade de extinção ou mesmo destruição da espécie.

Reigota (2012) aponta o segundo conceito, que decorre do ecólogo Duvigneaud, que define meio ambiente como sendo “composto por dois aspectos: 1) o meio ambiente abiótico físico e químico e 2) o meio ambiente biótico”, ou seja, trata-se de um conceito que engloba os seres que tem vida e os sem vida, existentes na Terra.

Por outro lado o terceiro conceito trata-se do entendimento do psicólogo Silliamy *apud* Reigota (2012), que afirma que meio ambiente “é o que cerca um indivíduo ou um grupo, englobando o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social com suas instituições, sua cultura, seus valores”. Tal conceito não se afasta do entendimento dos demais citados anteriormente, embora favoreça a reflexão sobre a obra de Gonçalves (2006) quando se refere

ao início do movimento ecológico em defesa do meio ambiente, quando a origem do movimento se dá a partir da necessidade de conservar e preservar os recursos naturais como fonte de vida, uma vez que as indústrias estavam produzindo em grande e dessa maneira deram início a degradação ambiental.

Gonçalves (2006) com relação a relação do homem com a natureza, assim como a origem do movimento ecológico, e as lutas sociais em busca dos seus direitos, destaca o seguinte posicionamento:

De onde emerge o movimento ecológico? Talvez seja interessante observar os diversos movimentos sociais e verificar o que o ecológico tem em comum com eles e em que se diferencia. Vários são os movimentos sociais que se apresentam: são os operários, os camponeses, os indígenas, as mulheres, os negros, os homossexuais, os jovens, etc. que se organizam e lutam. Há um traço comum a esses movimentos: todos eles- emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância. (GONÇALVES, 2006, p.18).

O autor destaca os exemplos de lutas sociais possibilitando a compreensão de que as lutas são de grupos individualizados, mas que demonstram através dos direitos adquiridos um bem-estar em sociedade. Outra questão que acena Gonçalves (2006) é com relação ao caráter difuso do movimento ecológico, ou seja, não há um grupo específico de forças em busca do direito social ao meio ambiente ecologicamente saudável para as gerações do presente e do futuro no planeta (CF-1988), há uma difusão de representações de cada grupo mencionado que compreende as relações com a natureza de modo diferente:

Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade). com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura. Chocam-se com valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados. É por esse caráter difuso de um movimento que, no fundo, aponta para uma outra cultura, que os ecologistas se encontram envolvidos com questões tão diferentes como a luta contra o desmatamento, contra os agrotóxicos, os alimentos contaminados, o crescimento da população, a urbanização descontrolada, o gigantismo tecnológico e o nuclear, a poluição, a erosão dos solos, a extinção de animais, etc. (GONÇALVES, 2006, p. 21).

Considerando os conceitos apresentados por Reigota (2012) e a compreensão sobre essa relação do homem com a natureza, bem como a origem do movimento ecológico, pode-se compreender sobre o aspecto da relação entre o meio natural, representado pelos sistemas ecológicos, bem como a representação social, através da figura do homem, demonstrando que ambos interagem a todo tempo, logo são o meio ambiente em constante movimento através da interação existente.

Em relação à consciência ecológica Ribeiro (2013) acena que:

(...) as transformações e adaptações necessárias na atual crise múltipla não podem ser as mesmas que eram dadas em momentos anteriores da história, quando os limites da capacidade de suporte do planeta ainda não eram testados. As respostas precisam ir além para serem efetivas. (...) A expansão da consciência ecológica e da necessidade da ação comum para cuidar do ar, da água, dos solos e de tudo o que sustenta a vida, fortalece o movimento pela unificação política da espécie. (RIBEIRO, 2013, p. 72/73).

Por isso, pensar em meio ambiente nos dias atuais, é entender a relação do movimento histórico que deu origem a necessidade de pensar numa educação, que levasse o homem a trabalhar as questões do meio ambiente, nesse caso a educação ambiental, e que na atualidade tem ganhando força, sendo amplamente discutida nos campos locais, nacionais e internacionais, e que tem provocado alerta com relação a degradação naturais e sociais, e que estão cada vez mais presentes nas vidas dos homens (Ribeiro, 2013). No entanto faz-se necessário compreender os eventos que impulsionaram os debates em nível internacional e posteriormente nacionalmente sobre meio ambiente.

2.1.1 Meio ambiente e educação ambiental no cenário internacional

A trajetória histórica que apontam um dos fatos para repensar a questão do meio ambiente remontam o ocorrido em Londres em 1952, onde, segundo Dias (2004), o ar foi poluído (enxofre, cádmio, níquel, arsênico, entre outros) e matou em torno de 1600 pessoas, no que foi considerada pelo autor como “a primeira grande catástrofe ambiental” e que resultou na reflexão da necessidade de criar uma Lei que promovesse a segurança da população e qualidade de vida, sendo assim criada a Lei do Ar Puro, mas somente 4 anos depois do desastre, em 1956.

Destaca-se que em 1953, de acordo com Brasil (1998), Minamata, cidade Japonesa, presenciou um dos graves problemas ambientais, sendo sua população vítima da poluição causada por mercúrio, em que as indústrias despejavam nos rios e solos o que ocasionou riscos à saúde para sua população, e muitas crianças nasceram com problemas neurológicos, doença conhecida como “anencefalia (falta de cérebro)” e que ficou muito conhecida como o “mal de Minamata”.

Outro fato importante que serviu como estopim para despertar o cuidado com as questões do meio ambiente foi a publicação do livro “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa) de Raquel Carson, lançado em 1962, ao alertar o uso de DDT (Dicloro Difênil, Tricloroetano), e que de acordo com Santos (2016):

O livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) lançado no ano de 1962, de autoria da bióloga norte-americana Raquel Carson, alertou às autoridades dos Estados Unidos e do mundo que os inseticidas do tipo DDT, utilizados nas plantações dos campos estadunidenses, estavam contaminando as espécies vivas e poderiam contaminar outras gerações. (SANTOS, 2016, p. 24-25):

Entende-se que as discussões que se tem na atualidade, são respostas aos acontecimentos supracitados e que desencadearam em eventos de cunho internacionais e nacionais para discutir sobre o meio ambiente, e que de fato impulsionaram a reflexão sobre a importância da manutenção do meio ambiente. Além dos marcos acima expresso, muitos outros eventos foram considerados relevantes, para a amplitude que se tem na atualidade do conceito que envolve as questões ambientais. É sobre a ótica do meio ambiente, que se traga à baila uma contextualização sobre a educação ambiental, pois esta trata exclusivamente das questões que dizem respeito os problemas ambientais, que se apresentam em GAIA¹, como ferramenta de transformação de uma sociedade humana, que precisa mudar, ou seja, transformar-se com comportamentos adequados em prol de um ambiente de qualidade a TODOS.

A respeito de Educação Ambiental, Brasil (1998), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) é considerada um marco histórico relevante quando da utilização pela primeira vez do termo “Educação Ambiental”, sendo utilizado na Conferência de Educação da Universidade de Keele – Inglaterra, em março de 1965, e seu propósito era que a “expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar parte essencial da educação de todos os cidadãos”.

Quanto a criação do Conselho de Educação Ambiental, idealizado na Inglaterra em 1968, tendo como objetivo principal a introdução da educação ambiental no currículo escolar, além disso, outro fator pode ser considerado relevante neste contexto, quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) desenvolveu um estudo sobre o processo da condução da educação ambiental a ser desenvolvida nas escolas:

¹ Nome dado à Terra, entendida como um sistema fisiológico único, uma entidade que é viva pelo menos até o ponto em que, assim como os outros organismos vivos, os seus processos químicos e a sua temperatura regulam-se automaticamente em um estado favorável aos seus habitantes (LOVELOCK, 2006, p.12 in: SANTOS, 2016, p. 25).

Além disso, pelo menos mais seis países europeus (Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia) emitiram deliberações oficiais a respeito da introdução da educação ambiental no currículo escolar. **Mas a maior novidade do ano neste setor foi a forma pela qual a educação ambiental passou a ser encarada:** a UNESCO realizou um estudo sobre o meio ambiente e a escola, junto a setenta e nove de seus países-membros. Por este estudo, ficou claro que a Educação Ambiental não deveria constituir-se em uma disciplina específica no currículo das escolas, tendo em vista sua complexidade e a interdisciplinaridade. (BRASIL, 1998).

Desta forma, é bem notório que a educação ambiental, quanto política educacional no contexto internacional há alguns anos já se apresenta como uma preocupação a ser tratada nas escolas, no sentido de buscar a melhoria do meio ambiente. A importância da UNESCO em determinar que a Educação Ambiental não deveria se apresentar nos currículos escolas como disciplina específica, mas como práticas interdisciplinares cotidianas visando a cidadania (BRASIL, 1998).

Loureiro (2009) enfatiza que após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente humano, realizado na Universidade de Keele em 1965, foi elaborado um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), em que estavam envolvidos no processo de elaboração do referido programa a Unesco e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Outro marco importante que merece destaque no contexto histórico sobre a necessidade da reflexão sobre o meio ambiente e a forma como a sociedade está interagindo com a natureza, aconteceu em 1972, a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, conhecida também como Conferência de Estocolmo, momento relevante para a construção de ações preventivas para diminuir a poluição nos países participantes da referida conferência (BRASIL, 1998).

Com a articulação entre as organizações internacionais, ocorreu em Belgrado, considerado um dos principais eventos que marcam a história da Educação Ambiental no cenário mundial: I Seminário Internacional de Educação Ambiental (1975), cujo propósito estava pautado na discussão sobre a necessidade de repensar sobre uma nova “ética global e ecológica” e, que estava vinculada entre as questões ambientais, os problemas com a fome, pobreza, analfabetismo, especialmente sobre a degradação ambiental e a exploração humana, resultado do modelo econômico de desenvolvimento (Brasil, 1998).

Neste sentido, compreende-se que as discussões em torno da educação ambiental não estavam pautadas somente nos aspectos ambientais de degradação e poluição do meio

ambiente, mas se referiam também sobre o contexto social em que os problemas ambientais aconteciam, e como os fatos estavam fortemente relacionados nas relações humanas/sociais.

Sobre as Conferências internacionais sobre Educação Ambiental, Santos (2016) traz à baila importantes informações e marcos estabelecidos ao enfatizar quais foram os principais eventos internacionais que fortaleceram a Educação Ambiental: a Conferência de Estocolmo (1972), o Seminário de Internacional em Belgrado (1975) e a Conferência Intergovernamental em Tbilisi (1977), sendo que neste último ficaram definidos objetivos e estratégias que deveriam ser adotados pela população mundial, entendidas como novas posturas frente ao Meio Ambiente, visando a conservação e preservação da natureza.

Dentre os objetivos e estratégias traçados na Conferência de Tbilisi, Reigota (2006) assinala:

- a) *conscientização*, levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e dos problemas conexos e de se mostrarem sensíveis aos mesmos. Isto significa que a educação ambiental deve procurar chamar a atenção para os problemas planetários que afetam a todos (...);
- b) *conhecimentos*, induzir nos indivíduos e nos grupos a obtenção de uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano. Assim, educação ambiental não deve só transmitir o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais;
- c) *comportamento*, induzir nos indivíduos e nos grupos a aquisição do sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade;
- d) *competência*, levar os indivíduos e os grupos a adquirir *o savoir-faire* (“saber fazer”) necessário à solução dos problemas. Embora nem todos tenham capacidade técnica para atuar nos problemas ambientais, reconhecer essa deficiência é um primeiro passo para superá-la;
- e) *capacidade de avaliação*, levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente, em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, estética e educativa.
- f) *a participação*, levar os indivíduos e os grupos a perceber suas responsabilidades e necessidades de ação imediata, para a solução dos problemas ambientais; procurar nas pessoas o desejo de participar na construção de sua cidadania; (REIGOTA, 2006, 31-34).

Dessa maneira entende-se que as conferências internacionais tiveram papel fundamental nas concepções atuais sobre a necessidade de transformação das ações humanas que degradam o ambiente e a qualidade de vida, em ações de reflexão sobre o futuro que se pretende alcançar (planejamento visando a sustentabilidade), especialmente através da reflexão que os objetivos e estratégias traçados em Tbilisi puderam promover, portanto, o pensar na coletividade, mediante todas as situações vivenciadas na atualidade e agir em prol da garantia da conservação e preservação do meio ambiente, bem como na promoção política, cultural e social que estão atrelados à questão ambiental.

E com relação aos objetivos definidos para o desenvolvimento de um trabalho de educação ambiental, a sociedade humana precisa colocar em prática no cotidiano, no sentido de buscar alternativas para o equilíbrio na qualidade da relação entre homens e os recursos naturais, além de que é necessária a compreensão de sensibilidade, conscientização para o uso adequado dos recursos que se tem disponível, mas, é importante enfatizar, a busca incessante de atitudes e comportamentos da sociedade, em priorizar uma educação ambiental cotidiana, que tenha como foco o compromisso na qualidade do meio ambiente para o presente e principalmente para as futuras gerações.

2.2 Educação ambiental no aspecto conceitual

Quanto a Educação Ambiental, Santos (2016) aponta que está educação é definida e compreendida como “respeito mútuo entre homens, a vivência da cidadania, a participação política, bem como a construção do pensamento crítico de cada indivíduo para o meio ambiente em suas distintas formas física e social” (SANTOS, 2016, p. 27).

Por outro lado Fonseca (2009) acredita que a educação ambiental é o ato de “formar cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões incidentes sobre a realidade socioambiental, de forma comprometida com a vida do planeta”. O autor é enfático em pontuar a importância desta educação na transformação da realidade da sociedade, através das atitudes individuais e coletivas que combatam a agressão ao meio ambiente.

Guimarães (2004) indica que a educação ambiental é “potencialmente, um instrumento de gestão, por sua capacidade intrínseca de intervir no processo de construção social da realidade, ou para conservá-lo ou para transformá-lo”, o que se confirma na ideia dos demais autores já citados, quando o ponto de partida da educação ambiental é a transformação social da realidade de degradação ambiental vivenciadas cotidianamente.

Loureiro (2009) trata a educação ambiental sobre a ótica da educação capaz de atuar como elemento de transformação social, educação para a cidadania e destaca que:

(...) no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e de vida em sua totalidade. (...) Numa perspectiva transformadora e popular de Educação Ambiental, nos educamos dialogando com nós mesmos, com aquele que identificamos como sendo de nossa comunidade, com a humanidade, com os outros seres vivos, com os ventos, as marés, os rios, enfim, o mundo (...). (LOUREIRO, 2009. p. 24).

Dessa maneira não existe a possibilidade de pensar em meio ambiente e educação ambiental sem relacionar o papel social que esta educação promove para a conservação e preservação do meio ambiente através das ações individuais e coletivas da população adotando boas práticas e costumes cotidianos em relação aos cuidados com o meio ambiente que se está inserido.

É certo que a educação ambiental se apresenta sobre diferentes entendimentos, mas é bem perceptível que a questão do pensamento crítico e a participação política dos cidadãos, a vivência na transformação social como apontam os autores acima em destaque deve estar inclusas no processo da aplicabilidade da educação ambiental, voltadas para melhoria do meio ambiente.

Partindo do pressuposto da educação transformadora, o conceito a que se tem de educação ambiental aqui, parte da linha teórica de Loureiro (2009), que apresenta a educação ambiental como a que promove:

(...) *práxis* social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne. (LOUREIRO, 2009, p.90).

Desta forma, acredita-se em uma educação ambiental no sentido de transformar, ou melhor, mudar hábitos e atitudes dos homens, para que se busque um meio ambiente de qualidade. É importante destacar ainda que a educação ambiental está pautada em processos pelos quais a sociedade se apropria de hábitos e costumes éticos para com o meio ambiente, ao qual está inserido, seja de maneira individual ou em espaços coletivos, capazes de transformar a realidade local através de posturas políticas, sociais e culturais, tornar esta educação ambiental numa cultura do cotidiano dos seres humanos.

O exercício de práticas de educação ambiental precisam estar em consonância com os problemas ambientais que afetam o planeta Terra, e que deve-se pensar nas ações de educação ambiental de maneira global, mas agir a partir dos problemas locais (Santos, 2016). E, no tocante as ações de educação ambiental no Brasil, ressalta-se que esta educação é assegurada por lei, que regulamenta desde os objetivos, aos princípios da efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios sua execução.

Entende-se que se faz necessário compreender melhor as políticas públicas, enfatizando desde seus processos de construção, à implementação, com o propósito de perceber a relevância das políticas públicas educacionais, como podemos observar a seguir.

2.3 Políticas públicas

A função da Política Pública (PP) para a sociedade pode ser facilmente compreendida na promoção dos direitos aos cidadãos, direitos estes expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tais como podemos destacar o Art. 5º que afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, portanto são garantidos direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, assim como no Art. 6ª quanto aponta sobre os direitos sociais à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, dentre tantos outros direitos apontados na CF/88 (BRASIL, 1988).

A linha de raciocínio aponta para a compreensão de que a política pública é quem garante os direitos individuais e coletivos da população brasileira. Dessa maneira há a necessidade de atender às demandas sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas, científicas através da elaboração de programas, planos de governo, projetos e ações que supram os problemas que são postos.

Nessa perspectiva Riani (2013) compreende a Política Pública em duas importantes funções: como ciência e como ação:

Como ciência, é notório o seu caráter multidisciplinar envolvendo a Ciência Política, a Sociologia, a Economia, o Direito, entre outras, no campo de ação estatal para a solução de problemas da coletividade. Em síntese, política pública será considerada como sendo a ação (ou conjunto de ações) do Estado, ou sua omissão deliberada e consciente, para a solução de problemas coletivos.

Como ação (ou inação) estatal para enfrentar os problemas que lhe são postos, as políticas públicas podem ser da mais variada ordem: políticas econômicas, política de subsídio a determinados setores da economia, políticas regulatórias, política ambiental, política urbana e políticas sociais, tais como as educacionais, de saúde, e de redistribuição de renda, como a assistência social e, de certa forma, a previdenciária. (RIANI, 2013, p. 143/144).

A política pública tem importantes funções pelos quais remetem a compreensão da política pública como ciência que perpassa por todas as áreas do conhecimento, conhecendo e reconhecendo as mazelas da sociedade, buscando atender os direitos básicos do cidadão, atentando para as problemáticas de cunho coletivo, assim como tem o compromisso: o planejamento através de várias etapas, em que a primeira delas é elaborar uma agenda com os

principais setores sociais que demandam atenção, como educação, saúde, moradia, dentre outros (RIANI, 2013).

Para Riani (2013) as políticas públicas seguem 03 etapas primordiais para o bom andamento da proposta, a primeira é a definição da agenda, a segunda etapa trata da formulação da política pública com base na necessidade definida na agenda, e a terceira etapa trata da implementação da política, no entanto esta terceira etapa engloba duas importantes questões que promovem reflexões sobre as medidas tomadas para o desenvolvimento da mesma, trata-se do monitoramento e avaliação da PP.

Compreende-se que da fase analítica da proposta de política pública que se pretende desenvolver até a implementação da mesma, é na prática e no desenvolvimento do monitoramento e avaliação da PP que se chegará em conclusões sobre o nível de qualidade em que a política pública está sendo implementada, através não só de mecanismos de avaliação governamental, mas da importância de trazer a sociedade para discutir sobre a política pública na prática (RIANI, 2013).

Para Sekkel *et al.*(2018) as políticas públicas resultam:

(...) de processos de negociação e articulação de interesses processados em diferentes tempos e entre protagonistas sociais que incluem governantes, representantes dos sistemas legislativo e jurídico, assim como de setores organizados da sociedade civil como sindicatos, movimentos sociais, associações, instituições acadêmicas e profissionais, organizações e grupos, entre outros. (SEKKEL, *et al*, 2018, p. 655).

Os escritos de Sekkel *et al* (2018) permite a compreensão de que a sociedade civil organizada tem se apresentado atuante nas etapas de construção de políticas públicas, propõem agendas, participa de audiências públicas, exige ações concretas para suprir as demandas apresentadas, além disso, unem forças institucionais para exigir do governo medidas que tornem os direitos dos cidadãos uma realidade, cabendo ao poder legislativo operacionalizar as demandas apresentadas pela sociedade com intuito de defender os interesses dos cidadãos na construção de políticas públicas que atendam as necessidades individuais e coletivas da população.

Compreender o papel das políticas públicas educacionais e o processo de construção dessas políticas, remete o estudo sobre o enfoque desenvolvido por Stephen Ball e colaboradores, pelo qual pode-se destacar Richard Bowe, que ao desenvolver estudos sobre políticas, construíram a abordagem denominada de ciclo de políticas (MAINARDES, 2006).

2.3.1 Políticas públicas educacionais

De acordo com Mainardes (2006) a proposta de Stephen Ball é uma abordagem que se destaca pela natureza complexa e controversa, quando se trata da política pública educacional que enfatiza a necessidade de promover uma articulação entre os processos macro e micro no processo de construção das políticas públicas educacionais, ou seja, envolve a discussão entre as representações micropolíticas (grupos organizados, que representam a sociedade civil) e macropolíticas (representações do poder público, órgãos do governo).

Para Mainardes (2006):

Argumentar-se-á que a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. p. 48

Na direção do contexto de uma política educacional, que permita uma análise crítica sobre a possibilidade de formatar a política pública educacional, pautada na abordagem de Ball e Bowe (1992) apud Mainardes (2006), que é notadamente perceptível na teoria do ciclo de políticas, a abordagem sobre a necessidade de o ciclo ser contínuo e constituído por 05 distintos contextos, pelos quais são citados abaixo os três primeiros contextos, na busca da reflexão do processo:

O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. (...) É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. (...) o segundo contexto, o contexto da produção de texto. (...) Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. (...) o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. (MAINARDES, 2006, p. 52/53/54).

Em ambos os contextos referenciados pode-se compreender a ideia de Ball e Bowe (1992), no que se refere ao processo de construção de uma política pública, como um ciclo que se fecharia na etapa prática e principalmente a importância das possibilidades que uma

política pública, do ponto vista prático, pode provocar reflexões para o melhoramento da política, perpassando novamente por todos os contextos pontuados pelos autores na teoria da abordagem do ciclo de políticas.

Neste sentido, os outros dois contextos foram constituídos por Ball (1994) na obra *Education reform: a critical and post-structural approach*, sendo compreendidos como contextos que complementam os três primeiros contextos já mencionados, sobre o ciclo da política pública, e que são denominados de o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política.

O contexto dos resultados (efeitos) está incumbido de analisar se as políticas mediante a prática têm efeito nos aspectos sociais que envolvem questões da justiça, igualdade e liberdade individual do público alvo atendido pela política pública, ou seja, e a partir da ótica explanada, Mainardes (2006, p.55) acredita que no presente contexto, “as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes (...)”.

E no contexto da estratégia política, cabe nessa etapa a concretização de ações que contemplem atividades sociais e políticas necessárias para embate às desigualdades resultantes da política, logo entende-se que uma política pública está em constante transformações na medida em que se põe em prática e avalia o andamento da mesma e para além disso, enfatiza os aspectos positivos, mas também analisa as desigualdades sociais provocadas no andamento da política pública (MAINARDES, 2006).

Assevera-se que para o desenvolvimento da presente pesquisa o estudo da política pública que trata da oferta da Educação Ambiental nos espaços de ensino formais e não-formais, direito adquirido desde a Constituição Federal de 1988, Art. 225, que responsabiliza o poder público em assegurar educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, sendo assim pode-se considerar que através da CF/88 inicia-se uma nova discussão em âmbito nacional, especialmente sobre a relevância social e ecológica de introduzir a educação ambiental no cotidiano das pessoas (BRASIL, 1988).

No entanto somente em 1999 é que a Educação Ambiental ganhou patamar legal, através da Lei 9.795 de que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, política pública específica que norteia os fundamentos de aplicabilidade desta educação em escolas, espaços públicos, projetos de cunho não-governamentais, ou seja, a oferta da educação ambiental em ambientes formais e não-formais, mas visando promover mecanismos por “meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos,

habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” Art. 1º (BRASIL, 1999).

Dessa forma compreende-se que a execução da Política Nacional de Educação Ambiental nas esferas estaduais, Distrito Federal e municipais está sob responsabilidade de cada esfera, ou seja, “ na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas, e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” Art. 16 (BRASIL, 1999).

Acena-se para importância da consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental, lei nº 9.795/99, tanto no aspecto da sua execução, mas também refletindo, avaliando sobre a prática que está em execução, buscando sempre a conscientização e a sensibilização da necessidade da conservação e preservação do meio ambiente, considerando a natureza e seus recursos naturais fonte de vida para o planeta Terra, assim como para as populações que nele vivem, cabendo dessa forma a responsabilidade de todos os cidadãos o dever de cuidar, para manter.

2.4 Educação ambiental no Brasil

Como informado anteriormente, no Brasil a Educação Ambiental ganhou relevância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 225, que enfatiza sobre a importância da preservação do meio ambiente, tendo em vista ser um direito de todos os brasileiros usufruírem de um meio ambiente com qualidade, tanto para a população atual, quanto para as futuras.

Destaca-se que o Art. 225 acrescentou um fator importante quando dispõe da responsabilidade do poder público e da coletividade sobre dever de defender, através da preservação e conservação do meio ambiente, para se alcançar o objetivo da qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

No Brasil, na visão de Loureiro (2009) a educação ambiental se apresentou de maneira tardia, tendo em vista que os movimentos e primeiros registros de projetos e programas datam de meados da década de 70. O autor acena que somente com a inserção da Educação Ambiental no Constituição Federal Brasileira em 1988, é que começa a ganhar “dimensões públicas de grande relevância” (LOUREIRO, 2009).

A educação ambiental foi garantida também na primeira versão da Lei nº 9.394/96, - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida pela sigla LDB, em seu Art. 26,

parágrafo 7º, quando a Educação Ambiental é entendida como parte do currículo, e que deve ser integrada nos conteúdos obrigatórios, desde o ensino fundamental e seguir no ensino médio.

Entretanto é importante enfatizar que a atual versão da referida lei, o termo Educação Ambiental foi suprimido, dando lugar à um objetivo para o ensino fundamental, descrito no Art. 32º, quando afirma que para a que a formação do cidadão aconteça, o educando necessitará compreender as questões relacionadas ao ambiente natural e social, englobando o sistema político, a tecnologia, as artes, bem como os valores que fundamentam uma sociedade, inciso II (BRASIL, 1996).

Destaca-se que com o propósito de desenvolver um trabalho pautado na educação ambiental a publicação da “primeira versão do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)”, instituído pela Presidência da República em que constava a missão da Coordenação de Educação Ambiental: o desenvolvimento da EA no Ministério da Educação (BRASIL, 2009).

Brasil (2009) destaca fatos considerados de grande relevância para a questão da educação ambiental brasileira:

Dois fatos podem ajudar a entender a ascensão do tema, que fez do ano um marco para quem estuda a história da Educação Ambiental brasileira. Por um lado, a comemoração das duas décadas de realização da Conferência de Tbilisi. Promovida pela Unesco em 1977, na capital da Geórgia, Ex-União Soviética, ela resultou num documento final que é base para a moderna visão da educação ambiental (EA, como chamaremos daqui em diante). Por outro, era momento de avaliar os cinco anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mais conhecida como Rio 92, foi nela que se finalizou a construção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, referência para quem quer fazer EA em qualquer parte do mundo. (BRASIL, 2009, p. 27).

Dessa forma, é notório que a educação ambiental brasileira, pauta-se nos eventos marcantes de cunho internacional, considerados importantes na consolidação de uma educação ambiental, quanto política pública, que apresentasse eixos importantes, tais como sociedades sustentáveis e uma chamada à humanidade, para se ter uma responsabilidade com a Terra (BRASIL, 2009).

O Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi um documento construído visando à oportunidade dos agentes participantes do processo de construção de refletirem sobre o dinamismo e a permanente discussão acerca da proposta lançada através do tratado. Com relação a proposta, pode-se destacar dentre os princípios do referido documento, a EA tendo como base o pensamento

crítico e inovador, em qualquer lugar e tempo, sendo assim a busca uma educação ambiental pensada de maneira global (BRASIL, 1992).

É importante destacar que no documento oficial do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foram estabelecidos um plano de ação sugerindo às organizações participantes da Rio-92 diretrizes para o desenvolvimento do tratado, podendo ser destacado a diretriz 4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação, (BRASIL, 1992).

Dessa maneira compreende-se que o Brasil durante a década de 90 esteve empenhado em participar de eventos de cunho internacional visando compreender as discussões sobre EA, dentre outros eventos na mesma década, podem ser destacados: II Congresso Iberoamericano de EA – México; IV Fórum Brasileiro de EA – Brasil; 1ª Conferência Nacional de EA (CNEA) – Brasil e Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade – Grécia, demonstrando que o Brasil integrou as discussões em nível internacional, no que tange a EA (BRASIL, 2009).

No campo educacional brasileiro relacionado à educação ambiental pode-se ressaltar o ano de 1997, quando foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), onde foi adotada como tema transversal, uma ferramenta pedagógica que incentivava as escolas a inserção nas atividades cotidianas de temas referentes às questões ambientais, e de maneira interdisciplinar, além de possibilitar a comunidade escolar discutir sobre o currículo da escola, com vistas a trazer nos PCN's como referência para construção de novas práticas pedagógicas (BRASIL, 2009).

Os PCN's foram publicados exatamente nove anos após a Constituição de 1988, bem como já era uma realidade a ser posta em prática, pois além da obrigatoriedade da Constituição Federal Brasileira (CFB), a educação ambiental já constava como uma obrigatoriedade na LDB. No entanto, os PCN's vieram acompanhados por muitas dúvidas, a exemplo dos temas transversais, acreditava-se que a mesma tornaria-se disciplina no currículo escolar, e as dificuldades das escolas introduzirem a transversalidade nas disciplinas do currículo, foram uma realidade que persistia, justamente pela resistência ao inovador (BRASIL, 2009).

No entanto, a proposta dos PCN's visava proporcionar a introdução dos conteúdos ambientais permeando “todas as disciplinas, de forma a ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania”, de maneira que se fizesse cumprir os direitos

instituídos na CF/88, com relação à preservação e conservação do Meio Ambiente, através da educação ambiental nas escolas. (BRASIL, 2009).

Para Loureiro (2009) os PCN's foram alvo de muitas críticas em relação ao seu modo de compreender a transversalidade em educação, talvez pela falta de conhecimento da própria escola, em colocar em prática a transversalidade proposta no documento. No entanto, a tentativa de inserção da abordagem ambiental no contexto das disciplinas teve seu mérito, uma vez que sinalizou para a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas.

Após dois anos da publicação dos PCN's no Brasil, a educação ambiental ganhou força com uma lei específica que passou a tratar da educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, ou seja, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, e que nos Artigos 1º e 2º aludem:

Art. 1º (...) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999, p. 01).

Logo, percebe-se que a educação ambiental é necessária e urgente no processo educativo dos cidadãos, mas é importante ainda que cada homem esteja sensível e consciente, que apresente valores sociais: comprometimento, respeito, mútuo, dentre outros para vivenciar dia a dia esta educação, com espírito transformador no intuito de melhoria das questões ambientais, que fazem parte do cotidiano e sistemas na Terra.

Destaca-se que a Lei nº 9.795/99, quanto aos objetivos da Educação Ambiental nas escolas exhibe:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, p. 02).

É bem notado que os objetivos da educação ambiental expressos na lei acima apresentada, se entende a partir da compreensão de meio ambiente e está relacionada em diferentes aspectos, onde homens e natureza se **coadunam** (do *latim coadunare*). Além de que na presente proposta cabe a democratização no acesso aos conhecimentos sobre meio ambiente, bem como, a importância na participação na transformação da realidade, pautadas nas ações individuais e coletivas através da cooperação entre os povos, promovendo cidadania e solidariedade ao futuro da humanidade (Santos, 2016).

Carvalho (2008) destaca as principais políticas em prol da Educação Ambiental, que tiveram e tem um papel importante na tentativa de transformar as ações humanas degradantes, em ações de reflexão política, cultural, social e ambiental sobre o futuro que se pretende alcançar. Portanto, pensar na coletividade, mediante todas as situações vivenciadas na atualidade é agir em prol da garantia de um futuro com saúde ambiental.

Quadro 1: Destaque Ano/Política Pública

ANO	POLÍTICA PÚBLICA
1988	Inclusão da Educação Ambiental como direito de todos e dever do Estado no capítulo 225 de meio ambiente da Constituição.
1992	Criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).
1997	Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, onde “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.
1999	Aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei n. 9.795/1999.
2001	Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.
2002	Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/1999) pelo Decreto n. 4.281.
2003	Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental reunindo MEC e MMA.

Fonte: CARVALHO, 2006.

A criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC) tiveram como objetivo operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual (BRASIL, 2005).

É importante frisar que Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) foi criado em função da Constituição Federal de 1988, assim como, teve forte influência no processo de construção do mesmo, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência do Rio, um programa que envolveu o MEC e o Ministério de Meio Ambiente (MMA), através do IBAMA, e a linha de trabalho do PRONEA estava pautado no desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação, Brasil (2005, p. 25):

- Educação Ambiental por meio do ensino formal.
- Educação no processo de gestão ambiental.
- Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais.
- Articulação e integração comunitária.
- Articulação intra e interinstitucional.
- Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os Estados.

Observa-se um interesse muito relevante para o contexto nacional, no se refere a educação ambiental como ferramenta transformadora da realidade degradante do meio ambiente, no entanto as discussões no campo educacional, como já mencionado os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's trouxe a proposta da transversalidade e a temática meio ambiente para ser trabalhado com as crianças, no entanto até os dias atuais muitos docentes ainda resistem ao trabalho a partir da transversalidade, por concluir que a questão ambiental deveria ser uma disciplina à mais no currículo escolar (BRASIL, 2005).

A análise do quadro 01 demonstra um atraso na consolidação efetiva de uma política pública para a Educação Ambiental brasileira, mas foram ações pontuais de extrema importância para o alcance da Lei 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, embora ainda necessite ser tratada com mais seriedade pelas esferas estaduais, Distrito Federal e municípios, para que de fato haja essa tão almejada consolidação da política pública na manutenção do meio ambiente de qualidade para todos.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PARÁ (BRASIL)

A educação ambiental no município de Santarém teve sua origem com a criação da Coordenação de Educação Ambiental através da Secretaria Municipal de Educação no ano de 2006, uma iniciativa do governo municipal da época, a ex-prefeita Maria do Carmo Martins Lima. De acordo com o documento intitulado: “Histórico da Coordenação de Educação Ambiental – SEMED”, disponibilizado pela coordenação atual do setor, nas visitas realizadas ao longo da pesquisa, observou-se que a Coordenação de Educação Ambiental foi criada com o objetivo de:

Implementar a Política Nacional de Educação Ambiental, de acordo com a Lei 9.795/99 nas escolas da Rede Pública Municipal de Santarém e transversalizar a Educação Ambiental nos setores da SEMED definindo estratégias e sistematizando as ações de Educação Ambiental. **(HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/SEMED).**

Sua criação também tinha como propósito atuar de maneira articulada entre setores e instituições, assim como promover formação continuada de gestores, professores e alunos e esteve à frente de orientar as escolas quanto a elaboração da “agenda 21 ou agendas ambientais nas escolas, formação do COM-VIDA” e foi responsável pelas Conferências Infanto-juvenil pelo Meio-Ambiente.

No mesmo documento encontram-se em destaque os projetos: Escola da Floresta e Escola do Parque, projetos em que as referidas escolas são denominadas de “Escola Municipal de Educação Ambiental do Parque e da Floresta, ambas fundadas após a criação da Coordenação de Educação Ambiental, ao qual estavam ligadas ao referido setor.

Nos estudos de Goch (2017) foi possível observar que a Coordenação de Educação Ambiental no ano de 2013 ainda estava interligada às Escolas da Floresta e do Parque, demonstrando conformidade no desenvolvimento da Política de Educação Ambiental. É importante destacar que ambas as escolas de educação ambiental foram criadas com o objetivo de promover educação ambiental para demais escolas da rede municipal, como descreve a autora:

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Santarém desenvolveu o Programa escola da gente, que priorizou o ensino-aprendizagem pelo tripé aluno-professor-infraestrutura. Tendo como foco a educação ambiental, foi criada a Escola do Parque voltada ao atendimento de crianças da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, e a Escola da Floresta para os anos finais do Ensino Fundamental com práticas ambientais voltadas para o manejo de horta, manutenção de apiário, dos ecossistemas de florestais e fluviais e atividades na casa de farinha. Esta última escola foi uma parceria consolidada com o Conselho Nacional dos Seringueiros e a Prefeitura de Santarém. (GOCH, 2017, p.77/78).

No entanto entre os anos de 2013 a 2016 a Coordenação de Educação Ambiental foi agregada ao espaço da Escola do Parque, assim como foi criado um núcleo tecnológico de informática, que funciona no mesmo prédio, mas em salas distintas. Há também um espaço denominado de “Espaço Pérola” que é disponibilizado para eventos como Salão do Livro, encontros de igrejas entre outros, em que passou a responder somente pela Escola do Parque.

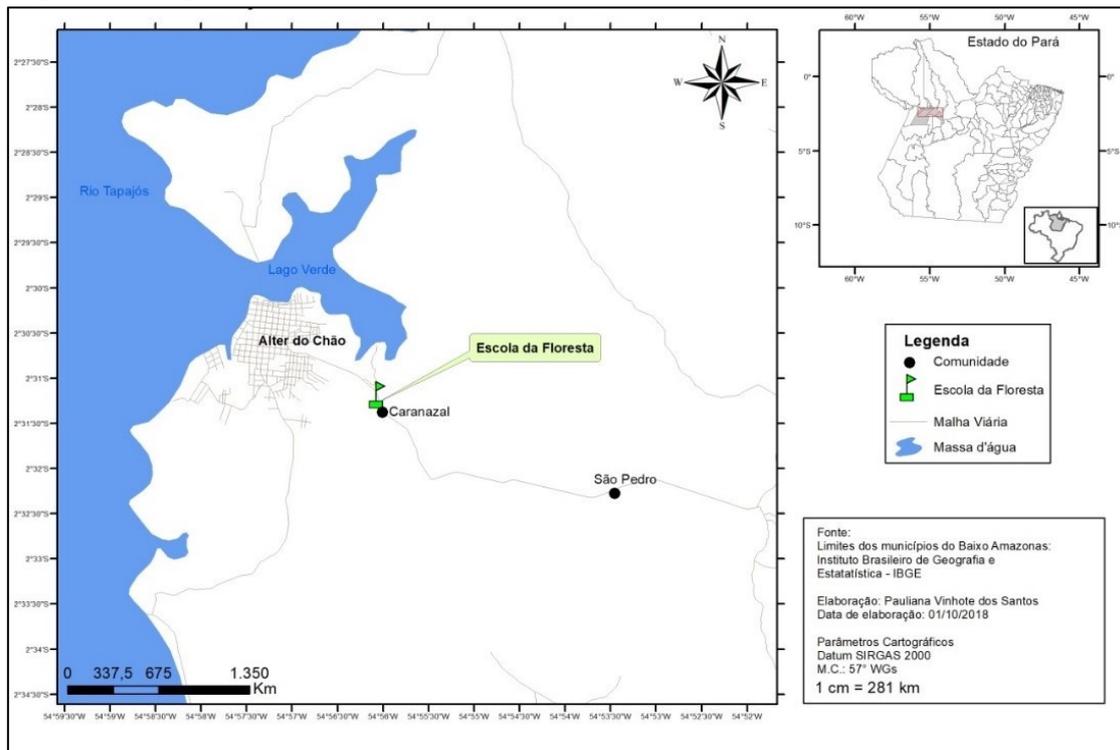
Atualmente a Coordenação de Educação Ambiental e a Gestão da Escola do Parque estão sob coordenação de uma única pessoa, trabalhando para o desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas da rede municipal de ensino, assim como escolas estaduais e privadas, atendidas mediante agendamento, mas sem nenhuma articulação com a Escola da Floresta, que passou a ser assistida pela assessoria de Planalto, tornando-se uma escola que desenvolve suas ações independentemente das ações articuladas com a Coordenação de Educação Ambiental.

3.1 Caracterização da Escola da Floresta

A Escola Municipal da Floresta está localizada na rodovia Dr. Everaldo de Sousa Martins, Km 26 na comunidade Caranazal, região do Eixo-Forte do município de Santarém – Pará. A instituição tem sua infraestrutura situada dentro de uma área nativa de mata secundária, ocupando uma extensão de 33 hectares, cujas terras foram adquiridas pelo Conselho Nacional de Seringueiros-CNS.

O referido educandário é mantido pela Prefeitura Municipal de Santarém, através da Educação Municipal de Educação e Desporto- SEMED.

Figura 1: Mapa de localização da Escola da Floresta, Santarém-PA



Fonte: AUTORA, 2019.

Escola de Educação Ambiental da Floresta foi fundada em 02 de junho de 2008:

É considerada uma iniciativa pioneira da Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Educação e Desporto- SEMED e sua ideia central encontra-se voltada para a união da teoria sobre educação ambiental com a prática e, por conseguinte, proporcionar ao aluno sensações que ele não teria em sala de aula. (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

Devido sua localização ser em uma área de mata secundária, em que estão disponíveis os recursos naturais e uma diversidade de ecossistemas, que propicia um contato do público participante das atividades com o meio ambiente na sua forma natural, sendo assim o educandário possui uma infraestrutura com salas de aula rústicas e com instalações adequadas para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para a Educação Ambiental (PPP Escola da Floresta, 2018/2021). Os horários de funcionamento para atendimento podem ser nos turnos matutino ou vespertino, sendo que a escola funciona 8h diariamente.

Na proposta inicial em 2008, a Escola da Floresta foi idealizada para atender a demanda das escolas municipais com turmas de 6º ao 9º ano, escolas estaduais, instituições privadas, universidades e sociedade civil organizada, no entanto, a escola atende quando solicitada, turmas do fundamental menor e educação infantil, de maneira organizada e com

segurança, devido ao público merecer maior atenção, tendo em vista que são crianças que ainda estão em fase de desenvolvimento do controle de conduta.

Quanto as principais atividades desenvolvidas destacam-se:

(...) o contato com a casa de farinha; a casa de seringueiro, viveiro de plantas, canteiro, trilhas na área da escola, roça e reserva Tainá, além de uma visão privilegiada do lago da Recordação, sendo que cada um desses ambientes é uma sala de aula, ou seja, nesse local, os alunos estão desenvolvendo conhecimento e relacionando aos temas sobre Educação Ambiental. (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

A estrutura física da Escola da Floresta é composta por secretaria, sala dos professores, 01 auditório, 01 mini-auditório, cozinha, refeitório, 05 banheiros, além de viveiro de plantas, roça, casa de farinha, meliponário (criação de abelhas – produção de mel) e casa do seringueiro. E seu corpo de funcionários é composto por: 01 diretor, 01 vice-diretora, 01 pedagoga, 01 auxiliar administrativo, 06 professores, 01 engenheiro florestal, 01 técnico de enfermagem, 10 auxiliares operacionais, sendo que ambos funcionários são denominados de “educadores ambientais”.

A Escola da Floresta apresenta como visão institucional:

Ser referência em Educação Ambiental no Município de Santarém, como instituição de ensino que transmite aos indivíduos conhecidos voltados ao meio ambiente, tanto local quanto global, para poder vir a preservá-lo e, assim, contribuir social, cultural e sustentavelmente. (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

A Escola da Floresta tem como missão:

Promover Educação Ambiental de qualidade no sentido de contribuir para um ambiente ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e primado pelo desenvolvimento sustentável, mudança de comportamento e postura de todos os envolvidos no processo educacional no Município de Santarém.

Neste sentido nota-se uma postura articulada com a legislação nacional neste Projeto Político Pedagógico, no que se refere ao exercício da cidadania através de uma sociedade consciente dos problemas ambientais e que busca mudar o comportamento e posturas em relação ao meio ambiente, conservando e preservando os recursos naturais, e consequentemente contribuir com a sociedade em vários aspectos: social, cultural, econômico, através da sustentabilidade.

É importante destacar que a Escola da Floresta possui objetivos muito claros sobre a forma de desenvolvimento do trabalho com educação ambiental, e estão pautados nos seguintes objetivos:

Geral:

Realizar atividades práticas visando mudança de comportamento e valores quanto á preservação e conservação do meio ambiente, através de um espaço de compartilhamento de experiências e ações de educação ambiental junto as instituições de ensino e sociedade civil organizada do Município de Santarém.

Específicos:

- Desenvolver oficinas e treinamento em educação ambiental estimulando aprendizagem e a percepção sobre o meio ambiente;
- Realizar o monitoramento e acompanhamento junto à comunidade escolar e sociedade civil organizada;
- Sensibilizar para conservação e preservação do meio ambiente, interagindo com seu meio familiar;
- Fortalecer parcerias para desenvolvimento de ações e/ou projetos sócio educativos;
- Promover para a sensibilização e capacitação de alunos, professores, acompanhantes e, para conhecimento da sociedade civil organizada, através de ações sócio-ambientais e a interação com o meio natural;
- Cultivar no viveiro hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e espécies florestais nativas e frutíferas para subsidiar atividades ambientais internas e externas;
- Estimular intercâmbio interinstitucional no desenvolvimento das ações sócio-ambientais;
- Viabilizar a implantação de projetos sócio-ambientais e culturais que promova iniciativas de conservação e preservação do meio ambiente no âmbito das escolas municipais, estaduais, instituições de ensino superior e sociedade civil organizada;
- Cultivar o senso de responsabilidade, cooperação e solidariedade. (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

Para garantir o alcance dos objetivos a proposta pedagógica da Escola da Floresta a instituição conta com uma metodologia de trabalho pautada na tendência pedagógica sociointeracionista e o entendimento sobre aprendizagem está orientado no pensamento de Vygotsky (1998) ao afirmar que “a aprendizagem é vista como um fenômeno que se realiza na interação com o outro” (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

É importante ressaltar que a proposta pedagógica da instituição considera o conceito de educação ambiental adotado na Política Nacional de Educação Ambiental, lei nº 9.795/99, mas não dá clareza sobre seu uso enquanto fundamentação teórica no processo de construção do PPP.

No entanto, as salas de aula da Escola da Floresta são consideradas salas-ambientes, que através da diversificação que aborda várias temáticas relacionadas ao meio ambiente, e podemos destacar:

- Casa do Seringueiro, cujo objetivo encontra-se voltado em oferecer conhecimento sobre a história do seringueiro na Amazônia e sua contribuição para a formação do povo da região, crescimento e a exploração dos recursos naturais de forma sustentável;
- Barracão da aula interativa, que busca sensibilizar os educandos quanto à importância da coleta seletiva, bem como a mudança de postura no seu cotidiano;
- Roça Tainá, que vem mostrar aos educandos os tipos de cultivo, a forma correta de cuidar do solo e a importância do reflorestamento. Cultura Indígena, Plantio da Roça, Benefícios para a roça, Monocultura X Policultura, Reserva Tainá;
- Casa da Farinha, que visar demonstrar aos educandos bem como aos visitantes o processo da produção da farinha, valorizando a cultura herdada dos indígenas e a importância da agricultura;
- Viveiro de Plantas que busca oferecer alternativas de baixo impacto ambiental, através das práticas de cultivos orgânicos;
- Meliponário, cujo objetivo é sensibilizar os educandos e visitantes quanto à importância da criação de abelhas sem ferrão e seus benefícios para o meio ambiente, demonstração da caixa de criação de abelhas sem ferrão e seus benefícios.
- Trilhas Educativas, as quais vem proporcionar aos educandos um momento de plena sintonia com a natureza através da observação da biodiversidade local. Bioindicadores, Biodiversidade, Contemplação da Floresta.
- Mata Ciliar, que tem o intuito de oportunizar aos educandos e visitantes uma caminhada reflexiva a beira do Lago Verde observando a vegetação que protege as margens dos rios, lagos e igarapés e compõem uma biodiversidade significativa existente em nossa região. Assoreamento, sua legislação.
- Barracão central, que vem a refletir com os educandos sobre diversas temáticas relacionadas às questões ambientais. Ciclo hidrológico, Aquecimento Global, Cadeia Alimentar, Valorização da Cultura Regional ou Higiene bucal;
- Memorial Chico Mendes, cujo objetivo encontra-se voltado em mostrar aos educandos através de quadros, banners e fotografias a trajetória da vida de Chico Mendes e sua luta em defesa da vida. Sua trajetória de vida, Carta de Chico Mendes, C.N.S Conselho Nacional dos Seringueiros;
- Casa do Pescador que visa sensibilizar o educando a importância do pescado na região como fonte de renda e sobrevivência para o pescador, bem como a conservação e preservação das espécies. (PPP Escola da Floresta, 2018/2021).

A Escola da Floresta tem desenvolvido há mais de uma década um trabalho pautado na Educação Ambiental e para, além disso, demonstra na sua metodologia de trabalho, o desenvolvimento de atividades para que os alunos também possam conhecer sobre a cultura do homem do campo e ribeirinho, dentre outras temáticas que favorecem a compreensão da necessidade da preservação e conservação do meio ambiente através de bons hábitos e boas maneiras no relacionamento entre a espécie humana e as espécies de seres vivos encontrados na natureza.

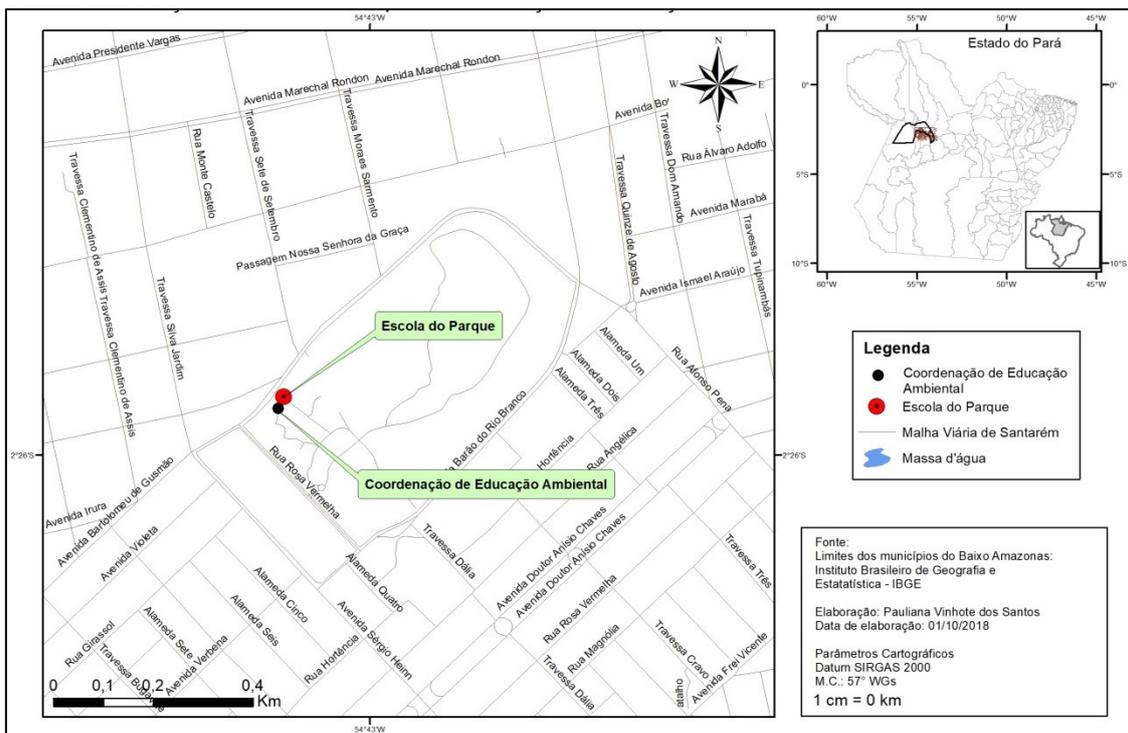
3.2 Caracterização da Escola Municipal do Parque

De acordo com a Proposta Pedagógica - PP 2018-2019 da Escola do Parque, a referida instituição foi criada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED do município de Santarém – Pará no dia 07 de julho de 2010.

A escola está localizada na área do Parque da Cidade (área de lazer no município de Santarém - PA) que mede 22 hectares de áreas verdes, com espaços para caminhada, corrida, dança, práticas de esporte como futebol, entre outras atividades, as famílias santarenas visitam o espaço para apreciar as belezas que o espaço oferece.

No mapa a seguir é possível observar a localização da Escola do Parque e a atual localização da Coordenação de Educação Ambiental, haja vista que a coordenação assumiu a gestão das atividades da escola.

Figura 2: Mapa de localização da Escola do Parque e Coordenação de Educação Ambiental – Santarém/PA



Fonte: AUTORA, 2019.

O espaço delimitado para a Escola do Parque, situa-se na Avenida Bartolomeu de Gusmão, com o horário de funcionamento de 7h30min às 14h30min, sendo que nas segundas-feiras o expediente é interno para organização e revisão do planejamento que será trabalhado no decorrer da semana, ou seja, os dias de terça às sextas-feiras são dedicados aos atendimentos aos alunos de educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental. Quanto às demais instituições de ensino, como escolas estaduais, instituições federais e particulares a instituição busca atender mediante disponibilidade no calendário.

A Escola do Parque em como principal competência e atribuição:

Planejar e desenvolver atividades educativas ambientais prioritariamente nas dependências da Escola do Parque, e nas dependências das escolas da rede municipal de Santarém, atender também as instituições públicas estaduais, federais e particulares em obediência a Lei 9.795/99, que institui a política Nacional de Educação Ambiental. (PP Escola do Parque 2018-2019).

Quanto a estrutura física, a escola dispõe de um prédio com 2 blocos, no bloco 1 encontra-se a administração, com sala multiuso, uma sala da coordenação, com lavabo; no bloco 2 está localizada a cozinha, cinco banheiros, sendo que dois banheiros são com acessibilidade, um depósito, uma despensa e uma área de lazer, onde são servidos o lanche das crianças. No que se refere aos espaços denominados de espaços temáticos, onde são desenvolvidas as atividades pautadas na Educação Ambiental, destacam-se: Viveiro de plantas, laboratório de produção de mudas, manejo de composto orgânico, horta, viveiro medicinal, trilha de quelônios, revoada e espaço de arte.

Na proposta pedagógica da Escola do Parque são apresentados alguns valores que são norteadores do trabalho desenvolvido na instituição, que são: compromisso, inovação, liberdade, respeito e entusiasmo. Neste sentido, a Escola do Parque tem como visão do trabalho:

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma Escola de Educação Ambiental, definida com ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, oportunizando momentos de reflexão, observação e possibilitando a troca de experiências, bem como valorizar os saberes tradicionais dos povos da Amazônia. (PP Escola do Parque 2018-2019).

No que se refere a missão de trabalho da Escola Municipal do Parque é fazendo a “diferença na Educação Ambiental no município de Santarém, com compromisso, inovação, liberdade, criatividade, desenvolvendo atividades sensibilizadoras as quais favoreçam a mudança de postura em relação ao meio ambiente” que a instituição acredita no desenvolvimento do trabalho de Educação Ambiental.

Na proposta pedagógica da Escola do Parque é possível identificar que as trilhas temáticas apresentam nos espaços destinados para as atividades, metodologias com objetivos gerais e específicos, como se observa a seguir:

Viveiro de Quelônios

Objetivo geral:

(...) contribuir para o aprendizado do aluno, conhecendo e diferenciando as espécies, seu habitat natural e a criação em viveiros e abordando o tema água como líquido indispensável para a sobrevivência e melhorar a conservação da espécie.

Objetivos específicos:

✓ Identificar as espécies;

- ✓ Conhecer a alimentação adequada em viveiros e habitat natural;
- ✓ Sensibilizar sobre proibição e manejo para a conservação das espécies;
- ✓ Abordar quanto à importância da mata ciliar e poluição dos rios, lagos e igarapés;
- ✓ Compreender o valor da integração entre o ser humano e a natureza. (PP Escola do Parque 2018-2019).

A aula temática sobre o Viveiro de Quelônios pode possibilitar uma reflexão sobre a realidade Amazônica, trazendo o conhecimento sobre as espécies que habitam os rios da região, além de abordar sobre a temática da mata ciliar e a poluição dos rios e que em todos os assuntos há ação dos seres humanos e que muitas das vezes essa ação pode acontecer de maneira negativa. Outro espaço destinado às práticas de educação ambiental é o Viveiro de plantas, também denominado de laboratório:

Viveiro de Plantas/Laboratório

Objetivo geral: (...) mostrar a importância do processo de produção e desenvolvimento de mudas das mais variadas espécies, a partir da observação de técnicas apropriadas ao cultivo.

Objetivos específicos:

- ✓ Orientar para a produção de mudas, contribuindo para a conservação do meio ambiente;
- ✓ Observar e experimentar técnicas que subsidie melhoramento de produção das espécies;
- ✓ Identificar as espécies de mudas ornamentais, medicinais, frutíferas, nativas e de sua importância para o equilíbrio natural. (PP Escola do Parque 2018-2019).

Nesta trilha temática observa-se a intencionalidade metodológica da instituição em possibilitar aos alunos a incorporação quanto ao “hábito de plantio e cuidado com as plantas, bem como resgatar os valores socioculturais e educacionais por meio desta atividade” (PP Escola do Parque 2018-2019), práticas que possibilitam ao aluno a vivência na teoria e na prática o cultivo de plantas.

No espaço denominado de Manejo de Composto Orgânico o objetivo geral é “demonstrar na teoria e na prática ações viáveis de compostagem e manejo orgânico e sua importância para o uso sustentável”, de forma a incentivar os participantes a práticas de compostagem, reaproveitamento dos resíduos orgânicos, sensibilizando os alunos para o interesse sobre o reaproveitamento dos resíduos orgânicos, de modo a contribuir para que as escolas do município possam construir suas composteiras.

No espaço denominado de Revoada, é um local que possibilita aos alunos uma infinidade de atividades planejadas de maneira lúdica, mas também promove momentos relaxantes, quando as crianças são orientadas ao ouvir os sons da natureza, como é observado na proposta pedagógica: sons dos pássaros, da folhagem das árvores, mas também a

intervenção da poluição sonora, provocada pela agitação urbana, provocada pelo barulho dos automóveis e motocicletas que circular nas intermediações da escola (PP Escola do Parque 2018-2019).

De acordo com o PP da escola, o espaço Revoada recebe esse nome pela forte presença de várias espécies de pássaros, mas também é uma área de mata nativa, com ventilação que propicia uma diversidade de atividades, dentre elas: leitura, atividades sensoriais e oficinas (PP Escola do Parque 2018-2019).

O espaço denominado de “Cantinho da Arte” tem como objetivo trabalhar o reaproveitamento dos resíduos sólidos, mas de maneira artesanal, de modo que despertando no aluno o interesse pela arte através do reaproveitamento, oferecendo novas alternativas sustentáveis, o aluno estará contribuindo para a redução da produção de lixo que é descartado na natureza (PP Escola do Parque 2018-2019). Sendo assim, a atividade é desenvolvida através de oficina, em que as crianças são imersas no contexto da sensibilização das questões ambientais, mas também são provocadas a se expressarem através da arte.

A proposta pedagógica da Escola do Parque aponta sobre a necessidade “urgente” da inserção da educação ambiental no cotidiano das instituições educacionais, objetivando a sensibilização de todos os envolvidos nas ações de conservação e preservação do meio ambiente e considera que a educação ambiental faz parte de um “processo contínuo é dever de todo cidadão”, assim como expressa a Lei 9.795/99, no Art. 10 em que a educação ambiental é considerada uma prática contínua e permanente à ser desenvolvida em todos os níveis e modalidades do ensino formal, portanto cabendo às escolas o desenvolvimento da política de educação ambiental nos espaços educacionais.

4 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM - PA (2004 – 2013 E 2015 – 2025): ARTICULAÇÕES E APROXIMAÇÕES?

Para a construção da discussão apresentada foi realizado a análise de conteúdo com o propósito de identificar a articulação entre a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99 e os Planos Municipais de Educação de Santarém - PA, dos referidos decênios: 2004-2013 e 2015-2025, considerando que no período de 2004 – 2013 foram fundadas as Escolas Municipais da Floresta e do Parque, assim como mantém até os dias atuais a trabalho pautado em práticas de Educação Ambiental.

4.1 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2004-2013)

O Plano Municipal de Educação - PME decênio (2004-2013) para o município de Santarém - PA foi instituído através da Lei nº 17.867/2004 e sancionada pelo ex-prefeito José de Lira Maia e que buscou se adequar a legislação nacional: Plano Nacional de Educação - 2001-2010, objetivando acompanhar as discussões em nível nacional sobre a educação brasileira, mesmo que tardiamente, no que se refere ao período estipulado pelo Plano Nacional de Educação, em que o referido município passou a se articular somente 03 (três) anos após a proposta nacional.

A análise do referido Plano Municipal de Educação evidenciou para além dos aspectos investigados na presente pesquisa, questões que demonstraram fragilidade no sistema de ensino municipal da época, que estava vinculado ao Sistema Estadual de Educação, um sistema dependente da 5ª Unidade Regional de Ensino, mas que também auxiliou no processo de reestruturação do sistema municipal de ensino a partir da nova política educacional implantada pelo Governo Federal no presente período, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e com o Plano Nacional de Educação - 2001-2010.

A gestão da Educação na Rede Municipal de Ensino está ampliando, cada vez mais, o processo de autonomia das escolas. A Secretaria Municipal de Educação tem desenvolvido intenso trabalho de reestruturação e reorganização operacional de seu sistema. A fonte motivadora desta nova postura vem de uma parceria com Instituto Ayrton Senna e Fundação Banco do Brasil, através do Programa Escola Campeã, que tem como foco a gestão municipal e escolar como o grande diferencial para enfrentar desafios e promover um ensino de qualidade. (PME/2004-2013).

A reestruturação do sistema municipal de ensino esteve politicamente influenciada pela parceria com o Programa Escola Campeã, portanto a necessidade de adequar o sistema de ensino à nova realidade educacional nacional. Neste sentido, algumas prioridades foram tomadas com o propósito de tornar o sistema municipal de educação consolidado para o decênio 2004-2013, dos quais destacaram-se:

- organização de um sistema de informações que fundamentam hoje todas as decisões da Secretaria sobre, escolas (situação física) alunos (matrícula, aprovação, reprovação, evasão, distorção idade-série) sobre professores, custos e recursos;
- definição através de um padrão mínimo de funcionamento das escolas, buscando garantir a equidade no atendimento, seja na zona urbana ou rural;
- criação dos colegiados do FUNDEF, CAE, CME e os Conselhos Escolares, e através deste último ampliou-se o poder de decisão das escolas na administração dos recursos e da escolha dos diretores das escolas através da competência técnica e liderança.
- Reelaboração do novo Plano de Cargos e Salários, adaptados às novas exigências de gestão e garantindo aos profissionais da educação melhores condições funcionais;
- Organização de um sistema de nucleação das escolas da zona rural. Esse sistema integrou as 391 escolas antes isoladas em 51 pólos, cada um formando um único quadro de alunos, professores e funcionários respondem a um diretor que efetivamente lidera as atividades escolares. (PME 2004-2013).

Nessa perspectiva, compreende-se que as discussões sobre a implementação da nova política educacional no município de Santarém - PA promoveu ações articuladas com as representações colegiadas, a realidade municipal no período em questão, estava buscando se adequar os novos parâmetros educacionais alinhados ao PNE (2001-2010), sendo assim o principal objetivo do Plano Municipal de Educação (2004-2013) foi “estabelecer políticas e ações que priorizem um ensino fundamental de qualidade e que atendam a toda a demanda escolarizável do Município de Santarém, no período de 2004 a 2013”.

E para alcançar o objetivo geral, alguns objetivos específicos foram traçados:

1. Possibilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar à toda a demanda que frequenta as escolas do Município de Santarém.
2. Promover a correção de fluxo escolar, dos alunos com escolaridade defasada, nas diferentes séries do ensino.
3. Assegurar a eficiência e eficácia na gestão do ensino público tanto na aplicação dos recursos financeiros quanto na otimização da rede.
4. Implementar programa de educação contínua e aperfeiçoamento profissional aos trabalhadores da educação, especialmente aos docentes, dando ênfase à qualificação em nível de educação superior.
5. Estabelecer parcerias com instituições e empresas que solidifiquem a integração comunidade/escola, estimulando os princípios básicos de cidadania e educação ambiental.
6. Garantir um ensino de qualidade e ambiente físico adequado aos padrões que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento de hábitos de higiene e preservação da saúde do educando.

T. Promover a interdisciplinaridade e a integralização curricular, articulando o ensino em seus diferentes níveis e séries, estabelecendo metas que perpassem desde a educação infantil ao ensino superior. (PME 2004-2013).

Nos objetivos específicos acima elencados é possível observar a atenção dada à educação ambiental e cidadania, sendo um objetivo que buscou estabelecer parcerias do ramo empresarial e demais instituições que não são especificadas, porém, com intuito de promover integração da comunidade com a escola.

É notória a preocupação dada a necessidade de envolver a comunidade com a escola, com base nos princípios da cidadania e educação ambiental, especialmente pela questão regional em que a cidade localiza-se, fazendo parte da região Amazônica, que há uma diversidade de identidades culturais em que as escolas e suas comunidades estão inseridas, divididas em zona urbana e rural, dos quais destacam-se comunidades tradicionais ribeirinhas e de terra firme (não alagadas), conhecidas também como planalto santareno.

No que se refere aos objetivos e metas, especialmente para o atendimento da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, o presente PME 2004-2013 não apresentou consistente articulação, embora o presente plano municipal de educação tenha apresentado na meta 8, “definir, em dois anos, proposta curricular unificada para o Município com observância das diretrizes curriculares para o ensino fundamental- PCN's”, em que meio ambiente é um dos temas transversais.

Entretanto é possível notar a articulação do PME com o Plano Nacional de Educação – PNE/ 2001 – 2010, especialmente quando o PNE aponta objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento de uma educação direcionada à proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, quando nos objetivos e metas para o ensino fundamental, meta 28, para o ensino médio, meta 19 e para o ensino superior, meta 12, visam o desenvolvimento educacional a partir dos temas transversais como práticas educativas integradas e como diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores, ou seja, o tema transversal meio ambiente deve ser contemplado no processo educacional em nível nacional, estadual e municipal.

No entanto, pode-se considerar que a articulação entre os planos supracitados com a Política Nacional de Educação Ambiental demonstrou fragilidade no bojo dos escritos dos referidos planos, ao não enfatizar a proposta da educação ambiental apontada na Lei nº 9.795/99, embora os registros presentes no PME (2004-2013) tenham se esforçado em promover educação ambiental e cidadania.

É importante destacar que no período de vigência do PME, o município de Santarém - PA, através da Secretaria Municipal de Educação inauguraram duas escolas de educação ambiental, Escola Municipal da Floresta (2008) e Escola Municipal do Parque (2010), o que demonstra a ausência de sintonia entre o PME e a Política Nacional de Educação Ambiental, cabendo aqui uma reflexão sobre a realidade da educação ambiental no município, após o ano de 2008, quando deram início os trabalhos nas escolas, em especial na Escola da Floresta, cujo a missão é “promover a educação ambiental de qualidade, no sentido de contribuir para um ambiente ecologicamente viável, socialmente justo e primando pelo desenvolvimento sustentável” (PPP da escola).

Em 2010 mais uma escola com a proposta pautada na Educação Ambiental é inaugurada, mas localizada na área urbana do município de Santarém (PA), trata-se da Escola Municipal do Parque, cuja missão é “oferecer, através do compromisso, inovação e liberdade, Educação Ambiental com propriedade aos professores e alunos, em processo contínuo e participativo que estimule a mudança de comportamentos” (PP da escola), atendendo a comunidade escolar da rede municipal, estadual, privada e de ensino superior, mediante agendamento.

O cenário acima aponta uma escassez de sintonia dos articuladores no processo de construção do PME (2004-2013) com os atores que elaboraram o projeto da Escola da Floresta e do Parque (SEMED), no entanto, a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental na rede municipal de ensino, é uma realidade desde o ano de 2008, cabendo destaque para a articulação da Secretaria Municipal de Educação, através das escolas, com a Política de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, que tem com um dos objetivos fundamentais da educação ambiental “o fortalecimento do exercício da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade”, Art. 5º, inciso VII.

Neste sentido, mesmo que não tenha havido articulação entre o presente PME com a Política Nacional de Educação Ambiental, a ser considerado desde as discussões no processo de construção do Plano Municipal, após o ano de 2008, com a fundação da Escola Municipal da Floresta, entende-se os esforços da SEMED, na responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental em criar estratégias que promovesse a Educação Ambiental, tornando-se uma realidade nas escolas municipais.

4.2 Política Nacional de Educação Ambiental e o Plano Municipal de Educação de Santarém/PA (2015-2025)

O Plano Municipal de Educação do município de Santarém – PA, para o decênio (2015-2025) foi instituído pela lei nº 19.829 de 14 de julho de 2015, pelo ex-prefeito Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon, é resultado da ampla discussão promovida pelo Fórum Municipal de Educação de Santarém na V Conferência Municipal de Educação, em que estiveram presentes várias entidades que tem comprometimento com a educação do município, ou seja, a proposta teve como base “construir uma Educação com mais qualidade social” PME (2015-2025, p.7) perpassando pela participação da sociedade.

O PME em discussão trata-se do atual plano que vigorará até 2025, sendo assim, realizou-se a análise do documento com a mesma finalidade do PME (2004-2013), observando a articulação com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99. No entanto, a análise do documento demonstrou ampla articulação com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), evidenciando que o município de Santarém, busca se alinhar com as discussões no âmbito educacional em nível nacional.

Entretanto, foi possível notar que o presente PME, assim como o PNE (2014-2024) articulam-se em relação ao propósito dos referidos planos, considerando as diretrizes traçadas para a educação em nível nacional, em que Estados, Distrito Federal e municípios devem estar alinhados, as diretrizes do PNE são:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos(as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p.12).

Dessa maneira é possível notar uma estreita relação com a proposta da Política Nacional de Educação Ambiental no que se refere ao aspecto da promoção da cidadania e o respeito à sustentabilidade socioambiental, nos incisos III e X das diretrizes do Plano

Nacional de Educação em questão, demonstrando a importância de trazer a temática ambiental, através da Educação Ambiental para os espaços escolares.

No entanto, na visão de Amaro e Sánches (2012) o acesso à educação da maneira como o PNE propõe, não contempla a Política Nacional de Educação Ambiental que tem papel fundamental para o pleno exercício da cidadania, demonstrando uma crítica à ausência do termo “Educação Ambiental” de maneira mais explícita no texto do referido Plano Nacional, como pode-se observar:

“A educação ambiental e o tema da sustentabilidade, estão ausentes do texto do atual PNE. Apesar da Rio + 20, de compromissos internacionais, onde o Brasil é signatário, desde a Conferência de Estocolmo de 1972, até a Rio-92”. (AMARO e SÁNCHEZ, 2012, p.02).

Amaro e Sánches (2012) consideram que a Educação Ambiental deveria ser colocada no centro dos debates no processo de construção de um plano tão importante para a educação nacional, para os autores a necessidade de trabalhar a Educação Ambiental é urgente, considerando a maneira como o homem vem se relacionando com o meio ambiente, tendo em vista a incidência de “catástrofes ambientais que ocorrem em todo mundo” e que não difere da realidade brasileira.

De fato, entende-se que o posicionamento de Amaro e Sánches (2012) é bem expressivo, porque há necessidade de se trabalhar a educação ambiental no bojo das práticas educacionais nas escolas, levando essencialmente, o professor a erguer temática em sala de aula, e mais do que a função docente, no seio das discussões da elaboração da proposta pedagógica da escola, promover a contemplação de maneira que assegure aos alunos a aprendizagem através da educação ambiental.

Quanto a crítica formulada ao PNE (2014-2024), Amaro e Sánches (2012) sugerem para as metas 6, 7 e 16 as seguintes estratégias que contemplaria a Política Nacional de Educação Ambiental, caso fossem inseridas no presente plano:

Na meta 6: Nova estratégia – Incentivar as escolas a tornarem-se espaços educadores sustentáveis, caracterizados por prédios de reduzido impacto ambiental e pela inserção da sustentabilidade socioambiental na gestão, na organização curricular, na formação de professores, nos materiais didáticos e no fomento da cidadania.

Na meta 7: Nova estratégia – Assegurar a inserção curricular da educação ambiental com foco na sustentabilidade socioambiental e o trato desse campo de conhecimento como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, nos termos da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a partir de uma visão sistêmica e por meio de ações, projetos e programas que promovam junto a comunidade escolar a implementação de espaços educadores sustentáveis.

Na meta 16: Nova estratégia – Garantir a oferta da educação ambiental como disciplina ou atividade curricular obrigatória, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, de forma a promover o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos. (AMARO e SÁNCHEZ, 2012, p.02).

Além das estratégias sugeridas pelos autores nas respectivas metas 6, 7 e 16, os autores também formulam três metas, que na visão crítica efetivaria a Política Nacional de Educação no PNE:

- Ampliação e adensamento da inserção da educação ambiental, com foco na transição para a sustentabilidade, nas escolas de educação básica em 10 anos;
- Implantação, em 5 anos, de uma nova concepção curricular para o ensino fundamental e médio que se oriente pela interdisciplinaridade, elegendo como tema integrador a sustentabilidade socioambiental;
- Formação, em 10 anos, de professores em formação inicial, continuada e em caráter permanente, inclusive em serviço, para a inserção da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio como tema integrador de um currículo interdisciplinar.
- Desenvolvimento da Educação Ambiental a partir da alimentação escolar que fortaleça as práticas agroecológicas, de alimentação saudável e de justiça socioambiental. (AMARO; SÁNCHEZ, 2012, p.03).

No entanto, na análise do Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Santarém - PA observou-se na meta 05 (cinco) do Ciclo de Alfabetização, quando o propósito é “Alfabetizar 100% das crianças matriculadas no município, até os oito anos de idade, quando concluem o 3º ano do Ensino Fundamental até o final da vigência deste PME” Santarém (2015), dessa maneira a estratégia 5.5 destacou o termo Educação Ambiental da seguinte forma:

5.5- Alfabetizar todas as crianças do campo, indígenas e quilombolas e de populações itinerantes, com a utilização de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento específicos que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, **incluindo a educação ambiental**. (SANTARÉM, 2015, p.53).

A referida estratégia objetiva por meio da Educação Ambiental alfabetizar as crianças de comunidades tradicionais, atrelando a função social no exercício da cidadania ao processo de desenvolvimento cognitivo. A inclusão do termo “educação ambiental” foi posto em destaque, induzindo aos possíveis leitores, pesquisadores o entendimento de que esta educação também se mostra como prioridade neste plano, mas com o propósito de alfabetização, que ocorre no ensino fundamental, no entanto, a PNEA é uma política que deve ser contemplada em todos os níveis da educação básica.

Outro aspecto que merece atenção é o público pelo qual está sendo colocado em destaque na referida estratégia, quando se inclui Educação Ambiental somente para as populações do campo, indígenas e quilombolas, assim como para as populações itinerantes, remetendo o entendimento de que as demais crianças da área urbana não necessitam conhecer práticas alfabetizadoras voltadas para a educação ambiental.

A Lei nº 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental é bem clara no Art. 2º quando aponta que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, portanto, nota-se a ausência de articulação com o referido plano, até porque as duas escolas polos criadas com o propósito de atender a demanda da escolas municipais, através do trabalho com educação ambiental não contempla em suas práticas o processo de alfabetização, o que não impede de as escolas e professores que participam das atividades propostas pelas Escolas da Floresta e do Parque e se inspirem para o desenvolvimento de práticas de alfabetização em suas escolas formais.

Vale ressaltar que proposta da Lei 9.795/99 vai além do trabalho com metodologias alfabetizadoras:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

No Art. 3º é possível observar a responsabilidade de todos os envolvidos no processo de execução da lei, e sobre as instituições educacionais, no inciso II a Educação Ambiental deverá estar integrada em todas as atividades e projetos executados no ambiente escolar, ou

seja, cabe a cada instituição, de acordo com a proposta pedagógica, inserir práticas de Educação Ambiental no contexto da escola.

A proposta pedagógica da Escola Municipal da Floresta desenvolve a Educação Ambiental com o propósito de atender a legislação 9.795/99, através de uma educação de qualidade, primando a contribuição da manutenção do meio ambiente, através da mudança de comportamento e postura de todos os envolvidos no processo educacional, além de priorizar o desenvolvimento sustentável, (PPP da escola).

Já a proposta pedagógica da Escola Municipal do Parque tem como principal meta “desenvolver atividades educativas ambientais sensibilizadoras de maneira a atingir 90% dos educandos da rede pública municipal de ensino conforme a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99” (PP da escola), ou seja, as escolas e suas propostas pedagógicas estão articuladas com a proposta da Política de Educação Ambiental, no entanto observa-se um distanciamento entre a proposta de trabalho desenvolvido pelas escolas, com as metas e estratégias traçadas no Plano Municipal de Educação (2015-2025), assim como a fragilidade no que se refere à articulação do PME com a Política Nacional de Educação Ambiental.

Sendo assim, cabe a reflexão sobre a importância de discussões sobre a Educação Ambiental para os próximos planos educacionais nacionais, estaduais e municipais, no sentido de que possam ser ampliadas, abrangendo a proposta da Política de Educação Ambiental como uma metodologia que contribua para além dos processos de alfabetização, mas também para as mudanças de comportamento que refletem nas relações entre a natureza e o ser humano.

5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARQUE E DA FLORESTA

Nesta seção é apresentada a análises das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, que buscou analisar o desenvolvimento da política de educação ambiental, revelando o olhar dos principais atores da prática educacional vivenciada cotidianamente nas unidades educacionais participantes da pesquisa: Escola Municipal da Floresta e Escola Municipal do Parque, buscando uma discussão embasada na literatura que promoveu a construção teórica da pesquisa, apresentando as percepções, desafios e possibilidades para o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99 nas escolas da rede municipal de educação.

Ressalta-se que os participantes da pesquisa foram: professores, gestores e coordenadores – educação ambiental. Dessa maneira, as entrevistas com esse público buscaram analisar o desenvolvimento da Lei nº 9.795/99, implementadas pela SEMED, através do trabalho de educação ambiental promovidos pelas escolas do Parque e da Floresta, polos disseminadores de Educação Ambiental na rede municipal de ensino, buscando apontar sobre o desenvolvimento das ações e os desafios no decorrer do desenvolvimento do trabalho. A discussão está embasada em Moraes e Loureiro (2017), Rodrigues (2018) e Biasoli e Sorrentino (2018).

A análise das entrevistas também tiveram o intuito de verificar a percepção que os participantes da pesquisa têm sobre meio ambiente, educação ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental, refletindo na busca de compreender se as percepções auxiliam no desenvolvimento do trabalho com educação ambiental, ou são percepções de cunho empírico, sem relação com os principais conceitos apresentados nesta pesquisa por autores como Guimarães (2007), Barbosa (2008), Loureiro (2009), Reigota (2012), Ribeiro (2013) e Valério (2014), bem como os conceitos apontados pela Constituição Federal de 1998 e pela Política Nacional de Educação Ambiental.

É importante destacar que por questões éticas as análises das respostas não foram separadas por escolas, até porque as mesmas perguntas foram feitas para todos os participantes e o objetivo deste estudo não é fazer uma comparação entre as respostas por escolas, mas sim, compreender a realidade das escolas em relação ao trabalho que vem desenvolvendo, considerando a Política Nacional de Educação Ambiental.

5. 1 Perfil dos entrevistados

Ao exibir o perfil dos participantes da pesquisa, buscou-se apresentar os atores da vivência com a prática pedagógica pautada na Educação Ambiental nas escolas, assim como mostrar aos leitores quem foram os participantes da pesquisa e seu perfil profissional.

Para a apresentação dos participantes foi necessário a utilização de códigos que pudessem representá-los visando o respeito às normas da ética em pesquisas com pessoas: Gestor 1: G1, Gestor 2/Coordenador: G2/C, além dos Professores: P1, P2, P3 e Educadores: E1, E2. E estarão apresentados nos Quadros 02 e 03.

No Quadro 02 apresentamos o perfil dos Gestores e Coordenadores entrevistados e foi possível observar as seguintes características:

Quadro 2: Perfil Gestor e Coordenador

Participantes	G1	G2/C
Tempo de experiência na educação	22 anos	19 anos
Atuação na gestão / coordenação	01 ano e meio	03 anos
Forma de ingresso no cargo	Indicação	Indicação
Graduação	Formação de Professores	Licenciatura Pedagogia
Pós-graduação	-	Gestão Escolar e Coordenação Escolar
Formação específica para atuação no cargo	-	Cursos
Tempo de serviço com educação ambiental	07 anos	03 anos

Fonte: AUTORA, 2019.

O quadro 02 aponta o aspecto dos anos de experiência que os participantes declararam na entrevista, o que demonstra o entendimento da vasta experiência do trabalho na área da educação, uma vez que antes de gestores ou coordenadores, também são professores por formação e já trabalharam diretamente em sala de aula, sendo assim, são conhecedores dos principais desafios cotidianos presentes no contexto escolar.

Outra questão observada no quadro está relacionada ao participante G1, quanto a ausência de formação continuada voltada para o trabalho com educação ambiental, sendo

assim é possível notar que o participante G1 não apresenta especialização ou formação continuada através de cursos na área de educação ambiental, entretanto, sua vivência com a proposta de trabalho em uma das escolas pesquisadas, durante os 07 anos de experiência com EA permitiu a compreensão sobre os problemas ambientais e a importância de desenvolver um trabalho voltado para a área em questão.

Já a participante G2/C declarou que já fez alguns cursos voltados para a área em questão, e entende-se que mesmo que a experiência diária capacite, a busca por formação continuada é primordial para o desenvolvimento de qualquer prática que visa a qualidade de ensino.

No quadro 03 podemos identificar o perfil dos professores participantes da pesquisa, assim como destacam-se também um grupo de educadores, que atuam como professores, mas se autodenominaram no percurso da pesquisa como educadores ambientais, com formações distintas, como se pode observar:

Quadro 3: Perfil dos professores e educadores

Participantes	P1	P2	P3
Tempo de experiência na educação	28 anos	32 anos	25 anos
Forma de ingresso no cargo	Lotação/concurso	Lotação/efetiva	Lotação/concurso
Graduação	Lic. Pedagogia	Lic. Pedagogia	Lic. Geografia
Pós-graduação	Gestão Escolar e Educação Ambiental	Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica, Educação Ambiental	Docência no Ens. Superior e Educação Ambiental
Formação específica para atuação no cargo	Pós-graduação	Pós-graduação	Pós-graduação e cursos afins
Tempo de serviço com educação ambiental	28 anos	32 anos	11 anos

Fonte: AUTORA, 2019.

O quadro 03 possibilita uma visão da diversidade de profissionais que estão atuando nas escolas participantes da pesquisa e as respectivas formações desses profissionais. Um fato relevante a ser observado é o tempo de serviço e o tempo de atuação na área de educação ambiental informado pelas participantes P1 e P2, sendo que P2 declarou:

Só na educação ambiental mana é desde que eu comecei lá desde a Várzea, quando eu comecei a trabalhar lá na Várzea a gente já trazia essa temática de educação ambiental junto das disciplinas, porque até lá a gente se deparou com a necessidade de se trabalhar com a preservação das espécies pesqueira, das espécies frutíferas das árvores, enfim.

Observa-se no relato da participante P2 que mesmo quando não havia legislação voltada para a educação ambiental, havia a necessidade de manter o equilíbrio ecológico para a manutenção das espécies de peixes, árvores frutíferas, tanto quanto das populações ribeirinhas que necessitam desses recursos naturais para sua subsistência, o que provocou na participante a necessidade de atuar no sentido de educar para preservar o meio ambiente.

É importante destacar que a maioria dos participantes que atuam como docentes e/ou educadores ambientais tem formação superior para atuar como docentes e pós-graduação voltada para a área de educação ambiental, o que remete o entendimento da necessidade da busca pela capacitação docente para o exercício da profissão de maneira qualificada na área.

Outro fator observado foi quanto a atuação do E2 que não possui licenciatura plena para o desenvolvimento docente, devido ter a formação em bacharelado em Engenharia Florestal, porém atua como educador ambiental em uma das escolas pesquisadas pelo vasto conhecimento técnico que a área de formação possui, tendo em vista que a escola está inserida dentro de uma área de preservação ambiental permanente-APP e que requer um profissional da área da engenharia florestal para fazer o levantamento das espécies nativas, entre outras funções pedagógicas que desempenha cotidianamente.

Dessa maneira é facilmente compreensível o motivo pelo qual tanto o E1 que tem formação de magistério, e E2 se autodenominaram de educadores ambientais, além disso, E1 declarou que como educador ambiental a facilidade de conhecimento acerca da área da escola foi adquirida com os trabalhos de guia turístico, portanto a experiência como guia facilitou a atuação pedagógica no espaço em que a escola está localizada.

Em se tratando das práticas com Educação Ambiental, entende-se a necessidade dos profissionais conhecerem sobre o contexto em que o trabalho com EA está inserido, sendo assim os gestores, coordenador e professores/educadores foram questionados quanto a percepção sobre os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e a Política Nacional de

Educação Ambiental, com o intuito de verificar o entendimento dos participantes da pesquisa com relação aos conceitos apontados pelos participantes.

5.2 A percepção dos atores da pesquisa sobre meio ambiente, educação ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental

A construção dos escritos a seguir teve como propósito alcançar o objetivo específico: verificar a percepção dos professores sobre os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e a da própria Política de Nacional de Educação Ambiental, por entender a necessidade de que os atores que atuam na área tenham conhecimento sobre os principais conceitos que norteiam suas práticas.

5.2.1 Percepção sobre meio ambiente

O primeiro questionamento realizado aos participantes da pesquisa foi quanto a percepção sobre meio ambiente, neste sentido o participante G1, expressou seu entendimento fazendo uma reflexão sobre o meio ambiente como fonte de vida:

Meio Ambiente na verdade é a vida é dela que a gente tira o benefício que é pra vida da gente, tanto o cuidado mesmo, enfim, meio ambiente é vida, definindo. (Gestor 1 – G1).

Neste sentido a análise da resposta dada pelo participante G1, vai de encontro ao entendimento de Ribeiro (2013) acerca da consciência ecológica na manutenção dos recursos naturais, como uma ação comum a todos, demonstrando também uma relação com a percepção sobre meio ambiente dada pelo participante G1.

A participante G2/C declarou da seguinte maneira sua percepção sobre meio ambiente:

A minha percepção sobre meio ambiente, eu digo assim, é percepção assim, que o universo todo nós precisamos zelar, cuidar, trabalhar e ter responsabilidade, sensibilidade, participar em tudo pra cuidar do meio ambiente, nós precisamos sim do meio ambiente de muito conhecimento, de muitos desafios e principalmente assim de tudo, existe uma legislação e a gente precisa ter um conhecimento sobre a legislação de educação ambiental, eu sempre digo que essa legislação ela rege o trabalho da educação ambiental. (Gestor 2/Coordenador – G2/C).

Observa-se na fala da participante G2/C uma ligação que a entrevistada faz entre o conceito de meio ambiente, a legislação de educação ambiental e o trabalho com educação

ambiental, demonstrando através da exposição sobre a necessidade de se conhecer a legislação de educação ambiental, que neste caso é a Lei nº 9.795/99, para o suporte ao trabalho de educação ambiental na promoção da conservação e preservação do meio ambiente.

Entretanto é possível destacar na percepção sobre meio ambiente, que a participante G2/C, aponta aspectos relacionados ao exercício da cidadania, quando enfatiza sobre a responsabilidade ao cuidar, zelar e principalmente estar sensível às questões ambientais, e que estão relacionados aos princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Sendo assim, percebeu-se estreita relação com a vinculação ética, através da concepção do meio ambiente e o compromisso que a sociedade tem mediante a compreensão das causas que afetam o meio ambiente e as consequências que são compartilhados por toda humanidade, como se tem visto em nível mundial quando não há a responsabilidade, compromisso e a participação dos cidadãos na melhoria do ambiente que se vive.

No tocante aos conceitos percebidos pelos professores e educadores participantes da pesquisa, o meio ambiente é percebido pelos participantes: P1, P2 e P3 da seguinte maneira:

Olha eu sempre olhei o meio ambiente não só com os olhos, pra mim o meio ambiente é a razão da gente existir é a razão da nossa existência, eu cêrio que Deus preparou para que nós pudéssemos usufruir disso, infelizmente a coisa com o passar do tempo ela foi sendo mal entendida pelo ser humano e o meio ambiente é tudo aquilo que nos proporciona qualidade de vida. Professor 1 (P1).

(...) o que eu entendo por meio ambiente é essa relação dos seres vivos de modo geral, na verdade meio ambiente é todos nós estamos inseridos, esse é o nosso meio ambiente, envolve todos os nossos aspectos, o globo como um todo, o globo terrestre. Ele pra mim é o meio ambiente. Professor 2 (P2).

Bom, eu penso que é o local que nós vivemos, que nós interagimos e que faz parte da nossa vida, já que nós estamos nele e somos o principal agente desse meio, as questões físicas, naturais já são inerentes elas estão lá sempre estiveram lá mais o homem, a mulher, o cidadão é um dos fatores mais importante para esse meio

ambiente porque é ele que interage é ele que trabalha é ele que faz essa dinâmica do meio ambiente acontecer. Professor 3 (P3).

Os conceitos apresentados pelos professores 1, 2 e 3 possibilitam a compreensão da presença do homem em todos os três contextos percebidos sobre meio ambiente, em que esse homem age, se relaciona, interage e que mesmo que na percepção de P1 sobre a razão do meio ambiente existir seja divino, o homem como ser vivo, tem a capacidade de interferir de maneira positiva ou negativa neste meio.

Quando Ribeiro (2013) se reporta a consciência ecológica, podemos observar na percepção relatada por P3 que os seres humanos são os principais agentes deste meio, logo remete o entendimento da importância da preservação ambiental para a manutenção da vida no planeta Terra.

Em relação aos educadores: E1 e E2, quando questionados sobre a percepção se Meio Ambiente, responderam da seguinte forma:

Meio ambiente? É o meio que nós vivemos né? Estamos inseridos dentro desse planeta chamado Terra, então meio ambiente é tudo aquilo que nos rodeia. Educador 1 (E1).

Meio Ambiente pra mim é você estar inserido nele e viver de forma harmônica mais próxima possível, você tirar sim, mas viver de forma harmônica ao ponto de que você sabe que quando você não estiver aqui outros vão ter, então envolve você fazer essa conservação, homem natureza essa relação ser bem íntima. Educador 2 (E2).

As respostas dos educadores estão relacionadas ao conceito destacado por Ribeiro (2013), são percepções que remetem o entendimento de que o ser humano está inserido no meio ambiente, sendo assim somos parte de um espaço maior e que há a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente para as gerações futuras e que a prática de conservar e preservar são inerentes a uma relação de consciência do ser humano para com o meio ambiente.

Na pesquisa desenvolvida por Barbosa (2008), cujo tema do estudo é “Educação ambiental, uma Política Pública Educacional: Como a Escola a Acolhe?”, pesquisa desenvolvida em Belo Horizonte – MG, buscou compreender também sobre os conceitos de meio ambiente e educação ambiental entre: professores, gestores, coordenadores pedagógicos e alunos, e que auxiliou na análise a partir da compreensão da autora sobre a maneira como atores da pesquisa percebem esses conceitos e foi possível notar similaridades em relação a percepção dos gestores e professores participantes desta pesquisa.

Observou-se no estudo de Barbosa (2008, p. 115 - 116) que:

Para a grande maioria dos professores, coordenadores e diretora, o meio ambiente é o lugar em que se vive, desde o meio natural até aquele modificado pelo homem, como sua casa, sala de aula e a escola. O consideram um todo integrado, envolvendo o homem, a natureza, as relações e produções do homem e suas relações com a natureza.

O que também pode ser percebido nos discursos sobre a realidade das Escolas Municipais do Parque e da Floresta que a percepção dos participantes da pesquisa sobre meio ambiente associa a relação homem e natureza, em que este homem está inserido neste meio ambiente, portanto está em contínua relação com os recursos naturais do meio, mesmo que estes ambientes naturais já tenham sofrido ação do homem, como podem ser destacados os ambientes urbanos: residenciais, logradouros públicos, entre outros.

5.2.2 Percepção sobre educação ambiental

Os participantes da pesquisa: G1 e G2/C, P1, P2, P3, E1 e E2 também responderam ao seguinte questionamento: qual sua percepção sobre educação ambiental? Dessa maneira a resposta dada por G2/C foi a seguinte:

Bem, pra mim a educação ambiental, já não é tão uma novidade, no caso da minha gestão aqui dentro da escola, até porque a gente já vinha trabalhando a educação ambiental nas outras escolas que eu já fui gestora né, as escolas sempre tem aquele projeto de educação ambiental que se trabalha dentro das escolas né? Agora aqui, desde que eu fui inserida como coordenadora de educação ambiental da escola (...) a gente tem uma visão maior do que é educação ambiental, a gente passa a trabalhar a educação ambiental com mais segurança, através dos encontros, da legislação que aqui a gente trabalha muito a questão da legislação, então tá sendo um momento de muito sucesso e também de aprendizado. (Gestor 2/Coordenador).

É notável que a resposta dada não demonstra com clareza a percepção sobre educação ambiental dada pela participante da pesquisa, porém acena outras informações pertinentes quanto a sua experiência enquanto gestora em outras instituições, quando afirma que “as escolas sempre tem aquele projeto de educação ambiental”, ou seja, a participante já tinha uma vivência com a educação ambiental, mas acrescenta que somente depois que assumiu a administração de uma das escolas pesquisadas é que passou “a trabalhar a educação ambiental com mais segurança”, quando cita os momentos de estudos sobre a legislação e encontros para discutir sobre temáticas voltadas para o meio ambiente.

Com relação ao aspecto levantado na resposta da participante em questão, quando aponta sobre os momentos de estudos e encontros para discutir sobre a temática educação ambiental, compreende-se mesmo que esses momentos de estudo sejam ações planejadas pela própria equipe, a prática demonstra a necessidade de os profissionais dessas escolas participar de formação continuada, capacitação para o exercício das atividades docentes ou gestora no que se refere ao trabalho com educação ambiental.

Cabe salientar que a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu Art. 8º enfatiza sobre a importância da capacitação dos recursos humanos e de que maneira deve ser colocada em prática:

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental. (BRASIL, 1999).

Neste sentido, percebeu-se especialmente nos incisos III e IV que envolvem a formação dos profissionais que atuam na área, que a maneira como foi expressa pela participante G2/C, os momentos de capacitação e formação do grupo a quem se refere, são os encontros pedagógicos, momentos de reflexão da prática docente e que a instituição busca realizar estudos sobre as temáticas voltadas a Educação Ambiental. Embora a Lei nº 9.795/99 incumba ao órgão gestor a implementação da política em âmbito nacional, são os Estados e Municípios quem definirão as diretrizes e normas de execução da legislação, ou seja, deverão elaborar as estratégias de capacitação dos recursos humanos.

Buscando instigar o conhecimento acerca da percepção sobre educação ambiental da participante G2/C, foi acrescentada a seguinte pergunta: Na sua visão, qual é a importância da educação ambiental, e a resposta foi a seguinte:

Ah! A minha visão de educação ambiental (...) é que todas as escolas, todas as instituições, todas as repartições tivesse no currículo escolar, porque isso é muito importante principalmente nas escolas, trabalhassem no fundamental I, fundamental II, pré-escolar, no ensino médio e nas universidades também que esse jovem, essa criança, esse aluno ele tenha uma visão bem diferente do que é meio ambiente, respeitando e também a questão da sensibilização. (Gestor 2/Coordenador).

É notória que a percepção sobre educação ambiental transmitida através da resposta da participante G2/C, compreende a educação ambiental em todos os níveis de ensino, mas também é possível destacar o aspecto do exercício da cidadania através da prática do respeito para com o meio ambiente. Logo percebe-se que o contexto da resposta de G2/C contempla o Art. 3º em que a educação ambiental deve ser trabalhada como parte de um processo educativo mais amplo e que contemple todos os níveis de ensino.

A percepção sobre educação ambiental questionada também ao participante G1 foi possível obter como resposta que:

Educação Ambiental principalmente pra gente que trabalha com isso é unir o ser humano com a natureza de forma que todos possam viver com a questão da preservação e o objetivo maior que o pessoal da educação ambiental tem é a nossa sustentabilidade, aonde o homem e a natureza é pra caminhar juntos, mas de forma sem prejudicar, principalmente o homem né? Gestor 1 (G1).

A análise da resposta de G1 remete o entendimento da possibilidade de a educação ambiental promover a união entre os seres vivos (humanos) com a natureza (recursos naturais e demais seres vivos), mas também aponta para um entendimento sobre EA como elemento de transformação social, educação para a cidadania, capaz de transformar a realidade social, como destacou Loureiro (2009) quando acena sobre a perspectiva transformadora da Educação Ambiental.

É imprescindível compreender educação ambiental através de ações que exercem influência no exercício da cidadania, capaz de promover para além da conscientização, a sensibilização da necessidade de manter o meio ambiente conservado e preservado para o usufruto das gerações no presente, mas principalmente para a manutenção para as futuras gerações, como enfatiza a Constituição Federal de 1988.

Quanto aos professores e educadores participantes da pesquisa, as percepções sobre Educação Ambiental demonstraram pontos de vista que mantêm relação conceitual, como podemos observar nas respostas:

(...) é o cuidado que você tem que ter com esse meio, você tem o meio e precisa ser cuidado, então a educação ambiental é na verdade como você vai cuidar desse ambiente, entendeu? Isso é educação ambiental. Professor 2 (P2).

(...) é os cuidados que nós temos que ter com esses recursos naturais que nós precisamos pra nossa sobrevivência aqui nessa terra, durante aqui que a gente tem que viver nesse planeta, então a educação ambiental pra mim é você saber cuidar daquilo que é necessário do meio ambiente. Educador 1 (E1).

Os conceitos supracitados se relacionam na medida em que os participantes direcionam seus pensamentos sobre a importância do cuidar do meio ambiente através da educação ambiental, o que demonstra a dependência do ser humano em relação ao meio ambiente, portanto, preservando e conservando os recursos naturais provenientes do meio ambiente, da natureza.

As respostas também acenam para a compreensão trazida por Loureiro (2009) que é capaz de perceber o ser humano como parte do meio ambiente, portanto a educação ambiental na perspectiva transformadora de atitudes e relações que cada cidadão tem com o meio ambiente. Portanto, a educação ambiental tem papel fundamental na vida de cada pessoa a partir do momento que esse indivíduo compreende que manter a qualidade de vida no meio ambiente em que está inserido, depende do modo como se faz presente no contexto social.

E sobre a qualidade de vida, o professor 1 entende que a educação ambiental:

(...) é a grande saída pra qualidade de vida, a educação ambiental é a base do ser humano, você educada a pessoa mais do que planta a árvore, mais do que cuida da água do que cuida da terra, você educando as pessoas a cuidar e a educação ambiental é fundamental nessa educação do ser humano. Professor 1 (P1).

É muito significativa a percepção como P1 elaborou sua resposta quanto ao termo educação ambiental, quando acena que este processo educacional se dá para além de plantar árvores, ou desenvolver ações de preservação e conservação dos recursos naturais: terra e água, ou seja, a educação é capaz de promover consciência através de ações cotidianas do modo e costumes como cada cidadão se relaciona com o meio ambiente.

Neste sentido, a percepção do participante precede o entendimento da necessidade de o ser humano manter uma postura sensível e desde a primeira infância já vivenciar nos espaços escolares práticas voltadas para a temática, uma vez que a PNEA assegura que a Educação Ambiental seja ofertada para todos os níveis de ensino.

Dessa forma, a importância da compreensão sobre a relação homem x natureza, pode ser compreensível no contexto apresentado por Reigota (2012) quando acredita que o meio ambiente é a relação constante entre os aspectos naturais e sociais, ou seja, a educação ambiental acontece na medida em que essas relações acontecem cotidianamente.

Retomando a pesquisa desenvolvida por Barbosa (2008) observou-se que o contexto das respostas apresentadas nestes escritos e o embasamento teórico pautado na compreensão de uma educação ambiental transformadora, teve uma associação com os relatos dos entrevistados das Escolas Municipais do Parque e da Floresta, na compreensão dada pelos

professores, gestores e coordenadores pedagógicos, atores da pesquisa que envolveu escolas municipais de Belo Horizonte – MG, em que a autora aponta que Educação Ambiental, na visão dos entrevistados:

É aquela composta por múltiplos e complexos olhares na busca de conhecimento. A partir disso, entendem que ela é uma forma de conscientizar as pessoas para a conservação da natureza, para o cuidado e a transformação do espaço em que elas vivem. EA é a transmissão de conhecimentos sobre as questões ambientais e sobre os cuidados com o meio ambiente, inculcando nos educandos uma mudança de atitudes e de valores. Alguns professores incluem também nesse entendimento o trabalho com as questões sociais. (BARBOSA, 2008, p. 117-119).

Sobre Educação Ambiental é importante destacar a resposta dada pelo participante E2, que demonstrou os desafios do participante para compreender o trabalho com educação ambiental e os desafios ainda presentes no desenvolvimento do trabalho na escola:

(...) educação ambiental é algo muito desafiador, quando, por exemplo, eu entrei nesse ramo, eu tinha, se eu fosse colocar numa escala, eu tinha uma escala assim baixíssima nesse contexto realmente do que é educação ambiental, de que forma você pode trabalhar isso? Eu já aprendi muito e ainda aprendo... como você faz realmente a prática da educação ambiental? Como você vivencia isso? Educação é você se educar ao meio ambiente, então quando você tem que se educar ao meio ambiente ela é muito difícil porque, você claro quer usufruir daquilo que está disponível pra você, então a educação ambiental ela ainda é muito desafiadora, porque nem todo mundo vê isso como prazeroso e sim como uma obrigação, fazer ou então ter que passar isso quando se trata de escolas e muita das vezes ela não é passada de uma forma que coloque a pessoa a se educar ao meio e sim ao não pode isso não pode aquilo! Educador 2 (E2).

É possível observar que o participante não responde ao questionamento que se referia a percepção sobre educação ambiental, porém indica questões muito relevantes para a construção dos resultados desta pesquisa: a necessidade da capacitação para o desenvolvimento do trabalho com educação ambiental, a importância dos atores que desempenham o trabalho com educação ambiental conhecerem a proposta pedagógica da instituição, sendo que na primeira questão há a necessidade de políticas de formação de professores e gestores, especificamente voltados para a educação ambiental e na segunda questão, a importância de todos terem acesso à proposta pedagógica da escola e realizar estudo do documento e assim desempenhar o trabalho consciente das metodologias de Educação Ambiental aplicadas pelas escolas.

Cabe salientar que a educação ambiental é uma potencial ferramenta que possibilita a gestão escolar intervir no processo de construção social da realidade vivenciada, como já mencionado por Guimarães (2004), de modo que contribui na compreensão da educação

ambiental como uma educação fundamental para manter o equilíbrio ecológico, mas também para transformar a visão que se tem da obrigatoriedade da oferta da educação ambiental nas escolas, como menciona E2.

Neste sentido, entende-se a necessidade da compreensão sobre a legislação que trata da legitimidade da Educação Ambiental, garantida através da Constituição Federal de 1988 e através da Política Nacional de Educação Ambiental, que direciona o trabalho com educação ambiental nas escolas e em espaços não formais, observando que na realidade pesquisada há uma carência de políticas de fortalecimento do trabalho com educação ambiental, especialmente quanto a capacitação dos atores no desenvolvimento do trabalho nestas escolas em questão.

5.2.3 Percepção sobre a Política Nacional de Educação Ambiental

Os participantes da pesquisa também foram questionados quanto a percepção sobre a Lei 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, e o participante G2/C respondeu da seguinte maneira:

Eu penso que assim que a gente tem um certo conhecimento e eu sempre digo assim que através da legislação a gente vai aprendendo vai conhecendo ela através das nossas pesquisas das nossas formações dos nossos encontros e assim essa lei ela já existe há muito tempo, então ela precisa sim ser só hoje ser respeitada, ser estabelecida, ser reconhecida por todas as instituições as unidades que pudessem trabalhar no currículo escolar essa legislação, que é assim, é uma legislação que quando você passa a conhecer você já vê que tem um olhar diferenciado pro meio ambiente.

O entendimento apresentado pelo participante G2/C em relação a PNEA aponta para questões pertinentes à serem discutidas, especialmente em relação a efetivação da Lei nº 9.795/99, quando observa-se na fala da entrevistada a necessidade de “respeitar, ser estabelecida, ser reconhecida por todas as instituições”, de modo que a participante entende que o conhecimento acerca da legislação é capaz de possibilitar uma visão diferenciada em relação ao meio ambiente.

É importante destacar a necessidade do governo municipal, através da Secretaria de Educação tornar a Política Nacional de Educação Ambiental acessível à todas as instituições, não de maneira que a educação ambiental se torne obrigatória no currículo escolar, mas que primeiro as escolas tomem ciência da lei que trata desta educação e através desse

conhecimento possam pensar a educação ambiental como parte das práticas educativas e metodologias do trabalho docente nas instituições educacionais

Outra questão observada na resposta do participante G2/C é quanto a informação sobre os momentos de estudos no grupo escolar de educação ambiental ao qual faz parte, quando cita as formações e pesquisas desenvolvidas na Escola e possibilitam uma visão mais ampla, seja da legislação ou das questões relacionadas ao meio ambiente e educação ambiental.

Neste aspecto é importante retomar o Art. 8º da Política Nacional de Educação Ambiental, que trata das linhas de atuação da presente política, especificamente quanto a capacitação dos recursos humanos, frisando que no campo de ação da lei nº 9.795/99 está articulada com órgãos e entidades que tem o papel fundamental para o desenvolvimento da legislação em questão: Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental, ou seja, o entendimento que se faz do Art.8, em relação ao campo de ação da PNEA é de que há uma preocupação com a formação inicial ou continuada dos recursos humanos que trabalham ou trabalharão com educação ambiental.

No entanto, o que se tem percebido através da resposta de G2/C é que os esforços para obterem mais conhecimentos e formação para o desenvolvimento do trabalho com Educação Ambiental estão pautados nas reuniões e encontros pedagógicos realizados pela equipe de trabalho das escolas, ou seja, não existe uma política de formação de professores oferecida pela SEMED e que a Política Nacional de Educação Ambiental passa a ser melhor compreendida quando a equipe de trabalho realiza estudos, pesquisas e encontros para discutirem sobre a legislação e as questões ambientais, iniciativas da própria instituição educacional.

Com relação ao participante G1, ao responder sobre a mesma questão demonstrou o entendimento de que a proposta da legislação em relação a obrigatoriedade da oferta da educação ambiental nas escolas como uma ação positiva, que contribui e fortalece o trabalho das escolas pesquisadas, como podemos observar:

Graças a Deus que ela foi criada, porque ela nos respalda pra que a gente possa multiplicar a questão da educação ambiental nas escolas principalmente que é a partir dessa lei que nos dá a garantia e a obrigação de trabalhar a educação ambiental, porque é desde os pequenos que a gente começa a multiplicar essas ideias, um dos objetivos da escola é justamente esse, essa multiplicação e essa lei vem nos garantir esse trabalho, tanto que em casa como na sociedade em geral.

Entende-se que a obrigatoriedade que o participante se refere não pode ser compreendida de maneira deturpada, como já observada pelo participante E2 anteriormente, quando em muitos casos pela ausência de conhecimento da PNEA, a atribuição da obrigatoriedade de desenvolver o trabalho com educação ambiental é vista de maneira negativa, como uma prática forçada e que muitas escolas e professores não buscam inserir a educação ambiental de maneira integrada em suas metodologias, por compreenderem a importância desta educação no desenvolvimento integral do aluno.

A obrigatoriedade que a lei se refere está pautada na oferta da Educação Ambiental em todas as escolas e espaços não formais, através de políticas que incorporem a dimensão ambiental na promoção desta educação (Art. 3º, inciso I), cabendo ao poder público desenvolver as ações que sejam colocadas em prática a temática, nas escolas, instituições governamentais, meios de comunicação, empresas e sociedade em geral.

No entanto, compreende-se a necessidade de os profissionais de educação que reconhecem a legislação de educação ambiental participem do processo de discussão e que saibam reivindicar a prática da lei, assim como apontam Biasoli e Sorrentino (2018, p. 06):

Trazer a perspectiva pedagógica ao centro e gerar processos de formação envolvendo distintos atores sociais para atuarem na formulação e implantação de políticas públicas em processos capazes de análises críticas, reflexivas sobre os conceitos e práticas da sustentabilidade.

Exige o delineamento e implantação de políticas públicas de educação ambiental de forma participativa, dialógica e estruturante, e aponta para a política do cotidiano, de incorporação das forças sociais instituintes, e que contribui com o enfrentamento das causas da degradação socioambiental, delineando estratégias de atuação na transição para sociedades sustentáveis.

Neste sentido, entende-se a necessidade de participação no processo de formação dos atores sociais, principalmente, os que atuam em instituições educacionais e que já inseriram educação ambiental na proposta de trabalho, uma vez compreender que estes atores além de desenvolver educação ambiental em seus espaços, entendem a relevância de promover esta educação na manutenção do meio ambiente para o futuro.

Quanto a percepção da Política Nacional de Educação Ambiental no olhar dos professores e educadores participantes da pesquisa, observou-se uma crítica acentuada ao conhecimento sobre a lei, assim como a dificuldade de torná-la uma realidade concreta no município. Podemos destacar as seguintes respostas:

A lei no papel ela é espetacular, se fosse acontecer como realmente tá escrito na constituição seria muito bom, só creio que ela deveria ser mais divulgada principalmente nas escolas deveria ter um aprofundamento mais específico dessa

lei, das questões ambientais, assim como é importante aprender a ler e a escrever é importante a cuidar do meio ambiente. (Professor 1 – P1).

Eu entendo que essa política nacional de educação ambiental ela foi muito bem colocada na teoria né? Ela é na verdade uma preocupação, uma discussão de todo um sistema entre todo o meio que vivemos, mas que ela precisa ser colocada mais em prática, tá muito bonitinho lá na política nacional de educação ambiental, onde fala que a política nacional de educação ambiental ela está inserida no meio ambiente de forma formal e não formal, envolve todo o ecossistema, a pessoa com o espiritual, o econômico, o social, mas quem dera nós se essa política nacional de educação ambiental fosse trabalhada na forma como está na teoria, seria muito bom. (Professor 2 – P2).

Ela é muito bonita, mas precisa ser praticada, ela é linda maravilhosa, mas precisa muitas coisas ser colocadas ali, muitas coisas estão, mas precisam ser colocados em prática, porque a partir dela a gente vai puxando outras legislações como por exemplo, um dos resíduos sólidos, que se a gente for pegar muitas cidades ainda não estão adequadas, a questão dos lixões se a gente verificar outras legislações que puxam, de certa forma estão conectadas (...). (Educador 2 – E2).

É possível observar a crítica sobre a PNEA com relação a teorização em relação à prática da legislação, é possível notar também que os participantes compreendem a lei como relevante, no entanto, há a ausência de mecanismos que torne a política uma realidade nas demais escolas do município. E para tentar compreender a visão dos participantes, foi necessário buscar compreender o fator que atribuem à falta de eficácia da lei na realidade vivenciada. As respostas foram as seguintes:

Eu creio que assim como se cobra de um professor, de um educador de uma empresa que faça seu trabalho, deveria ser cobrado também os projetos de educação ambiental dentro das escolas, (...) hoje, quais as escolas que dizem que fazem educação ambiental, ocorreram mudanças de posturas dessas escolas, tanto dos profissionais que atuam quanto dos que usufruem dessa escola? O que mudou na cidade? A cidade que faz educação ambiental, o que foi que mudou? O recolhimento do lixo? O tratamento do lixo? O que se fazem com os barcos, principalmente, nas cidades que tem as orlas, os portos, o que realmente mudou? Então, não existe de fato umas cobranças, as pessoas fazem porque querem, tem pouco incentivo pra fazer. (...) (Professor 1 – P1).

Eu acredito que o próprio incentivo da pessoa em querer, porque quando você quer algo você consegue, você não tem vergonha de ir ali falar sobre meio ambiente, sobre ir ali falar sobre a importância de não se jogar lixo na rua, a preocupação de não se deixar lixo na margem da rua, porque eu não sei se o carro vai passar hoje ou não ter responsabilidade, tomar essa responsabilidade pra si, eu acredito que todos tomar essa responsabilidade pra si e não esperar que o outro faça aí a coisa melhora. (Professor 2 – P2).

Atuação e comprometimento eu colocaria essas duas palavras, comprometimento, atuação e união, realmente é o que falta. (Educador 2 – P2).

Com isso, destaca-se no posicionamento do P1 quanto a necessidade das escolas do município desenvolverem de fato projetos voltados para a educação ambiental, no entanto observa-se questionamentos que provocam a reflexão sobre as políticas públicas mostrarem-

se eficientes, e dessa maneira o entendimento que se faz da colocação da participante é de que há necessidade do poder público viabilizar a concretização da Política Nacional de Educação Ambiental nos espaços escolares e demais setores da sociedade.

A educação é fundamental no processo de conscientização e sensibilização do cidadão no que se refere a manutenção do meio ambiente. Para Valério (2014, p. 24):

A educação tem por finalidade promover a formação e o desenvolvimento do homem em todas as dimensões. Ela impulsiona o progresso social, e é um meio essencial para a constituição da cidadania e para assegurar a inclusão social. A educação é também um direito fundamental que ajuda no desenvolvimento de um país, e de cada indivíduo considerado. A importância da educação vai além do objetivo de inserção profissional. É pela educação que os indivíduos se preparam para vida.

É exatamente por meio dessa educação que visa a formação e desenvolvimento do homem em diversas dimensões que se justifica a importância de um trabalho significativo de Educação Ambiental, para tornar uma realidade o que diz o P2, quando afirma que o desenvolvimento das ações de educação para com o meio ambiente cabe a todos. No entanto, nem todos estão capacitados para desempenhar esse papel sócio educacional nas escolas e demais espaços sociais, há a necessidade de formação técnico-pedagógico para a desempenho da função de professor ou educador ambiental.

Sendo assim, compreende-se que a escola que trabalha com a educação ambiental de maneira integrada às metodologias, num processo contínuo e permanente contribui na formação desse cidadão capaz de compreender as questões ambientais com mais sensibilidade.

Quanto a resposta do participante E2 é possível apontar para a reflexão da necessidade de mais compromisso, atuação e união, no que se refere a prática da Lei nº 9.795/99, mas quando questionada sobre qual setor há a ausência de compromisso e atuação, demonstrou insegurança na resposta, portanto não cabendo a apresentação dos registros nestes escritos.

Mas, entende-se que a Lei nº 9.795/99 responsabiliza a execução da política de educação ambiental aos setores do governo, dos Estados e Municípios, portanto compreende-se que na realidade pesquisada a prática da educação ambiental vem se apresentando de maneira insatisfatória, merecendo atenção do poder público, no sentido de atuar com mais comprometimento, fazendo cumprir a legislação, uma exigência que ultrapassa décadas se tomar como ponto de partida a Constituição Federal de 1988.

5.3 As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas Escolas Municipais do Parque e da Floresta: desafios e possibilidades

Nesta subseção os escritos foram construídos a partir dos questionamentos voltados para a investigação sobre as ações de educação ambiental, desenvolvidas pelas Escolas Municipais do Parque e da Floresta, ressaltando os principais desafios encontrados no decorrer do trabalho que estão desenvolvendo, fazendo a reflexão sobre as possibilidades para o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Ambiental, não somente nas escolas pesquisadas, mas na rede municipal de ensino, como observa a legislação em questão.

Neste sentido os participantes foram questionados sobre: Como é desenvolvido o trabalho de educação ambiental nas escolas?

O nosso trabalho aqui ele é realmente pensado da divulgação da importância de se cuidar do meio ambiente, então tudo que a gente faz aqui é pensando em fazer dessa pessoa um multiplicador ambiental, toda vez a gente recebe criança, a gente procura enfatizar o que é educação ambiental e a importância disso na vida das pessoas, na qualidade de vida das pessoas, porque muita gente diz que seria bom a educação ambiental ser uma disciplina. (Professor 1 – P1).

(...) a gente procura, a gente eu, procura de forma que seja através da sensibilização, através que ele realmente entre em contato com práticas alternativas, mas que também ele se sinta em um ambiente prazeroso, porque o ambiente da escola em si já proporciona isso. (Educador 2 – E2).

Os aspectos levantados pelos participantes indicam que as ações são organizadas com o intuito de promover sensibilização e divulgação sobre a causa ambiental, trabalhando práticas educacionais que enfatizem a importância do meio ambiente como indispensável na vida dos seres humanos. É percebido também que P1 direciona uma crítica às pessoas que entendem a educação ambiental como uma disciplina. Retoma-se a ideia da compreensão da educação ambiental vista como obrigatória no contexto das escolas, demonstrando a ausência de conhecimento dos profissionais da educação em ainda idealizar a EA como disciplina, com conteúdos estabelecidos, assim como a Língua Portuguesa e Matemática, configurando a incapacidade de trabalhar esta educação de maneira integrada aos projetos educacionais nas instituições, e também nas metodologias de sala de aula.

É importante ressaltar que no Art. 5º da Lei nº 9.795/99, dentro dos objetivos fundamentais da EA, observa-se os campos múltiplos e complexos, possíveis de compreender o meio ambiente mediante as práticas integradas de educação ambiental, ou seja, o desenvolvimento desta educação envolve a compreensão do meio ambiente, através dos

seguintes aspectos: ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Neste sentido, é importante que o desenvolvimento do currículo escolar das escolas contemple a Educação Ambiental de maneira a integrar as práticas educacionais, e a questão deve ser discutida desde o processo de construção da proposta pedagógica institucional, em que a participação da comunidade escolar, nas vozes dos professores possam compreender a importância de trabalhar a educação ambiental no cotidiano.

Biasoli e Sorrentino (2018, p. 09) tecem uma crítica sobre a dificuldade que o poder público enfrenta para executar as políticas públicas, se tratando da Educação Ambiental:

(...) a incapacidade do estado de cumprir com suas funções de construção do bem público de forma satisfatória fez com que outros atores vissem no seu envolvimento com a coprodução do bem público uma possibilidade de saída: articulações na base com a emergência de outros atores que possam compartilhar com o estado projetos territorializados na busca do bem público se constituindo em bem comum.

Neste sentido os autores defendem uma política de cotidiano, capaz de envolver tanto as forças instituintes, compreendidos como a sociedade e organizações não-governamentais, e as forças instituídas, representados pela União, Estados e Municípios, que são os principais agentes na formulação de políticas públicas para a sociedade.

Neste caso específico, as forças instituintes podem ser exemplificadas como os professores que já atuam na área de Educação Ambiental e as forças instituídas, o poder público municipal, ou seja, a necessidade de elaborar uma política municipal de educação ambiental que resulte em práticas significativas em todas as escolas municipais é urgente, uma vez que se tem percebido ainda um trabalho de Educação Ambiental muito fragilizada neste município.

Outro aspecto observado no discurso do E1, quando questionado sobre as ações que desenvolvem, foi a flexibilidade de atividade há quem a Escola se propõe, em se tratando do conteúdo que as escolas visitantes buscam, quando vem até a Escola da Floresta, como observa-se:

As ações são desenvolvidas conforme o objetivo dos nossos visitantes no caso dos alunos, então a gente faz um planejamento em cima daquilo que eles veem buscar né? Então, nós trabalhamos com as ações externas e internas fazendo as parcerias com as escolas municipais e estaduais e em relação aos visitantes que aqui vem. (Educador 1 – E1).

É importante destacar a importância da Escola em ouvir sobre as necessidades com relação ao tema educação ambiental, e que na maioria das vezes as escolas e alunos visitantes apresentam a demanda sobre o aspecto da EA que deverá ser abordada na aula agendada para instituição no determinado dia.

Dessa maneira, observa-se que as escolas analisadas têm a preocupação em atender as outras escolas municipais regulares de acordo com a necessidade apresentada e essa prática confirma a necessidade de o professor ou educador que atuam diretamente nas escolas pesquisadas necessitem de um vasto campo de conhecimentos, não somente conhecer a PNEA, mas de que maneira a colocar em prática pedagogicamente, nos momentos de atividades e aulas nessas escolas de educação ambiental.

Um aspecto que merece atenção no que se refere a atuação desses atores na consolidação do trabalho voltado para a prática da EA nos espaços escolares, é apontado por Moraes e Loureiro (2017), quando afirmam que:

A articulação com a sociedade civil está associada a um pressuposto que considera a premência na construção de uma cidadania ativa, uma sociedade civil ativa, que é assimilada na perspectiva de uma renovação de uma cultura cívica, em que incorpore nos sujeitos sociais o ideário do trabalho em parceria, em um pacto social que incentive o apaziguamento de conflitos. É o incentivo a uma nova postura humana, numa lógica nova de sociabilidade, que oriente para uma coesão social e o resgate de formas de solidariedade entre as classes sociais, com vistas à promoção de um bem comum.(Moraes e Loureiro, 2017, p. 196).

Acredita-se que essa articulação perpassa sobre a participação de todos os envolvidos no processo de adesão ao modelo educacional que considere as questões ambientais como ferramenta pedagógica, na transformação da realidade vivenciada pelas escolas, dessa maneira entende-se que as escolas pesquisadas são os principais articuladores neste processo, portanto a necessidade de formação direcionada aos professores e gestores é de extrema importância para o desenvolvimento de um trabalho de Educação Ambiental significativo.

Biasoli e Sorrentino (2018) apontam a seguinte crítica em seus escritos, com relação a importância da atuação dos participantes da pesquisa: professores e gestores, enquanto forças instituintes, desde o processo de discussão para a formulação de uma política pública, no sentido de que se compreende que estes atores conhecem as principais dificuldades para a prática da política:

Sem as forças instituintes, as políticas públicas podem ser letra morta, ou um conjunto de instituições de fachada que não contribuem com a transformação das sociedades e materialização do ideário emancipatório do campo da educação ambiental. (...). Nas últimas décadas, muito se fala sobre a importância da educação

ambiental. Textos e leis são elaborados, porém os textos não contemplam metas e estratégias que se desdobrem das suas diretrizes e assim não se presencia a sua realização em larga escala e daí vem a necessidade de que os distintos atores e segmentos estejam presentes desde a formulação até a implantação das leis. (Biasoli e Sorrentino, 2018, p. 09).

Dessa forma compartilha-se do mesmo pensamento dos autores, uma vez que o desenvolvimento de uma política pública no âmbito educacional precisa ser analisada desde a formulação da política até mesmo às práticas educacionais que serão adotadas, além disso, retomando a importância de os profissionais que atuam diretamente na área participarem desse processo de construção das políticas públicas voltadas para a EA, no sentido de que esses atores necessitam ser ouvidos e também capacitados para que possam desenvolver um trabalho com qualidade.

O questionamento com relação às ações desenvolvidas pelas referidas escolas de educação ambiental revelou que estas trabalham com um planejamento anual, como observado pelo Gestor 2/Coordenador:

A gente trabalha direto, nós temos o nosso calendário que vai de março, de janeiro até outubro, até novembro nosso calendário ambiental né? E o nosso carro chefe das nossas programações que são muito badaladas muito divulgadas na cidade é o dia da água, dia mundial do meio ambiente e tem outros, tem o dia nacional da Amazônia, dia da natureza, tem outras ações que são voltadas, mas o que mais destaca dentro do nosso trabalho é o dia nacional do meio ambiente e o dia nacional da água. (Gestor 2/Coordenador – G2/C).

É possível observar que o calendário há quem o participante G2/C se refere é um calendário das principais datas comemorativas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais do planeta. Neste sentido, em se tratando do participante também acumular a Coordenação Municipal de Educação Ambiental, e buscando melhor compreensão sobre a atuação da Coordenação no sentido da articulação do calendário entre as duas escolas: Escola do Parque e da Floresta, foi feito o questionamento sobre a articulação entre as escolas municipais do Parque e da Floresta e de maneira está ocorrendo.

A participante G2/C respondeu:

Pra ser sincera, durante os três anos de eu tá aqui dentro (...), eu tive uma vez com a coordenadora da Escola da Floresta, (...), mais daí ninguém teve mais contato, até porque assim a gente já sabe que a coordenação da escola da floresta não cabe mais a zona urbana da SEMED e sim a zona de planalto, então é a coordenação de planalto que direciona e administra a escola da floresta, mas a gente sempre conversa eles ligam precisando de apoio pedagógico, apoio de mudas assim que eles querem, mas a gente não tem um vínculo (...). (Gestor 2/Coordenador).

O discurso do participante G2/C possibilitou reflexões sobre a existência de uma Coordenação de Educação Ambiental que direciona os trabalhos somente de uma das escolas, no caso a Escola Municipal do Parque. No entanto, durante o percurso da pesquisa foi possível verificar que as Escolas polos de educação ambiental foram criadas a partir das discussões travadas pela Coordenação, que exerce suas atividades desde o ano de 2006, quando foi criada.

Neste sentido, não ficou evidenciado a motivação da quebra do vínculo da Coordenação Municipal de Educação Ambiental com a Escola Municipal da Floresta, no entanto, cabe o registro de que o fato ocorreu quando houve a transição de governo, quando teve início o mandato do Ex-prefeito Alexandre Wanghon, a Coordenação foi transferida da SEMED para as dependências do espaço da Escola do Parque, onde funciona até os dias atuais.

Retomando o questionamento sobre as ações desenvolvidas nas escolas pesquisadas, o participante G1 enfatizou que as ações acontecem de maneira a dar continuidade no trabalho já desenvolvido pelas gestoras anteriores, como observado:

Na verdade a gente tem dado uma continuidade já no trabalho das professoras (...) a ideia é justamente essa, o que é positivo a gente aproveita, então essa é justamente a ideia dar continuidade a questão dos atendimentos aqui na escola, as atividades externas, o professor vai até as escolas, projetos relacionados a educação ambiental a questão da preservação, diretamente o que nós fizemos desde o ano passado e esse ano estamos dando continuidade é a questão da restauração de Igarapés, (...) e atendimento nas escolas pra divulgar o trabalho que é feito aqui na escola da Floresta pra que a gente possa atrair ainda mais alunos pra visitar a escola. (Gestor 1 – G1)

É importante destacar sobre a fala do gestor da necessidade de divulgar nas escolas os trabalhos desenvolvidos pela escola ao qual administra, percebendo a necessidade de levar às outras instituições educacionais a proposta pedagógica de como a Educação Ambiental é promovida pela escola, pois, ainda que a escola já tenha 10 anos de atuação no município, ainda existe muita resistência de escolas, talvez por não compreenderem a importância da EA em seus espaços educacionais, ou por não conhecerem a proposta das escolas polos de educação ambiental no município, ou mesmo pela resistência dos docentes em desenvolver atividades relacionadas ao tema.

Com relação à essa questão Rodrigues (2018), apresenta uma reflexão sobre EA em Santa Catarina, destacando a importância do sistema educacional, através das escolas, desenvolver a proposta da Educação Ambiental nos espaços educacionais:

A partir do reconhecimento da importância da educação ambiental para o enfrentamento da crise ambiental verificada na Conferência de Estocolmo (1972), o sistema educacional ocupa posição de destaque, pois segundo Torales (2013) assume papel importante para promover consciência, sensibilidades e atitudes socioambientais responsáveis. A autora alerta que isso não significa que a escola deva se tornar a única instância responsável pela educação, mas, pelo fato de ser uma instituição que durante um período longo e considerável na vida das pessoas desenvolve uma prática educativa planejada e sistematizada, deve assumir o compromisso de introduzir e desenvolver a dimensão ambiental na formação dos alunos. (Rodrigues, 2018, p. 155).

É possível observar que as escolas têm o papel fundamental no engajamento da prática da Política Nacional de Educação Ambiental, e que embora o Estado de Santa Catarina, seja localizado em outra região, em que os debates sobre a temática são rotineiros, ainda há o enfrentamento aos desafios impostos na promoção da EA nas escolas municipais de Santa Catarina, especialmente no que se refere ao trabalho docente, como acena Rodrigues (2018):

É importante destacar que a realidade vivida pelo professor na escola pública em nada favorece a qualidade das atividades de ensino, incluindo as de educação ambiental. É sabido que os professores, na sua grande maioria, além de não terem acesso às condições estruturais mínimas necessárias para o bom desempenho das atividades de ensino, ainda possuem uma carga horária excessiva, não dispendo do tempo necessário para o planejamento de suas atividades; convivem com salas de aulas superlotadas e, como se não bastasse, são desestimulados e desprestigiados pelas remunerações aviltantes. (Rodrigues, 2018, p. 156).

A problemática da excessiva carga horária docente nas escolas pode ser um atenuante na resistência em inserir a EA no cotidiano das escolas, no entanto, compreende-se a busca por mecanismos que possibilite ao docente inovar no fazer pedagógico, por isso há a necessidade do próprio sistema educacional municipal promover debates acerca do assunto, um espaço para discussão sobre as temáticas que envolve meio ambiente e educação ambiental, com o propósito de capacitar os gestores, pedagogos e professores, principais atores neste processo.

E para compreender a realidade das Escolas Municipais do Parque e da Floresta, em relação às ações desenvolvidas pelos professores/educadores, e as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho, os participantes da pesquisa destacaram que as principais ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas equipes de trabalho acontecem da seguinte maneira:

(...) a gente desenvolve mais palestras, tem a trilha na escola do parque e nós visitamos muito as escolas, até mesmo por conta do transporte que nós não temos pra esses alunos virem, a gente vai lá, desenvolve palestras, oficinas, essas oficinas são de compostagem, nós também aprendemos aqui (...) a oficina de papel, com tecidos, como fazer vasos com tecido, com cimentos tudo aprendemos (...), então é mais prática mesmo, produção de mudas, nós desenvolvemos tanto na escola, quanto na sede. (Professor 2 - P2).

(...) nós temos o espaço da revoada que é uma sala de aula, a horta é uma sala de aula, o viveiro de quelônios também é uma sala de aula, então nós atuamos com esses alunos com uma aula diferenciada, nós trabalhamos também com as datas comemorativas ambientais, então trabalhamos com o dia do meio ambiente, semana da água, o dia da floresta, então tudo que fala sobre educação ambiental, nós fazemos essas aulas diferenciadas (...). (Professor 3 - P3).

Os resíduos que é uma problemática mundial né? Questão do conhecer esses resíduos e o orgânico e inorgânico e diferenciar para os nossos educandos o que vem poluir e o que não polui e também do conhecer principalmente a questão dos tipos de plantas medicinais, ornamentais, as florestais diferenciar essas espécies mostrando pra eles no viveiro de plantas pra que eles possam visualizar e conhecer né? E também a questão da valorização da agricultura familiar, a valorização dessa cultura que foi deixada pelos indígenas pelos nossos povos que ainda praticam essa cultura da mandioca, então é em relação a esses recursos que nós temos é que nós estamos repassando para os nossos educandos de forma possam enriquecer seus conhecimentos. (Educador 1 - E1).

É possível observar a diversidade de ações desenvolvidas pelos professores e educadores das escolas em questão, mas cabe a reflexão sobre o trabalho externo à instituição, evidenciado no discurso do Professor 2, quando na ausência do transporte escolar - responsável pelo deslocamento das instituições educacionais municipais até as escolas do Parque e da Floresta - a equipe se direciona até às escolas que solicitam o trabalho de educação ambiental, para que as crianças não sejam penalizadas pelo cancelamento do atendimento, no entanto, no caso específico da Escola da Floresta, quando o transporte escolar não pode atender com o traslado das crianças, o atendimento é cancelado, sendo reagendado, devido a distância da escola.

Cabe a reflexão sobre a vontade das escolas em desenvolver esse trabalho, mesmo que os obstáculos como a logística sejam enfrentados a cada dia, o compromisso de levar a Educação Ambiental para as demais escolas da rede municipal de ensino tem-se mostrado perceptível nos discursos posteriores dos entrevistados.

Retomando o discurso do participante G1, quanto ao aspecto levantado pelo gestor, demonstrando a preocupação na continuidade dos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos por gestoras anteriores, é oportuno destacar sobre a realidade da Escola Municipal da Floresta, em que através do diálogo com os participantes da referida escola observou-se que a estrutura organizacional, desde a lotação dos funcionários à logística dos

trabalhos desenvolvidos, obtiveram algumas mudanças em decorrência à transição de governo, desde o ano de 2013 até os dias atuais.

Com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido pela Escola da Floresta, na proposta inicial da escola, as crianças eram atendidas através do agendamento, no entanto o tempo de permanência das crianças objetivava a contemplação de todos os espaços da Escola, assim como a estrutura contava com um ônibus exclusivo da escola, que fazia a rota: escola regular – Escola da Floresta – escola regular e no tempo em que as crianças encontravam-se em atividades, o transporte ficava à disposição da instituição.

As crianças recebiam lanche e almoço, e também tempo para o descanso, uma vez que as atividades aconteciam durante toda a manhã e uma parte da tarde, considerando a distância da Escola da Floresta, a questão do horário era cuidadosamente pensando e colocado em prática no planejamento pedagógico.

Com relação aos professores/educadores, a carga horária da equipe, os profissionais eram lotados com 200h, para que a proposta do trabalho fosse alcançada: atendimento das crianças de uma determinada escola, nos dois turnos, com o objetivo de promover uma educação significativa. Este aspecto é confirmado na fala do educador 1:

Recursos tiveram que ser reduzido o quadro né? Porque antes era bem mais pessoas e isso teve que ter adequações, por exemplo, a escola atende no turno da manhã e tarde só que nem todos os funcionários que aqui estão trabalham pela manhã e pela tarde, a parte mesmo dos professores são só 100h horas mesmo sem a carga horária que fala da hora atividade(...) porque assim, ir até as escolas envolve todo um processo de locomoção e essa locomoção sai custeada por nós mesmo, então pra nós custarmos isso, nós acabamos indo de ônibus que é um custo mais em conta pra nós né? (Educador 1 – E1).

Após a transição de governo, a proposta de trabalho supracitada sofreu alterações, desde a necessidade de cortes com pessoal, redução de carga horária, corte de hora/atividade dos professores e a transferência do ônibus escolar para desenvolver trabalho na região urbana, sendo necessário solicitar via ofício o transporte escolar na Secretaria Municipal de Educação, no setor de transportes.

Um fato relevante e que pode ter contribuído com a questão, observada no percurso do estudo, foi a junção da Coordenação de Educação Ambiental com a Escola do Parque, que também resultou no atendimento da Escola da Floresta pela Assessoria de Planalto, o que de certa forma alterou a proposta da coordenação, quando atendia as duas escolas polos.

A atual situação das escolas, quando se refere a articulação com as demais escolas da rede municipal de ensino, pode ser observada através dos relatos a seguir:

A priori a gente faz um levantamento das escolas, principalmente as escolas que não tiveram acesso à escola que não conhecem o trabalho que é feito aqui na escola, a gente tá fazendo o mapeamento, a gente entrou na ideia de fazer o mapeamento dessas escolas pra que elas tenham esse conhecimento do que é a escola da floresta, qual é o trabalho realizado aqui, como a escola, como a escola do município pode desenvolver um trabalho diretamente aqui na escola de forma prática, então a gente tá fazendo esse mapeamento justamente pra inserir as escolas que não conhecem esse espaço, então qual é a ideia, a gente entra em contato com elas, faz esse mapeamento todinho, ou as próprias escolas que já conhecem o nosso trabalho e agendam com a gente, há uma questão de agendamento, ora as escolas agendam (...). (Gestor 1 – G1).

Através da comunicação de pessoas, coordenador ou diretor, aquela pessoa que coordena escola ou aquele grupo independente de ser escola ou instituições, ele traz pra coordenadora, a coordenadora reuni com a equipe e vê uma data propícia para aquele momento, porque as vezes a data que eles tão solicitando já tem outra na vez, nunca se deixa alguém não ser atendido, a gente sempre arruma uma data, aí vem agenda e atende, mas a gente nos disponibilizamos para o atendimento daquelas instituições ali. (Professor 2 – P2).

A prática do agendamento é o principal mecanismo de articulação entre as escolas polos, com as instituições que tem interesse em participarem das atividades desenvolvidas pelas escolas, no entanto é possível notar que há uma nova prática, em que as equipes de trabalho têm levado às escolas da rede municipal, o conhecimento sobre a proposta de trabalho das escolas do Parque e da Floresta, e que se confirma nas vozes dos professores e educadores:

Nós fazemos uma relação, onde nós vamos até a escola levar esse trabalho através de palestras, através de convite pra que eles possam vir e a gente vai o agendamento o dia o turno que eles possam vir até a escola aí a gente faz os planos em cima daquilo que eles veem buscar. (Educador 1 - E1).

Através de agendamento, nós temos pessoas que estão para além de tá fazendo o trabalho de educador, colabora pra gente ter nosso agendamento, muitas vezes diretores, pessoas ligam pra solicitar a visita, outras vezes a gente vai até pra poder agendar apresentar a proposta da escola (...). (Educador 2 – E2).

Mesmo que os participantes da pesquisa já tenham acenado algumas das dificuldades para o desenvolvimento das ações, como o caso da ausência do transporte escolar de maneira rotineira, optou-se por questionar de maneira específica sobre as dificuldades enfrentadas no decorrer do trabalho.

Os principais discursos levantados foram com relação ao atendimento mais eficaz do transporte escolar, investimentos para encontros e manutenção das escolas, investimento dos professores e educadores para o desenvolvimento do trabalho, a retirada da hora/atividade dos professores e educadores, mão de obra reduzida, qualidade do trabalho desenvolvido de

maneira ao não contemplar a proposta do tempo de permanência das crianças nas escolas e a redução da carga horária docente.

Com relação à questão da visão dos participantes da pesquisa em relação à problemática do transporte escolar, os principais discursos observados foram:

A maior dificuldade é a logística, nós não temos transporte fixo pra escola e a gente necessita, através desses agendamentos, ofícios, nós precisamos mandar com um mês de antecedência para o setor de transporte da SEMED, porém esse ônibus que faz o traslado dos alunos até a escola e retorno pra escola de origem é o ônibus que faz rota também em Santarém(...). (Gestor1 – G1).

Pras escolas municipais, a maior dificuldade tem sido o transporte pra cá, hoje e dia a secretaria disponibiliza o transporte, mas não é toda vez que ela tem a nossa disposição esse transporte, então isso chega a ser pra nós o maior gargalo, se tivesse um transporte que ficasse a disposição pra cá nós teríamos aqui todos os dias alunos e trabalharíamos enfatizando junto com o professor da sala de aula, se ele tivesse trabalhando um tema na teoria e fosse visto isso na prática. (Professor 1 – P1).

Outro aspecto que merece destaque está no discurso do participante G2/C, quando se refere a questão de investimentos para custar encontros e eventos para tratar da EA:

Olha, a primeira dificuldade que a gente encontra é uma atividade financeira, porque todos os encontros que a gente tem, tem um custo financeiro, mas esse financeiro a gente parcerias essas parcerias têm nos dado um suporte muito bom na coordenação e dentro da escola do parque, principalmente a SEMED ela nos ajuda com a parte financeira, mas quando a gente percebe que tá um pouco difícil pela SEMED, a gente busca parceria. (Gestor 2/Coordenador – G2/C).

Já o Gestor 1 acena para a necessidade de a equipe investir recursos próprios para não deixar de oferecer o trabalho com Educação Ambiental na escola, no entanto, apresentou desconforto ao continuar com seu relato, como observa-se no seu discurso:

A gente tem dificuldade também, mas que graças a Deus em cima dessas dificuldades a gente não deixa de atender, como eu falei no início o nosso grupo de funcionários é aquele grupo que se precisar fazer algo a mais ele faz, se precisar tirar do próprio bolso a gente tira porque isso ocorre diretamente e a gente acaba fazendo a mais do que a gente pode, mas a gente tem feito graças a Deus o que precisa ser feito, infelizmente tem coisas que a gente pensa, mas que não pode ser falado (...). (Gestor 1 – G1)

Em relação às perdas salariais, o Gestor 1 aponta a ausência da hora atividade, que representaria a garantia desse direito, aos professores e educadores que trabalham nas duas escolas pesquisadas, mas que não estão lotados em sala de aula, com alunos fixos, uma vez que o atendimento se dá na medida em que as crianças visitam as escolas e infelizmente esse

recurso é retirado, sendo pagos somente a carga horária do professor e educador. Esse fato pode ser confirmado no discurso do participante P3:

Olha, eu já até comentei a questão sobre o reconhecimento da SEMED nos reconhecer como professores mesmos apesar de nós não estamos em uma escola, nós estamos em uma escola de educação ambiental que tem INEP, tem tudo é considerado como uma escola e deveríamos ser considerados como tal, eu acho se tivesse essa consideração maior enquanto funcionários pra dar esse bônus financeiro dentro do nosso trabalho eu acho que não é nada pra dar é merecedor é lei, no meu caso foi tirado, outra questão é o número de pessoas que trabalham aqui, nós precisaríamos mais de mão de obra, se tivéssemos mais nós poderíamos fazer um trabalho maior. (Professor 3 – P3).

É importante destacar outro aspecto levantado por P3, com relação a redução de pessoal nas escolas, no sentido de que há a necessidade de mais profissionais atuando com Educação Ambiental, e os cortes de pessoal demonstra o descontentamento do participante, o que caracteriza a insatisfação com a realidade vivenciada.

Retomando aos escritos sobre a proposta de trabalho da Escola da Floresta, quando ao tempo de permanência do ônibus na escola, devido a necessidade de o transporte não atender somente a escola, uma vez que faz rota com crianças na área urbana e comunidades da zona rural, o participante E1 atribui a esse fato, uma das principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das ações:

Eu considero uma dificuldade da permanência do tempo do ônibus, pra mim isso é uma dificuldade, porque a equipe senta ela faz o planejamento ela quer que o aluno possa desfrutar daquele planejamento, aí a escola é muito longe, a escola que veio, aí a gente precisa reduzir o planejamento, a gente não pode usar da hipocrisia, vai perder a qualidade (...). (Educador 1 – E1).

Observa-se no discurso do participante E1, o aspecto da relação que a falta do transporte escolar fixo, direcionado às ações desenvolvidas pelas escolas em questão, influenciam na qualidade das atividades planejadas pela equipe de educadores. A questão apresentada pelo participante confirma a da realidade vivenciada nestas escolas quando a proposta de trabalho era oferecer em maior espaço de tempo as experiências com EA, quando havia a disponibilidade do transporte escolar exclusivo para as atividades propostas.

Entende-se que a questão da redução do tempo para o processo ensino – aprendizagem pode interferir na qualidade da educação oferecida aos alunos, de modo que para Moraes e Loureiro (2017):

Compreende-se necessário que a escola trabalhe numa concepção problematizadora, que permita a crítica e a reflexão acerca do ambiente e da sociedade, numa ótica ampla da realidade, de modo a produzir conhecimentos não-prontos, mas abertos. Nesse aspecto, o processo de ensino e aprendizagem favorece uma práxis participativa, tendo na realidade concreta o ponto de partida para a investigação dos aspectos significativos das situações de estudo, aproximada da realidade intelectual, cultural e social do estudante. (Moraes e Loureiro, 2017, p. 198).

Neste sentido, cabe a reflexão sobre as alterações da estrutura que se tinha até meados de 2012, para a realidade que se apresentou após o ano de 2013, quando o transporte escolar não permaneceu exclusivo da referida escola. Com relação à questão, Goch (2017, p. 152-153) já acenava a problemática, sua pesquisa intitulada de “Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016” apontou como “retrocessos” a atual realidade das Escolas do Parque e da Floresta, e acrescentou que a situação se deu por conta de fatores políticos partidários, como cita:

(...) os retrocessos foram evidenciados pela descontinuidade de programas, projetos e ações locais como, por exemplo: o Projeto Arte na Escola da Gente, Projeto Casinha de leitura, ações articuladas com agenda 21 de Educação Ambiental na Escola da Floresta e na Escola do Parque da Cidade e outros locais, devido à influência da política partidária na agenda educacional de acordo com cada gestão pesquisada.

Desse modo, acredita-se que a transição de governo é um fator que tem contribuído de maneira negativa com a proposta de trabalho das escolas pesquisadas, dentre as principais questões confirmadas nos discursos dos participantes da pesquisa, é possível destacar:

- Cortes de pessoal para o desenvolvimento do trabalho com EA;
- Redução da carga horária dos professores;
- Retirada da hora/atividade dos professores;
- Carência de investimentos para manutenção do trabalho das escolas;
- Ausência de articulação da Coordenação Municipal de Educação Ambiental com a Escola da Floresta;
- A necessidade de condições logísticas para que as escolas municipais possam se deslocar até as escolas do Parque e da Floresta.

É importante destacar sobre a realidade das Escolas pesquisadas, que no estudo desenvolvido por Santos (2016, p. 168), intitulado de “Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais”, a investigação sobre o desenvolvimento das

Escolas Municipais do Parque e da Floresta já se apresentavam fragilizadas, como observou a autora:

Os desafios de uma educação sólida, para dentro das escolas, ainda que careçam de expansão, pois os dados revelaram que estes polos somente interagem com outras escolas quando são solicitados. (...). Na verdade, deveriam estar mais presentes, auxiliando os educadores em suas práticas pedagógicas quando envolver a educação ambiental para que se concretize conforme as exigências oficiais.

Dessa maneira é possível observar que as equipes de professores e educadores já começaram a desenvolver o trabalho fora das escolas, levando ações externas para as demais escolas da rede municipal de ensino, como é possível observar nas vozes dos entrevistados. A prática surgiu da necessidade de dar continuidade aos trabalhos na ausência do transporte escolar, em que as escolas passaram a divulgar seus trabalhos, através de ações e através da prática do agendamento, que permanece como atividade principal das escolas como forma organizacional dos atendimentos.

Cabe o registro que mesmo que as ações desenvolvidas pelas escolas pesquisadas encontrem todas as dificuldades para a prática do trabalho, percebem-se os esforços da gestão e dos professores na continuidade do trabalho, e merece destaque o fato de que todos os envolvidos acreditam na EA como ferramenta de transformação da realidade vivenciada, em meio à tanta degradação ambiental e a forma desastrosa de como os seres humanos se relacionam com o meio ambiente.

Neste sentido, buscando compreender o entendimento que os atores da pesquisa fazem da relevância das escolas para a sociedade, os participantes da pesquisa foram questionados sobre importância das escolas enquanto política pública.

Os gestores acenaram em seus discursos sobre a importância da capacitação da equipe, no sentido de conhecer sobre a PNEA no desenvolvimento da Educação Ambiental, e também sobre a necessidade de ampliar a propostas das escolas para outras regiões, na busca de sensibilizar outras regiões da Amazônia Paraense, para a necessidade da EA na busca do bem comum:

Ah, mana! Pra nós, eu vejo hoje, dentro da minha coordenação enquanto gestora eu percebo que o nosso servidor ele já tá mais antenado com as causas ambientais porque existe uma legislação e essa legislação que nós enquanto equipe está todo dia trabalhando em relação a legislação e eu acho que é um ponto fundamental pra nossa equipe que ela deve se organizar e que todos falem a mesma língua. G2/C

(...) Escola da Floresta pra educação ambiental pro bem estar e pra quem aqui vem pra quem convive pra Santarém ele é fundamental pro bem estar e pro

conhecimento, porque eu tenho certeza que se tivesse mais dois espaços como esse aqui no nosso estado, ou aqui no oeste do Pará a tendência do nosso bem estar do nosso bem comum era bem maior (...). G1

Em relação aos professores e educadores entrevistados, os discursos demonstraram-se críticos quanto a aplicabilidade da Legislação que trata da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, e também reconheceram o trabalho desenvolvido nas escolas pesquisadas como política pública voltada para a prática da EA no município de Santarém – PA, como pode-se observar:

(...) a gente vai olhar no papel e o governo federal tem que fazer a sua parte, o estadual faz a sua, e o municipal faz a sua, o que a gente percebe é que nenhum dos três está fazendo a parte deles e acaba sobrando pra gente fazer da maneira que a gente pode, da maneira que a gente vê que a gente pode fazer, então eu creio que a Escola do Parque procura levar sim todas as nossas palestras, nós estamos enfatizando que existe uma lei e essa lei precisa ser cumprida, principalmente a questão do lixo que se tem no meio ambiente e do dever de se cuidar dele, a gente tá sempre levando essas informações legais pra que as pessoas saiba que existe a lei e que ela precisa ser divulgada como ela precisa ser realizada, cumprida. (Professor 1 – P1).

A importância do desenvolvimento da política nacional de educação ambiental na escola do parque é... eu sempre digo graças a Deus alguém teve a ideia de criar a Escola do Parque e a Escola da Floresta que se não tivesse essas duas escolas aí, a educação ambiental não era nem falada em Santarém, mesmo tendo essas duas instituições e pra onde eu vou eu levo o nome dessas duas escolas se não existissem elas, mana, eu não sei o que seria de nós, então é importantíssimo a Escola do Parque, a Escola da Floresta eu vou citar aqui, elas são de fundamental importância porque elas vem trabalhar especificamente a educação ambiental, tentando inserir nas disciplinas essa temática, então pra nós é de fundamental importância porque ela vai trabalhar os valores das florestas, dos animais, das nossas águas, do nosso solo, a questão do aquecimento global. (Professor 2 – P2).

A Escola da Floresta como política pública... pra mim a importância dela, primeiro porque ela é uma referência de educação ambiental, então eu acredito que em ter de educação ambiental ela vem só somar essa questão de fortalecimento em recurso de estudo e pesquisa né? De como fazer o correto, pelo menos tentar fazer o correto, eu acho que é a importância dela dentro da política pública. (Educador 1 – E1).

É importante destacar o posicionamento do participante E2 quando aponta a importância do trabalho de EA nas demais escolas da rede municipal de ensino, no entanto garantir que as crianças possam ter a vivência desse trabalho nos espaços oferecidos pelas Escolas do Parque e Floresta:

Muito importante, porque ela é a única junto com a Escola do Parque que fazem esse trabalho, (...) busca levar essa educação ambiental, busca realmente fazer esse trabalho em cada um que vem aqui que eu acredito assim que quando você faz esse

trabalho fora do contexto da escola ou quando você faz esse trabalho como complemento do contexto da escola dentro de um ambiente que você tá totalmente conectado com a natureza em que você pode ter a oportunidade de ver um macaco, de ver uma árvore que você nunca viu, você a diferença de vegetação isso é muito prazeroso (...). (Educador 2 – E2).

Os espaços e salas de atividades são pensadas por temas voltados para a EA, portanto, compreende-se quando o participante supracitado acena sobre a necessidade de as demais escolas da rede municipal de ensino possam conhecer os espaços contemplados no interior das Escolas do Parque e da Floresta.

A reflexão apresentada por E2 também remete o entendimento de que as crianças visualizando os espaços em que os recursos naturais estão disponíveis, visando a compreensão de maneira prática sobre a importância da preservação e conservação do meio ambiente, demonstrando a forma como devemos combater essas ações humanas que degradam o meio ambiente, através de práticas de Educação Ambiental transformadoras de hábitos e posturas que muitas das vezes já se tornaram cultural em relação ao modo como as crianças se comportam no ambiente que frequentam, seja nos espaços urbanos, ou em ambientes em que o meio ambiente se apresenta na sua forma mais natural.

O ambiente familiar interfere de maneira significativa neste processo, pois muitas casas adotam posturas que influenciam no processo de degradação ambiental, atitudes que vão desde o modo como tratam seus resíduos sólidos, até práticas de queimadas de lixo nos quintais. As crianças que frequentam as escolas pesquisadas vivenciam essas práticas cotidianamente, o que torna o trabalho desenvolvido nas escolas como desafiador, no entanto, cabe a reflexão sobre as aprendizagens adquiridas nesses dois polos de educação ambiental no município de Santarém - PA, no sentido de compreender as crianças contempladas com as práticas de EA oferecidas no bojo da proposta pedagógica de trabalho, como multiplicadoras da mensagem que as escolas pesquisadas buscam passar: a necessidade de cuidar do meio ambiente através de atitudes pautadas na educação ambiental.

Portanto, a realidade apresentada indicou muitas dificuldades para o desenvolvimento da proposta de trabalho das Escolas Municipais de Educação Ambiental do Parque e da Floresta, no entanto, percebeu-se que de todas as problemáticas levantadas pelos atores da pesquisa, a fragilidade da atuação da Secretaria Municipal de Educação, através de uma Coordenação de Educação Ambiental com uma proposta de trabalho que contemplasse o gerenciamento das duas escolas polos de EA no município e que são referência na oferta desta Educação no município de Santarém – Pará apresenta-se de forma mais visível.

A importância de uma Coordenação de Educação Ambiental atuante no contexto das demais escolas municipais de ensino, oferecendo informação sobre a PNEA e formação sobre práticas de EA nos espaços escolares, e para, além disso, atuação em reuniões e encontros em que as decisões sobre assuntos voltados para a educação no município, a EA seja discutida e colocada em prática como prevê a legislação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil as discussões sobre Educação Ambiental apresentaram-se de maneira mais relevante a partir da necessidade da preservação do meio ambiente, uma problemática debatida em nível internacional, entre as principais lideranças do mundo.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída através da Lei nº 9.795/99, resultado das discussões sobre as questões ambientais nos principais eventos ocorridos em nível internacional e nacional, é também a concretização do direito garantido pela CF/88 no Art. 225, inciso VI, que visa a garantia do meio ambiente como um bem comum a todos e através da EA se fará a conscientização da preservação do meio ambiente em todas as escolas e níveis de ensino.

Embora a política de execução da PNEA esteja direcionada à articulação entre os órgãos responsáveis, denominados de: órgão gestor, Estados e Municípios, o que se tem observado em pesquisas como de Barbosa (2008), assim como neste estudo, a integração destes órgãos vem demonstrando fragilidade, no que se refere atuação do órgão gestor, uma vez que este órgão, sendo coordenado pelo Ministério de Educação/MEC e pelo Ministério do Meio Ambiente/MMA, desde 2002, quando a PNEA foi regulamentada, tem papel fundamental na estruturação financeira para o desenvolvimento da Política de Educação Ambiental nos Estados e Municípios, Barbosa (2008).

É importante destacar que a trajetória de ações do órgão gestor, na representação do MEC – Coordenação de Educação Ambiental/COEA, uma coordenação que já atuava mesmo antes da implementação da PNEA, após o ano de 2000 expandiu de maneira que houve uma atenção à tentativa de cumprimento da presente legislação e a importância de inserir a EA nas escolas de todas as regiões do país, ressaltando que das principais ações do órgão gestor em promover EA nas escolas do Brasil, através do *Programa Vamos Cuidar do Brasil com as escolas*, um programa com o propósito de organizar e gerenciar Conferências sobre meio ambiente, Conselhos de Meio Ambiente e Qualidade de Vida/Com – vidas e o Programa Chico Mendes. Barbosa (2008).

A presente pesquisa buscou analisar o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999, através do trabalho das escolas da Floresta e do Parque, polos disseminadores de Educação Ambiental na rede municipal de ensino, no município de Santarém - PA, neste sentido optou-se por investigar documentos: Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA e os Planos Municipais de Ensino do

Município de Santarém – PA (2004 – 2013 e 2015 – 2025) para compreender a articulação entre da Política de Educação Ambiental, presente nos Planos analisados.

E na busca das vozes dos atores da pesquisa, realizou-se entrevista, com roteiro semiestruturado, com o objetivo de verificar a percepção dos professores sobre os conceitos de meio ambiente, educação ambiental e a da própria Política de Nacional de Educação Ambiental e apontar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelas escolas do Parque e da Floresta e os principais desafios para o desenvolvimento do trabalho com EA nas escolas pesquisadas.

Na realidade do município de Santarém – PA, observou-se que através do Programa Escola da Gente, entre os anos de 2005 e 2012, como acenado por Goch (2017), havia articulação do município com a esfera Federal, especialmente na agenda Política de Educação Ambiental, quando foram inauguradas as Escolas Municipais da Floresta e do Parque.

É importante destacar que no Plano Municipal (2004/2013) que contempla o período observado por Goch (2017), não houve registro da possibilidade de articulação da PNEA com o presente PME, assim como não pode ser observado no PME atual, cabendo o destaque somente para a oferta da EA como recurso metodológico para alfabetização de comunidades tradicionais, o que não pode ser considerado como a efetivação da PNEA, uma vez que a lei é enfática no Art. 9, quando direciona a oferta da EA à todas as escolas públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino, o que configura na ausência de sintonia entre os agentes que participaram das discussões no processo de construção dos PME's supracitados, com a PNEA.

Dessa maneira, entende-se a necessidade da inclusão da agenda ambiental no processo de discussão para a construção dos futuros Planos de Educação no município de Santarém – PA e, além disso, cabe a participação dos atores que já desenvolvem o trabalho de EA nas escolas pesquisadas, como o propósito de que possam ser ouvidos, no que se refere às experiências vivenciadas, de maneira que contribuam para a implementação desta educação nas demais escolas municipais, traçando metas, objetivos e principalmente estratégias que contribuam com a prática EA nas escolas.

A relevância da contribuição dos participantes da pesquisa no processo de construção dos futuros Planos de Educação do município de Santarém – PA se dá na medida em que foi observado que estes atores dominam conhecimentos referentes ao trabalho que desenvolvem e isso é perceptível nos conceitos apontados pelos entrevistados sobre: Meio Ambiente, Educação Ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental.

Portanto, acredita-se que a partir da percepção dos atores da pesquisa tem-se uma visão crítica sobre as temáticas abordadas, em que é possível verificar através do posicionamento dos gestores, professores e educadores a intensa relação entre o homem com o meio natural, ou seja, a concepção de meio ambiente não pode ser entendida de maneira isolada da interação com as pessoas e a forma como acontece essa relação é que resulta no meio ambiente que se pretende alcançar futuramente.

Entendo que a compreensão sobre os conceitos de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho com EA, embora não haja uma Política de Formação Continuada para os participantes da pesquisa e específica na área de Educação Ambiental, é importante destacar os esforços das equipes na busca de conhecimento, que acontecem em momentos de reuniões pedagógicas e encontros de planejamento, de modo que foi possível observar a preocupação dos entrevistados na busca por conhecimento para oferecerem um trabalho de qualidade para o público que procura as Escolas do Parque e da Floresta.

O presente estudo revelou mudanças significativas no que se refere ao modelo de atendimentos da proposta inicial das escolas, ao modelo de atendimento que é oferecido atualmente. As principais questões apontadas pelos gestores, professores e educadores foram: indisponibilidade do transporte escolar, cortes de servidores, cortes de carga horária, cortes de hora/atividade e ausência de recursos financeiros para realização de eventos e manutenção dos espaços.

Com relação as questões apresentadas pelos atores da pesquisa compreendem-se a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenação de Educação Ambiental atuasse de maneira mais presente nas duas escolas, uma vez que se na proposta inicial as escolas estavam articuladas com a Coordenação de Educação, entende-se a relevância de uma Coordenação mais atuante e presente nos dias atuais.

Um fator que pode ter contribuído com os problemas apresentados pelos participantes da pesquisa está na ausência do acompanhamento mais próximo em relação à Coordenação de Educação Ambiental, no desenvolvimento do trabalho da Escola da Floresta, que nos dias atuais é acompanhada pela Assessoria de Planalto.

Com relação à questão, a impressão que se faz é de que após o ano de 2013 a Coordenação de Educação Ambiental e a Escola do Parque tornaram-se um polo de EA, uma vez que a Coordenação de Educação Ambiental deixou de existir nas dependências da SEMED, e foi direcionada ao espaço do Parque da Cidade, e que provavelmente nesta transição é que as propostas das escolas foram perdendo a identidade institucional, resultando

em todas as problemáticas já mencionadas pelos gestores, professores e educadores, participantes da pesquisa.

No entanto, é importante enfatizar sobre os esforços das equipes para a continuidade do trabalho nas escolas, enquanto aos gestores que estão à frente das escolas buscam parcerias, os professores e educadores na maioria das vezes investem recursos próprios em material necessário para o prosseguimento do trabalho e ainda são penalizados com a perda de carga/horária e hora/atividade, o que mais uma vez demonstra a necessidade de uma Coordenação de Educação Ambiental que atue de forma articulada com o órgão gestor/MEC na busca de investimento para o Projeto de Educação Ambiental no município de Santarém – PA.

De fato, as Escolas Municipais do Parque e da Floresta são polos de referência em Educação Ambiental no Município de Santarém – PA, no entanto há a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, através de um núcleo de Educação Ambiental para desenvolver um trabalho articulado com as escolas polos de Educação Ambiental do Parque e da Floresta, abrangendo as demais escolas da rede municipal de ensino, buscando captação de recursos com o órgão gestor na esfera Federal.

Dentre as possibilidades para que de fato o município de Santarém – PA estabeleça a Política Nacional de Educação Ambiental, considero que a Secretaria Municipal de Educação merece observar as seguintes questões:

- Estruturação de um Núcleo de Educação Ambiental, atuando na Coordenação geral das Escolas polos de Educação Ambiental do Parque e da Floresta.
- Elaboração de um Programa de Educação Ambiental para abranger toda rede municipal de ensino, sob responsabilidade do Núcleo de Educação Ambiental, na atuação de:
 - Encontros para discutir sobre a realidade da EA no município e mapear a realidade local;
 - Inclusão do Programa de Educação Ambiental e do Núcleo de Educação Ambiental nas discussões dos Planos Municipais de Educação futuros;
 - Formação para gestores e coordenadores das instituições educacionais municipais;
 - Elaboração de um Plano Estratégico para a aplicação da EA nos currículos escolares;
 - Formação com professores e educadores das escolas da rede municipal de ensino;

- Potencialização das Escolas polos de EA, escolas do Parque e da Floresta como laboratórios de aulas práticas para crianças e professores/educadores em processo de formação;
- Articulação com o órgão gestor na esfera Federal/MEC e MMA.

Dessa maneira, entende-se o engajamento da Secretaria Municipal de Educação de Santarém – PA na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, valorizando e reconhecendo o trabalho desenvolvido desde 2008 com a fundação da primeira Escola Municipal de Educação Ambiental, a Escola da Floresta e que ganhou reforços com a criação da Escola do Parque no ano de 2010.

REFERÊNCIAS

AMARO, J.; SÁNCHEZ, C. **O silêncio eloquente da Educação Ambiental no PNE**. Revista EcoDebate, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br>>. Acesso em: 22 Abr. 2018.

BARBOSA, G.S. **Educação ambiental, uma política pública educacional: como a escola a acolhe?** 182f. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, v.21, 2018

BOWE, R.; BALL, S.J.; GOLD, A. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRANCALEON, B.B.; YAMANAKA, J.S.; CASTRO, J.M. de; CUOGHI, K.G.; PASCHOALOTTO, M.A.C. **Políticas públicas conceitos básicos**. Cartilha: São Paulo. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do PNE**. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Linha de Base. Brasília, DF. Inep, 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília - DF, 1998.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 05 de out. de 1988.

_____. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 Jun. 2002.

_____. Ministério da Educação. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 Dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. LEI Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 09 Jan. 2001.

_____. Ministério da Educação. LEI Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 Jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Lei Plano Nacional de Educação**. LEI Nº 4155, _____ de _____ 1998. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao>>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação** / Ministério da Educação e do Desporto. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF; 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 Abr. 1999.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Série desafios da educação ambiental. Brasília: DF - MMA, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS/MS Nº466. 12 de Dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**. 13 Jun. 2013.

_____. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Fórum Global das Organizações Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, 1992.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2ª. ed., 2006.

DANTAS, M.; CAVALCANTE, V. **Pesquisa qualitativa e Pesquisa quantitativa**. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FONSECA, V.M.A **educação ambiental na escola pública: entrelaçando saberes, unificando conteúdos**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2009.

FRANCISCO, W.C. **"Eco-92"**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em: 02 Abr. 2018.

GOCH, G.J.F. **Políticas educacionais da Secretaria Educacional de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. 160f. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA, 2017.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GONÇALVES, C.W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOVELOOCK, J. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo: Cultrix, 2006. Tradução Aleph Teruya, Eichemberg Newton, Roberval Eichemberg.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, A.L.; LOUREIRO, C.F.B. Políticas públicas de educação ambiental da secretaria estadual de educação de Santa Catarina: uma análise crítica. **Ambiente & educação** v.22, n.2, 2017.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

REIGOTA, M. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 30, n. 2, 499-520, 2012.

_____. **O que é educação ambiental**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIANI, F.A.d'A. Constituições Programáticas, Funções Estatais, Políticas Públicas e a (In)competência do Judiciário. **Seqüência** (Florianópolis), n. 66, p. 137-160, 2013.

RIBEIRO, M.A. **Meio ambiente e evolução humana**. São Paulo: editora SENAC, 2013.

RODRIGUES, J.C.R. A educação ambiental nas escolas de Santa Catarina. **Ambiente & Educação**, v. 23, n. 1, p. 140-160, 2018.

SANTARÉM. **Plano municipal de educação (2004 – 2013)**. Lei nº 17. 8677/2004, de 03 de novembro de 2004.

_____. **Plano municipal de educação (2015 – 2016)**. Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015.

_____. **Projeto Político Pedagógico: Escola Da Floresta (2018-2022)**.

_____. **Proposta Pedagógica: Escola Do Parque (2018-2019)**.

SANTOS, M.M.C.. **Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais**. Editora CRV, Santarém: Pará, 2016.

SÁ-SILVA J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, a.1, n.1, 2009.

SEKKEL, M.C.; PANDITA-PEREIRA, A.; SCHMIDT, M.L.S.; BRAY, C.T.; LEITE, H.A. Linha do Tempo das Políticas Públicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38, n.4, p.649-661, 2018.

SOUSA, R.G. **"Origem do Capitalismo" Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/origem-capitalismo.htm>>. Acesso em: 25 Jul. 2019.

VALÉRIO, ML. **As Políticas Públicas de Educação Ambiental no Município de Santa Maria/RS**. 45f. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria, RS, Brasil, 2014.

Como a Política Nacional de Educação Ambiental foi implementada nas escolas do Parque e da Floresta no período de sua coordenação?

Existe articulação entre as escolas do Parque e da Floresta, no que tange o desenvolvimento do trabalho com Educação Ambiental? Como acontece essa articulação?

Quais as ações adotadas pela coordenação para o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas Parque e da Floresta, e de que maneira ocorre a articulação das escolas polo com outras instituições da rede pública de ensino e sociedade civil organizada?

Qual a importância das Escolas do Parque e da Floresta enquanto Política de Educação Ambiental?

Quais as ações adotadas pela gestão para o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas Parque e da Floresta, e de que maneira ocorre a articulação das escolas polo com outras instituições da rede pública de ensino e sociedade civil organizada?

Existem dificuldades no desenvolvimento das ações de educação ambiental? Quais?

Qual a importância das Escolas do Parque e da Floresta enquanto Política de Educação Ambiental?

Existem dificuldades no desenvolvimento das ações de educação ambiental? Quais?

Qual a importância das Escolas do Parque e da Floresta enquanto Política de Educação Ambiental?

Responsável pela pesquisa: Paula de Souza Ferreira

Fone: (93) 991916239

E-mail: paulaufpa@gmail.com

Orientadora: Maria Mirtes Cortinhas dos Santos

Fone: (93) 991333820

E-mail: mmcortinhas@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada “**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um comparativo das Escolas do Parque e da Floresta, no município de Santarém (PA)**”. Neste estudo pretendemos como objetivo: **Analisar o desenvolvimento da Política de Educação Ambiental, nas escolas da Floresta e do Parque, situadas no município de Santarém (PA), no período de 2008 a 2017.** É importante destacar que os usos das informações estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, sendo emitidas todas as autorizações necessárias, bem como a não exposição do nome dos participantes da pesquisa no corpo do texto da dissertação.

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Neste sentido informamos que a metodologia utilizada terá como instrumento de pesquisa e coleta de dados a aplicação de entrevistas.

A metodologia pode causar os seguintes **riscos para o participante da pesquisa: constrangimento ao responder as perguntas, bem como o uso de dados distorcidos. Os benefícios da participação na pesquisa são: promover contribuição na produção de conhecimento na região, divulgação dos resultados em revistas e eventos científicos, além de promover uma reflexão local para a problemática em questão.** O participante da pesquisa está livre para se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem causar prejuízos a pesquisa em questão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao participante. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Santarém - Pará, _____ de _____ de _____.

Nome Assinatura participante

Nome Assinatura pesquisador

Nome Assinatura testemunha